Ano III, nº 23, Cr$ 10,00

Dezembro de 1977

cooJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

EMOÇÕES DE UM SEQÜESTRO

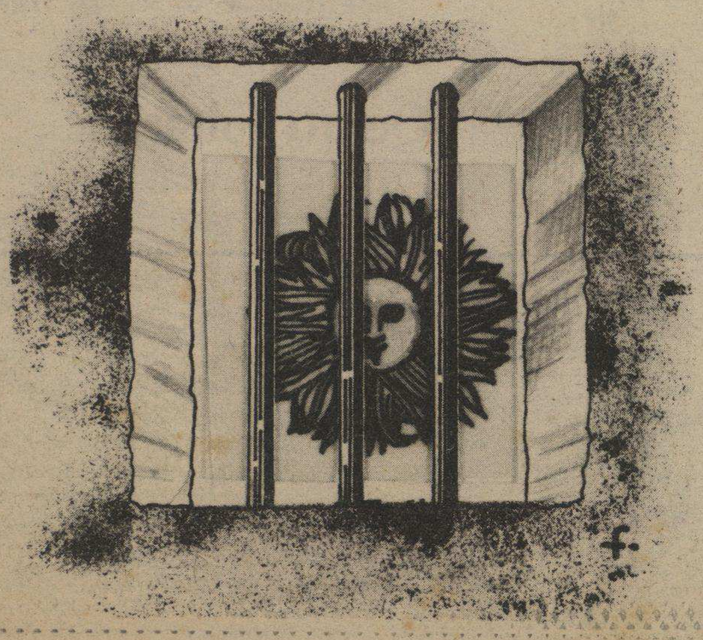
Uma reportagem sobre os bastidores do seqüestro de seis meninos em Porto Alegre

GEISEL MUDA PARA NÃO MUDAR

O projeto da reforma política está definido: sai o Ato Cinco e entram (na Constituição) as salvaguardas

URUGUAI

A MAIS FEROZ REPRESSÃO DA AL



ELIS REGINA TAMBÉM ENTRA NA BRIGA

PASQUALINI

IDÉIAS PARA UM NOVO PTB

O cooperativismo aos 75 anos

coojornal

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
Jacqueline Joner, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), André Pereira, Carlos Rafael Guimarães Filho, Marcelo Oscar Lopes, Elaine Lerner, Jorge Freitas, Najar Tubino, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Ricardo Schmitt, Vera Teresa Costa, Marina Wodtke, Lenora Vargas, Humberto Andreatta, Rejane Baeta, Ayrton Centeno, Regina Vasquez, (**repórteres e redatores**) Luís Recena Grassi, Severino Góes, Maria da Graça Seligman (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Lucila Camargo, Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse, Patrício Renato (**São Paulo**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Eneida Serrano, Luiz Abreu (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luís Carlos Ferré, Nilson Figueiredo (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**Departamento Industrial**), Dejair Boeira, Maria Isabel Timm, Paulo Roberto França, Lindomar Mohnsam da Silva (**Revisão**), Carlos Rios (**Produção**), Airton Azambuja, Atil Vineton (**Fotolito**), Paulo Sá, Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano Martins (**Composição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**Montagem**).

Gerência
Eládio Dios V. da Cunha

Comercial
Ênio Lindenbaum e Leonardo Dourado

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino, Térry-mar Ferreira

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A 1

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Lopes (Secretário), Luis Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antonio Oliveira, José Guaraci Fraga, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração), Hélio Gama, João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dorneles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto Andre, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederiço Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Béssio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi e Ariosto Teixeira.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Em Soledade, no interior gaúcho, um vereador entrou correndo na Câmara Municipal e anunciou esbaforido: "Estão vendendo o retrato do Brizola nas bancas".

Por instantes instalou-se entre os presentes a sensação de que havia uma revolução em marcha. Não havia. O que tanto assombrou o citado vereador foi a capa do Coojornal **número 21, que tratava da expulsão do ex-governador do Rio Grande do Sul e que aproveitava a oportunidade para fazer alguns comentários a respeito do chamado** brizolismo.

Incompreensões desse tipo, no entanto, parecem ter sido as mais amenas entre tantas suscitadas pelo fato de um jornal como o nosso estar tratando com relativa insistência de temas como trabalhismo, janguismo, brizolismo e quetais.

Uns nos acusam de comunistas porque para eles interessa que se enterre esse passado recente sob o rótulo habilmente trabalhado e constantemente retocado de "período da baderna, da ameaça comuno-sindicalista". Esses conhecem a História desse período, sabem que é importante apagar todos os seus vestígios.

Outros acham simplesmente que o jornal é populista e portanto reacionário, pois "o populismo serve para amortecer as massas e desviá-las dos seus verdadeiros objetivos". Esses não são mal intencionados. São apenas levianos e mal informados. Não conhecem a realidade, nem a de hoje nem a de alguns anos atrás.

Encaram o trabalhismo como se tivesse sido um movimento homogêneo de manipulação demagógica das massas e acreditam que a verdadeira redenção do país virá de um grupo de iluminados que se postará à frente dos trabalhadores de uma hora para outra para "conduzi-los ao seu verdadeiro destino".

O trabalhismo e seu partido, o PTB, foram realmente "criados" para desviar as pressões populares. Existe uma frase famosa de Getúlio Vargas diante da reação dos empresários contra as leis trabalhistas na década de 30: "Esses burgueses burros não entendem que estou querendo salvá-los".

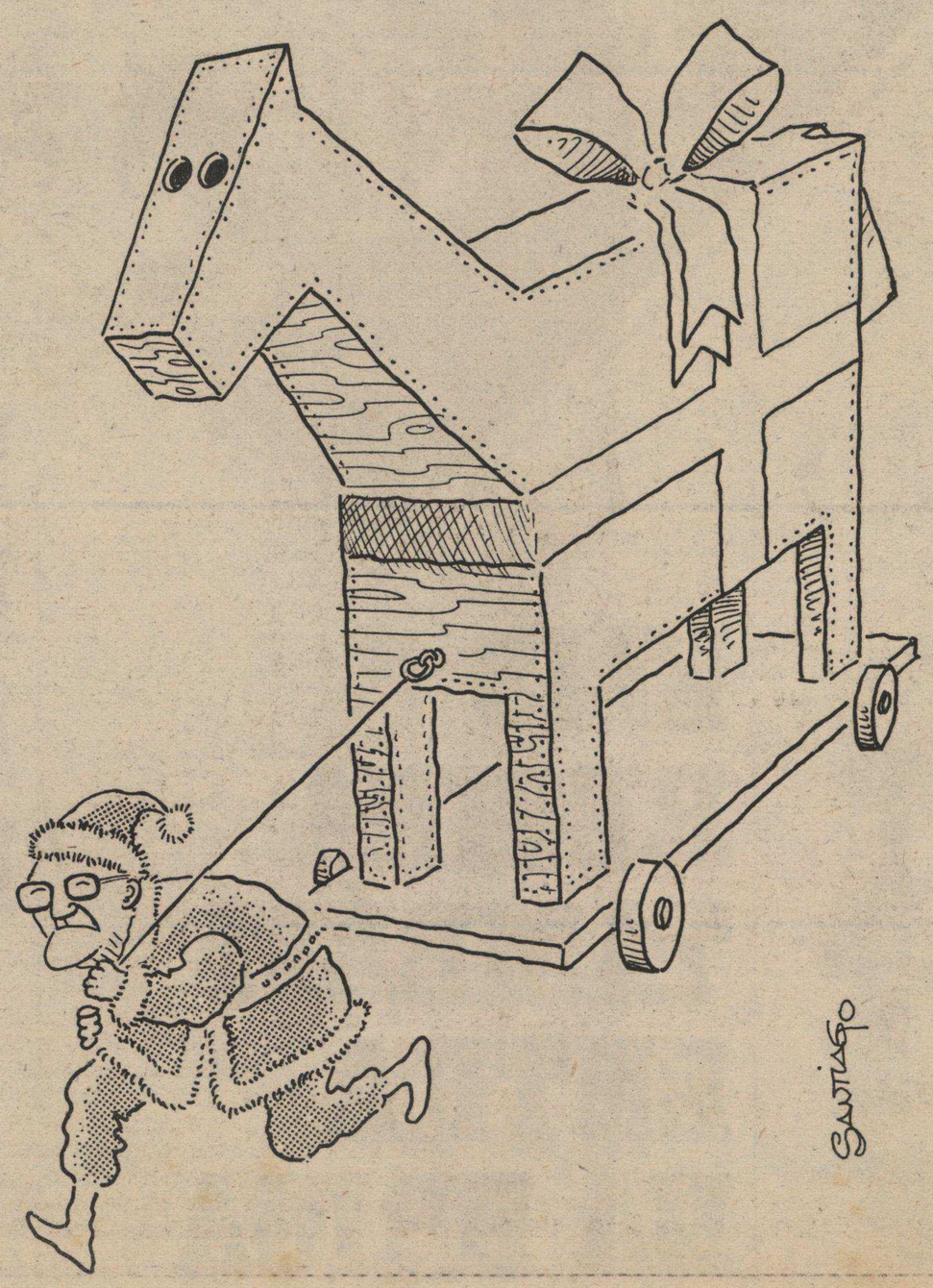
Mas é inegável que na década de 50/60, os trabalhadores estavam ascendendo através do trabalhismo e forçando o próprio trabalhismo a se transformar na direção das suas aspirações mais importante. Foi contra esse processo que se levantaram os setores conservadores da sociedade várias vezes, desde 1950 até 1964. Não entender isso ou, pelo menos, não querer analisar isso não é sinal de inteligência.

Nós entendemos que é importante reavaliar e entender esse passado recente e propositadamente soterrado. É por isso que estamos voltando ao tema, trazendo um dos principais teóricos que a ala mais lúcida do trabalhismo produziu. Não como proposta, mas como tema para discussão.

O EDITOR

Tiragem desta edição: 21 mil exemplares

SANTIAGO



Chega de fascistas

Coojornal é um sopro de liberdade, uma esperança de renovação, um exemplo de imprensa livre.

Finalmente, os gaúchos têm um jornal onde todas as verdades são ditas, quer doam ou não os sensíveis ouvidos dos donos do poder... Já estávamos fartos do desfilar de fascistas, nazistas, telepistas e oportunistas nas páginas da imprensa gaúcha... gente, aliás, que bem poderia ser exportada para o Chile ou quem sabe Uganda.

Adacy Martins de Souza, Cachoeira do Sul, RS

Quem é quem

É lamentável o artigo publicado no *Coojornal* nº 22, de novembro, e assinado pelo sr. Anderson Campos, sob o título "A luta contra a ditadura em Recife". Os enganos ali contidos começam no título: o certo é *no Recife* e não *em Recife*, pois quando o nome da cidade ou Estado é extraído de um acidente geográfico è sempre antecedido do artigo.

Mas, vejamos o artigo. A pretexto de registrar o livro, oportuno e bem fundamentado, do advogado Antonio de Brito Alves, "O Estudante Demócrito e a Campanha de Redemocratização da Faculdade de Direito", Anderson Campos arremete contra alguns dos então estudantes que na época lutaram contra a ditadura, sugerindo que eles hoje apóiam o atual regime militar brasileiro.

Anderson, demonstrando um total desconhecimento da política e das coisas de Pernambuco, afirma que José Inojosa é usineiro e ex-presidente do IAA, confundindo-o possivelmente com Evaldo Inojosa. José Inojosa é advogado militante e nunca foi nem é usineiro e muito menos ex-presidente do IAA.

Odilon Ribeiro Coutinho, este sim, é usineiro e já era quando estudante em 1945. Continua usineiro, o que não o impede de ser um ativo militante do MDB e candidato derrotado ao Senado pelo Rio Grande do Norte, onde faz política e liderou a oposição.

Paulo Rangel Moreira e Salviano Machado também não são deputados da Arena, como afirma o artigo: Rangel Moreira foi cassado em 1969 e Salviano Machado renunciou ao cargo de vice-governador de Pernambuco após a decretação do AI-5 e desde então mantém-se afastado da política.

Urbano Maciel, Recife, PE

Lutando, lutando...

Tomei conhecimento do *Coojornal* desde o número em que foi publicada a entrevista com Chico Buarque, mas somente agora decidi-me a escrever-lhes.

Considero o *Coojornal* uma das melhores publicações. É um jornal de alto nível, que vem lutando e crescendo (torcemos aqui por isso) contra todas as pressões que todos sabemos sofre um jornal que se dedica a publicar a verdade e a defender as liberdades devidas a todo ser humano. Espero sempre ver mantido este espírito característico, que tanto me entusiasmou a me tornar leitor freqüente do *Coojornal*.

Conto com que este jornal sempre se apresente (como até hoje o fez) como mais um bastião das liberdades democráticas.

José Trindade de Segadas Vianna, Rio de Janeiro, RJ

Quero voltar!

Encontrei *Coojornal* numa banca de jornais em Niterói. Passei os olhos por suas páginas e gostei. De volta a Nova Friburgo, comecei a ler com calma seus artigos e resolvi então assinar o jornal.

Sou gaúcho de Pelotas. Em 1951 vim para o Rio de Janeiro e aqui casei com uma bageense. Em 1952 vim para Nova Friburgo, de onde não mais saí. Não sei se me sinto realizado, mas me pergunto sempre: por que resolvi, um dia, sair do meu Rio Grande do Sul? De uma coisa tenho certeza: minhas raízes estão aí.

José Funari di Lucia, Nova Friburgo, RJ

CARTAS

O dedo, de novo

Venho, por meio desta, agradecer as oportunas cartas dos dois Hamiltons (o sr. Chaves e o colega Almeida Filho), publicadas no *Coojornal* nº 22, por terem confirmado de forma tão cabal, ainda que indireta, os termos de minha própria carta, publicada um número antes sob o título "Dedo na ferida".

Realmente, populismo é tudo isso o que os dois missivistas — cada um a seu modo — demonstram tão bem em suas respectivas correspondências: retórica inflamada, onde a paixão e a eloqüência compensam a ausência de uma argumentação objetiva; personalismo extremado; carência de embasamento teórico; e confusão, ingênua ou intencional, entre os conceitos de "Líder" e "homem providencial".

Essas características, porém, não esgotam as possibilidades do populismo. Pelo contrário, constituem apenas sua realidade mais epidérmica, mais superficial. Uma análise mais profunda da proposta populista revela que sua função primordial é promover a conciliação de classes antagônicas, mediante concessões simpáticas, reformas inócuas e muita propaganda.

A entrevista feita com o sr. Leonel Brizola no mesmo número ratifica essa vocação do populismo, quando o mesmo declara: "Temos que aproveitar as coisas boas da revolução brasileira" e "Não podemos dividir por dividir. Precisamos reduzir custos e aumentar a produtividade".

Mais maduro, mais experiente, mais sensível aos novos tempos que os impetuosos correspondentes acima mencionados, Brizola deixou de lado, pelo menos nessa entrevista, sua própria "retórica inflamada". Mas se a forma mudou, o fundo continua o mesmo.

A opção, portanto, não é entre rótulos ou pessoas, mas entre propostas políticas, mais ou menos definidas, mais ou menos conseqüentes, mais ou menos radicais, mais ou menos conciliatórias.

Nunca é demais lembrar que Mussolini, que se caracterizava pelo orgulho com que repelia a insinuação de ter construído uma ideologia (isto é, um sistema de idéias coerente e conseqüente), começou como um grande líder (?) populista.

Com relação ao machismo, o excelente artigo de Jefferson de Barros, publicado no mesmo *Coojornal* sob o título "Chapeuzinho vermelho e os lobos ricos", é fundamental para se ter uma compreensão mais ampla da discussão feminismo/machismo.

E, ao mais, continuamos coojornalista, destacando este nosso fórum de debate permanente e de trabalho, como uma oportunidade de aperfeiçoamento pessoal e profissional e desenvolvimento de uma discussão democrática e desinibida da realidade brasileira. Daí o distanciamento crítico que temos para nos criticarmos a nós mesmos, coisa que seria impossível numa empresa tradicional.

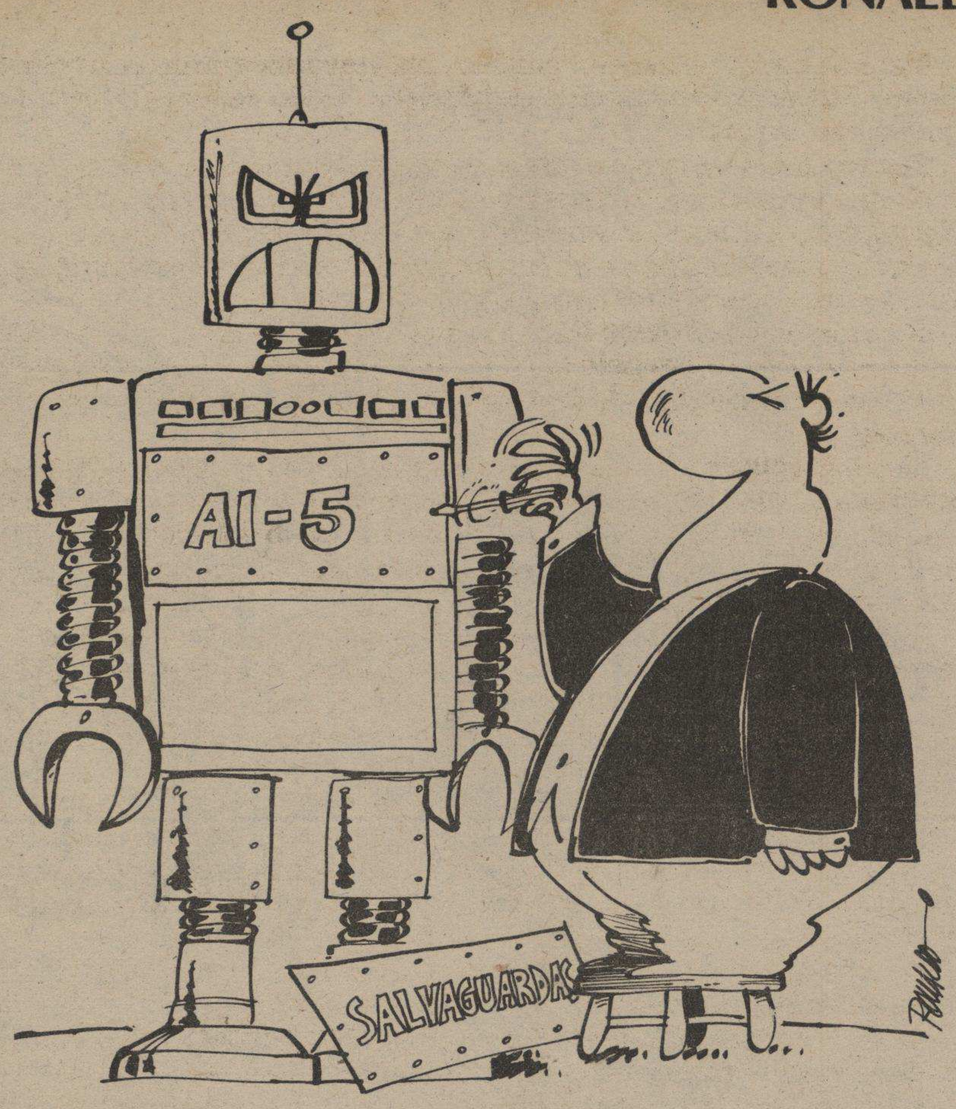
Tânia J. Faillace, Porto Alegre, RS

O pulo do gato

Segundo a famosa afirmação de Descartes, o bom senso seria a coisa mais difundida no mundo. A não ser que queiramos dar razão à ressalva feita por outro francês, menos filósofo, mais contemporâneo, em relação à nossa seriedade, é bem a hora de mostrar um mínimo de sensatez e espírito crítico.

A seção de cartas do *Coojornal*, nos dois últimos números, ao contrário, mostrou um quadro quase desalentador a este respeito. A começar, obviamente, pela carta da escritora Tânia Faillace, de quem, infelizmente, não conheço a obra mas conheço o renome, que espero justificado. Criticar uma experiência tão rica, ainda que recente, como a do *Coojornal*, é tarefa imprescindível, mas ao mesmo tempo, carente de muito cuidado.

RONALDO



A explosão da escritora, ao que me parece, não mostra cuidado algum. Contudo, creio que não será demais lembrar que, em dois anos, o órgão da Cooperativa dos Jornalistas gaúchos se mostrou como uma das realizações mais sérias, não só do período pós-64, como até mesmo da História anterior. Em primeiro lugar, precisamente, porque é, de fato, um jornal de jornalistas. Não foi a primeira e seguramente não será a última vez que se tenta fazer um jornal desse tipo no Brasil. Mas, sem dúvida, o *Coojornal* está fazendo isso, e cada vez melhor. Já seria, portanto, um motivo para orientar a crítica para um terreno mais fraternal.

O êxito do *Coojornal*, aliás, deve ter muito a ver com o fato de ter partido de uma tentativa gaúcha. Sem querer me meter em discussões teóricas sobre a História recente ou remota do Rio Grande do Sul, o fato é que esse estado, em vários aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, tem muito mais a ver com a Argentina e o Uruguai do que com o Brasil, não obstante sua total integração na História comum (e triste) de nosso país. Por isso mesmo, acho inevitável e mais do que saudável o lado "gauchesco", tanto no presente como no passado, do *Coojornal*.

Vivendo no Rio quase metade de minha vida, com pequenas incursões por São Paulo, Recife e Europa, creio ter direito a reivindicar uma certa insuspeição. E, muito mais do que isso, estou convencido de que o esforço que vem sendo feito pelo *Coojornal* para "acertar as contas" com o passado, desde os farrapos até o populismo getulista e janguista ou brizolista, é correto e acabará dando certo.

Louvo, inclusive, a disposição de aceitar críticas e contracríticas, até mesmo quando elas se apresentam com estranha mistura de idiotice, fascismo e suposta ironia de um certo sr. Othon Leonard (será pseudônimo e gozação, ou será simplesmente babaquice?). Diante de um quadro geral de censura (externa ou "autônoma"), é preciso mesmo um pouco de tempo para que a poeira assente. Até lá, o importante, ao meu ver, é dar toda a força ao que está sendo feito (e muito bem feito) em Porto Alegre, ao invés de cada um de nós ficar brincando de sabe-tudo, dono da verdade e pregador salvacionista. Criticar e assimilar críticas deveria ser encarado como um ponto pacífico. Saber fazer as duas coisas com clareza política e tendo em vista objetivos viáveis é que é o pulo do gato. Para mim, vocês estão num ótimo caminho.

Fausto Cupertino, Rio de Janeiro, RJ

Ringue de box

A seção de cartas do nº 22, de novembro, foi quase toda um ringue de box. Vários lutadores a golpear o "Dedo na ferida", da Tânia Faillace, publicado na mesma seção do número 21. E, por entre os lutadores, um Nero inesperado a furungar velhas feridas: "Não somos imbecis". Mas por partes:

Hamilton Chaves x Tânia

A Tânia escreveu Dedo na Ferida como é: impetuosa, agressiva, de uma honestidade visceral com os outros e consigo, e dum analfabetismo completo para a arte da política, onde é fatal escrever ou falar o que se pensa, desde que no momento errado. Juntem-se os diversos atributos acima, e se tem a Tânia. Assim ela é, e quem a conhece sabe que ela é bem assim. Mas sei valer o que ela escreve, e não opiniões pessoais a seu respeito.

Sendo claro: não trato dos temas, mas de sua abordagem. Com pequeníssimo senão, a Tânia argumentou, justificando sua crítica à linha do *Coojornal*. O Hamilton Chaves fez o mesmo, ao investir contra seus argumentos e aplaudir a linha. Mas resvalou quando passou a supor. Então criou um personagem, imaginou o passado da Tânia ao estabelecer influências familiares, ao aventar que em espírito ela com toda certeza se aliou "à marcha da família com liberdade". Nada disso, Chaves, conheço a Tânia de bem antes de março de 64. Se tirando seus primeiros anos, viveu modestíssima, foi sustentada com grande esforço, o mesmo com que até hoje sustenta sua família. Não tem PL em sua formação. A ótica de vocês é diferente, mas em 1961 e 1964, certamente também com óticas distintas, estiveram juntos.

Soube que o Dedo na Ferida nasceu de uma discussão entre os editores do *Coojornal* que julgaram importante publicar a opinião de Tânia, e assim revitalizar a linha. Você e outros não concordaram com ela. Os editores e mesmo a Tânia deverão colher frutos da controvérsia. Mas suas suposições são inaproveitáveis. Este o ressalvo.

E mais outro, rápido, à Tânia. No Dedo na Ferida, criticando a linha machista do jornal, ela cita "o fiasco do Josué Guimarães em dizer que tinha escrito um livro inofensivo, próprio para mulheres". Foste radical, Tânia. Conhecendo o Josué, sabes que seu intuito foi outro. Qualificaste-o por uma frase solta, mesmo que ela bem se preste para justificar tua opinião. E sendo injusta com o autor, machucaste teu ponto de vista. Em escala muito menor, procedeste como o Hamilton Almeida Filho.

Hamilton Almeida Filho x Tânia

A sua resposta soou despropositada. Um tijolaço de quase três colunas de golpes e ataques pessoais, isto por uma pequena crítica e um miúdo exagero (o panegírico não houve) ao seu Alcino, o matador, aliás, matéria interessante. Lendo-o, tive a sensação curiosa de que a Tânia, em seu lugar, faria o mesmo. Defendendo-se de pequenas críticas, ela retaliaria pesada e massudamente, como você. Tive a sensação de que vocês são semelhantes, mesmo politicamente. E aí me ocorreu uma luta entre siameses, pugilato violento em ringue muito iluminado. Realismo mágico, né? A Tânia não é uma inocente útil. O negócio é calçar as luvas para as pessoas certas, poupar energias. Um papo futuro com ela lhe mostraria que não o ofendo (bem ao contrário) em sentilos parecidos.

Não somos imbecis x Uma conspiração

Sr. Othon Leonard, o senhor agrediu meu nariz, semita, mas (*hélas*) branco. Numa primeira leitura achei-o um tremendo gozador. Depois percebi que o sr. é sério, que não existe humor em seu espírito, de como são perigosos os que pensam como o senhor; fascistas são chamados, não? Personalidades em surto, talvez? Ou ambas as coisas, melhor.

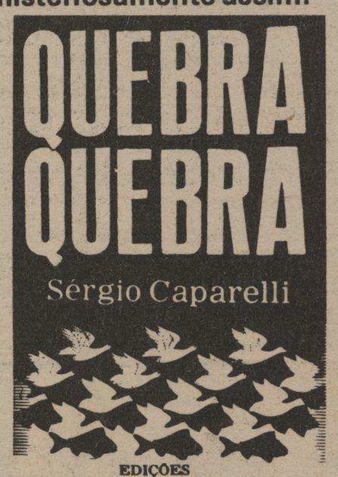
Uma pergunta, sr. Othon: é o sr. um alquimista? Se não, como descobriu a poção de que é feita o *Coojornal*? Mistura de judeu com catinga baiana, não foi o que escreveu? Será o sr. um historiador, um "gauchonist"? Tem de ser, possuir fontes inéditas para tonitroar que nós, gaúchos, somos um povo muito superior, distinto desta misturada do resto do Brasil. Isto porque qualquer débil mental sabe o que andou se acasalando pelo Rio Grande: índio, português, espanhol, francês, alemão, italiano, negro, polaco, judeu, armênio, árabe, chinês, etc... O seu lazer é o de escutar Wagner, sonhar com Valquírias e loiríssimos moçoilos da "Hitler Jungend"? Mas um vizinho (mestiço? semita?) toca a todo volume Negra do Cabelo Duro, e a Valquíria vem de cabelo pixaim, o moçoilo tem lábios beiçudos e odores suspeitos (de mestiço? semita?)? Ou o sr. é um amante da leitura, leitura verdade (Protocolos, Mein Kampft, etc.), não destes livros sobre a II Guerra onde os sem-vergonhas detalham a surra que a Wehrmacht levou em Stalingrado? Ou é um obsecado colecionador de crânios negróides, trocando-os por de índios com o srs. Woerst e Smith? Mas as barbaridades da africanada estão atrapalhando seus amigos, e sua preciosa coleção se ressente? É isto, sr. Leonard?

Sua carta merece punição, e me ocorre uma exemplar: publicar em apedidos pela imprensa nacional, todos pagos pela multisecular conspiração baiana-judaica-coojornalística, a cordilheira de bobagens que o sr. escreveu. Sua carta seria contribuição exponencial à causa sionista. O que, num *insight*, me faz descobrir sua farsa: Othon Leonard é o seu nome de guerra, o real é Isaac Abrahão Levy. O sr. é um agente sionista a soldo das mulatas cariocas. Cartas na mesa, segredo revelado, lhe escrevo agora de patrício para patrício. Confesso-lhe que tenho grandes reservas às atitudes de Israel. Menachen Begin, torturas de palestinos, não sei não... Mas talento é talento, e não posso deixar de congratulá-lo por sua técnica a favor dos judeus e dos catinguentos baianos. Com mais um pouco de inspiração, o sr. acaba levando Idi Amim e o Kadafi a beijar os pés de Begin em plena Mesquita de Omar. Ou em Meca, por que não sonhar?

Desapareça, sr. Leonard. O Brasil não tem mais tempo para múmias e cromagnons como o senhor.

Carlos Stein, Porto Alegre, RS

Um dia, os homens se revoltam. Saem às ruas. Invadem o comércio. E fazem o *quebra-quebra*, erguendo os punhos contra quem especula dores do povo. Então, como a prenunciar a enchente de São José, a violência chove sobre a cidade sitiada. E muitas pessoas desaparecem não tão misteriosamente assim.



CARTAS

Seu Libório

O leitor J. H. Dacanal levantou uma suspeita tão séria quanto infundada no último *Coojornal* (edição de novembro). A de que o cartunista Santiago utilizou um "racismo disfarçado, pseudo-inconsciente e brutal", num de seus cartuns do livro *Refandango,* originalmente publicado na contracapa do *Coojornal* de outubro.

Do título aos cachos do Libório, em tudo se vê uma sátira, ou paródia, ou o que seja, ao cantor Gilberto Gil e suas refavelas, refestanças ou, como quer Tárik de Souza, crítico musical de *Veja,* Rebobagens. E só.

Conotações racistas cuidadosamente pesquisadas no trabalho de um autor notadamente de alta qualidade técnica e — pelo que se depreende de seu trabalho — até angustiadamente preocupado com os desajustes e as injustiças sociais é, no mínimo, um ataque pelas costas. Um debate metafísico em torno de intenções que não se provam, mas que se ajustam à paranóia nossa de cada dia.

Acho Santiago importante, porque ele denuncia. Seu trabalho é corajoso, coerente e profundamente identificado com os problemas agudos de que nós, na distância dos píncaros intelectuais, perigosamente, "pseudo-inconscientemente", nos afastamos.

Se nossa geração não aprendeu História, certamente não foi por livre escolha. Muito mais proveitoso, meu caro professor, seria atacar aos que nos esconderam a História, aos que censuraram a imprensa, do que lançar suspeitas sobre um trabalho sério, importante como o de Santiago.

Ivan Gomes Pinheiro Machado, L&PM Editores, Porto Alegre, RS

É a realidade

Jornalismo, antes de analisar, criticar, denunciar ou protestar, é observar, registrar e transmitir.

Santiago, com sua história publicada no *Coo* de outubro, está transmitindo uma observação registrada. Está ampliando o Universo, à medida em que informa e, ao mesmo tempo, tornando-o menor, à medida em que proporciona acessibilidade à realidade.

Infundado é, portanto, meu caro José Hildebrando Dacanal, enxergar racismo na atitude de se publicar tal manifestação artística Seria o mesmo que igualmente rotular uma foto-padrão dos conflitos raciais da África do Sul. Se o fotógrafo peca por registrar a realidade, doce pecado esse o da constatação.

P. S.: Quem é que me vende o *Coojornal* nº 2? E *Crisis* nºs 23 e 24, e *Cuadernos de Crisis* nº 2? E o *Correio da Unesco* anos I e II? E quem é que quer comprar uma coleção completa do *Opinião*? Propostas para Rua Vergueiro, nº 3122, CEP 04102, São Paulo.

Ciro Biggi Francisco de Assis, São Paulo, SP

Ouvidos do poder

Meus parabéns pelo bom conteúdo do *Coojornal*. Em primeiro lugar, não vi nada de racismo na ilustração do Santiago, como um leitor reclamou. Por que estes melindres?

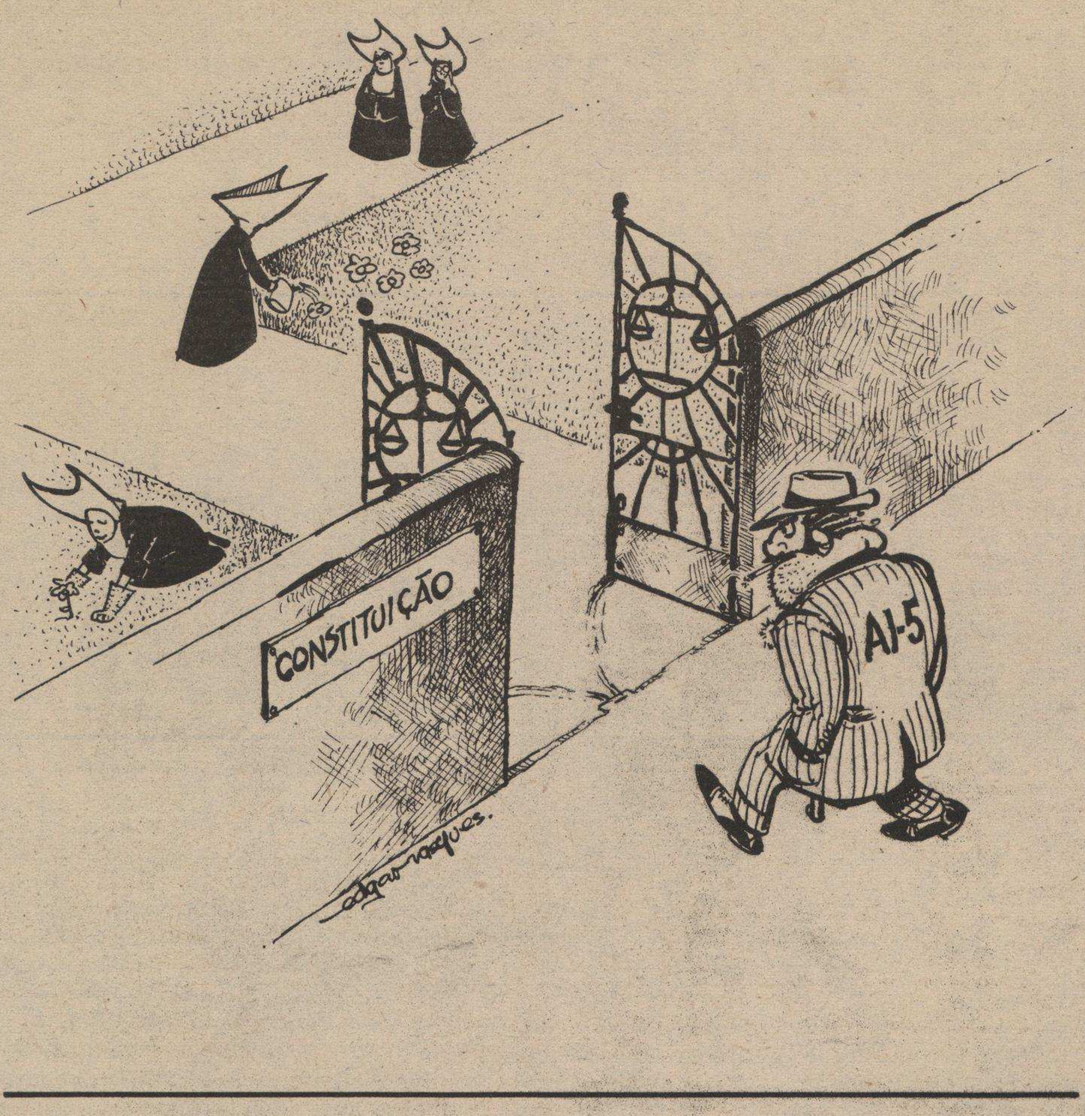
Sobre a política: fala-se em partidos Democratas e homens Democratas, como se o nosso problema fosse este, isoladamente. Se temos um regime que não é o ideal para muitos, deve-se a várias causas e não porque o Partido A ou o sr. B é assim ou assado.

Precisamos é do Partido do Povo, e os vereadores, deputados, etc., com assento nas casas legislativas devem ser sustentados pelo povo — assim, se for bom fica, se não cai fora.

Hoje, como presidente de uma associação de bairro, vejo o povo de perto ; alguns querem boas vantagens, outros pequenas coisas, mas não somos ouvidos por quem deveria nos ouvir, como os secretários de Estado, do Município, etc., sob o pretexto de que eles têm muitas metas a cumprir e não podem dar ouvidos a todos.

Tenho ficha na Arena, mas jamais fui ouvido; assim, também não preciso ouvi-los.

José Antônio Fávero, Porto Alegre, RS



Esperança

Respeitosamente, tomo a liberdade de escrever esta. Eu sou presidiário, me encontro condenado pela Justiça Militar a 10 anos de cadeia, mas já estou esperando o julgamento do meu recurso no STF, que é onde eu tenho uma esperança de ser absolvido.

Vou passando o tempo com as leituras que meus amigos me trazem nos dias de visita. E todo mês ganho este maravilhoso jornal. Eu gostei da reportagem sobre o Brizola neste último.

José R. F. Lopes, Jacuí, RS

Quem se lembra?

A grande imprensa não noticiou, os historiadores se meteram noutras pesquisas, mas estamos passando, já que se não festejou, os 100 anos da Migração Nordestina para o Acre e a Amazônia — não quero com isto dizer que o Acre não seja Amazônia, mas é preciso frisar que àquela época a situação histórica do Acre era muito confusa.

Entre 1877 e 1900, 158 mil pais-d'égua, arigós e paraíbas, como queiram, foram para a Amazônia, "seduzidos" (talvez deva-se ler fome) pelo desejo de enriquecer. Coitados. Muitos morreram nas matas de febre palustre, outros até de fome. O dinheiro nunca veio. Tudo que ganhavam, como se repete hoje, ficava na mão do patrão. O que lhes pertencia eram a tigela, o terçado, a faca, a bacia e outros trastes. Nem a palhoça que ocupavam era deles. Foram para a Amazônia fugidos da seca, tão terrível que provocou o talento de José do Patrocínio (alô, MEC, bom seria que se reimprimisse Os Retirantes, romance do cão, cheio de verdades, obra que antecedeu Vidas Secas, Seara Vermelha e tantas outras em mais de 50 anos).

Não foram aqueles centenares de nordestinos para "curtir" a selva, como fazem os nossos turistas. Foram empurrados pela seca braba. Lá, eles, que estavam acostumados à pata do cavalo, à sela e à caatinga, quando não à pescaria em alto mar, encontraram o patrão explorador, a mata covarde nas suas muitas doenças: ofídios, febres, a morte. O "eu-vim-mode-enricar" transformou-se em "eu-vim-mode-morrê".

E como se não bastasse o engodo dos anos 70 do século passado, em 1943, noutra manobra contra o pobre migrante, o governo cria o *Soldado da Borracha,* título pomposo, espécie de cabo-de-esquadra do mato, a que se dava a passagem, a tal titulação de Soldado da Borracha e se mandava para os seringais, onde iriam ajudar os irmãos norte-americanos a ganhar a guerra...

São 100 anos de tentativa de libertação das peias da miséria. E mesmo assim, basta olharmos para os peregrinos nordestinos, teremos a triste imagem de um povo sofrido, de gente que não pôde livrar-se da má estrutura histórica de séculos, das explorações do Brasil Colônia às secas dos últimos decênios. O Brasil, hoje, tem "migrantes nordestinos" em toda parte: norte do Paraná, Brasília, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro.

A maioria continua fugindo à fome, ao desemprego, à miséria e encontrando no seu caminho outros exploradores, seja em forma de seringalista, cafeicultor, empreiteiro de obras, dona-de-casa (Rio e São Paulo estão cheios de empregadas domésticas *from* Nordeste) ou *gato.*

A Migração de 1877 apenas abriu as muitas migrações que lhe seguiram os passos. Apesar do valor histórico dessas caminhadas pais-d'égua pelo Brasil, a grande imprensa não falou sobre o assunto. A exceção foi o pequenino *Varadouro,* jornal gerado no Acre e parido em São Paulo.

Jorge Baleeiro de Lacerda, Porto Alegre, RS

Obrigado

A toda a equipe do *Coojornal* os cumprimentos pelo 2º aniversário, ocorrido a 15 de novembro. Que o sucesso se repita a cada nova edição. Hoje, um grande abraço dos amigos da MPM Propaganda.

Ferruccio de Rose, Departamento de Relações Públicas, Porto Alegre, RS

O tamanho do jota

Quando se trata de jornalismo, sempre procuro um meio de andar bem informado, e não seria para menos, pois pretendo no ano vindouro ingressar naquilo que sonho nestes 27 anos que carrego.

Resido em São Paulo desde novembro de 1968 e de lá para cá fui expandindo minhas aptidões no que diz respeito ao jornalismo, rádio e televisão. Desta última afastei-me, tanta era a imundície que lá dentro prolifera, dedicando-me apenas a obras literárias, pesquisas e estudos sobre a imprensa brasileira que é um marco nas américas.

Em outubro conheci o *Coojornal* e fiquei realmente satisfeito. Pela primeira vez na minha vida após 1964 encontrei um jornal com *J* maiúsculo, um verdadeiro informativo em todos os sentidos.

O que acontece em São Paulo é que os jornais têm medo; há pressão de alas fantasmas, que às vezes não passam de fantasmas deles próprios, jornalistas, que na covardia profissional se omitem de bem informar. E isso é lamentável, pois existem jornais de categoria nesta capital.

Cláudio Fortes, São Paulo, SP

Consumismo

Aconteceu com minha filha, Isabel Cristina, de 15 anos, um problema que achei muito grave. A minha primeira preocupação foi a de procurar os jornais diários para fazer um alerta aos pais e ao mesmo tempo reclamar de uma situação que reputo ilegal, mas ao procurar as primeiras redações achei que seria uma tarefa impossível. Ninguém publicaria a minha reclamação porque envolve um grande anunciante, a Casa Masson. Por isso estou me dirigindo ao *Coojornal* , que um amigo jornalista, o Adauto Vasconcelos, disse-me ser corajoso e isento.

No dia 8 de novembro recebi uma carta da referida empresa (anexo o xerox), com a epígrafe "confidencial", que me anunciava, de forma cordial, ter minha filha aberto um crediário naquela empresa. A carta dizia que o negócio era exclusivamente entre eles e minha filha, ficando eu isento de qualquer compromisso com o pagamento das prestações.

Acontece que minha filha é menor de idade e não exerce atividade remunerada. Sendo eu um pai honesto jamais poderia me furtar da responsabilidade de pagar uma dívida contraída por minha filha. Entretanto, sou da opinião que isto é uma temeridade. Imaginem se minha filha, ao invés de comprar um presentinho para seu namorado no valor de Cr$ 504,00, resolvesse comprar uma jóia de maior valor, como eu saldaria a dívida?

Embora a direção da empresa diga que os pais não têm nenhum compromisso, eu acho que a empresa adotou, para aumentar suas vendas, uma forma de coação constrangedora, a meu ver totalmente ilegal.

João O. Régis, Porto Alegre, RS

De posse da carta, procuramos a direção da Casa Masson. Alberto de Oliveira Brites, gerente de crédito, explicou:

"Lançamos o Crédito Jovem com uma grande campanha publicitária em 16 de junho de 1975. Na oportunidade e ainda hoje estávamos imbuídos da filosofia de nosso presidente Leopoldo Gayer, de que crédito, além de ser uma questão de confiança, é um elemento de educação fundamental na vida de uma pessoa. Para lançá-la procuramos orientação de psicólogos, educadores e até mesmo do Juizado de Menores, que depois parabenizou a iniciativa da empresa.

Para comprar a crédito basta que a criança esteja estudando. Como se trata de menores, não exigimos nenhum documento além da proposta de crédito. A criança fica responsável somente pela palavra. É um crédito de confiança que damos aos jovens. Depois de dois anos, constatamos inclusive que eles são melhores pagadores que os adultos. Quando surge algum atraso, procuramos entrar em contato diretamente com a criança, através de pessoas especializadas que conversam com elas e inclusive mostram que uma conversa pode fazer com que uma dívida seja protelada. Quando vemos que efetivamente não pode pagar, propomos a devolução da mercadoria, que tratando-se de bens duráveis é perfeitamente aceitável.

Estudamos antes a média de renda dessas crianças e suas famílias verificando onde estudam. Sabemos a média de poder aquisitivo de cada colégio da Capital. De qualquer forma jamais incentivamos compras de valores elevados. Corremos um risco calculado. E os pais ficam isentos de qualquer responsabilidade sobre a dívida assumida por seus filhos".

Nota — **As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.**

CARTAS

Coelho de Souza

Mais uma vez o sr. Coelho de Souza volta a falar daquela época em que ele, Cordeiro de Farias e Aurélio Py eram figuras centrais do governo gaúcho. Na entrevista concedida a este jornal (edição nº 22, novembro), entre outras coisas ele afirma o seguinte: "Se eu posso entrar na auto-referência,a minha maior obra foi a nacionalização do ensino. O Rio Grande do Sul, quando cheguei a secretário da Educação, tinha duas mil e tantas escolas onde não se ensinava o Português, nem como disciplina, tanto mais utilizá-lo como língua do estabelecimento. Havia uma rede escolar pública limitada. A maior rede era realmente privada, de religiões, organizações e tudo o mais".

Daí tiramos duas verdades fundamentais: I. a existência de uma forte rede escolar particular que, portanto, nada custava ao governo; II. a inexistência de uma rede escolar pública suficiente.

Ainda assim suas declarações requerem reparos. O ensino nestas duas mil e tantas escolas sempre foi nacional. Ensinava-se o Português melhor que em muita escola pública, embora o dialeto estrangeiro fosse utilizado como língua auxiliar. Na época o dr. Egydio Michaelsen, prefeito de São Sebastião do Caí, fez realizar um concurso para verificar qual a escolinha primária mais eficiente do município e a vencedora foi uma escolinha particular de Picada Cará, dirigida pelo prof. Antonio Reich, de nacionalidade alemã.

O que o sr. secretário deveria ter feito era aumentar a rede escolar pública e fiscalizar a privada, mas sem persegui-la com enormes prejuízos. Muitos dos melhores professores deixaram o cargo, dada a insegurança existente. As citadas escolas, com raras exceções, primaram pela eficiência, tanto que acabaram com o analfabetismo em Estrela, Santa Cruz, Cachoeira, Caí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, etc.

Por falar em Estrela, foi ali que o pai do presidente Geisel exercia o magistério e parece que ensinava muito bem. Seus ilustres filhos o atestam. A irmã do presidente também foi uma das professoras daquelas duas mil escolas, tendo sido no ano passado homenageada pelo poder público estadual.

Armin Fabian, Porto Alegre, RS

Fagner é o maior

Muito oportuno o artigo intitulado "A verdade é de quem tem", assinado por Beto Andreatta (*Coojornal* de outubro).

Há alguns meses li na revista *Veja* uma crítica de Caetano Veloso, incidindo contra o cantor e compositor Raimundo Fagner, inclusive chamando-o de cafajeste e marginal e dando a entender que se não houvesse uma autocensura editorial dentro da revista, ele, Caetano, sairia por aí afora, mostrando a sua cultura nigeriana.

No Brasil houve uma época em que a Bahia produziu valores incontestáveis como Gil, Bethânia e o próprio Caetano (é inegável seu talento). Houve fase idêntica com relação ao Ceará, onde desceram no mesmo barco Fagner, Belchior e Ednardo.

Pois bem: Belchior fez do lamento popular o seu cavalinho de batalha, ao passo que entre um Pavão Mysteriozo e outro, Ednardo resolveu seguir aquela mesma linha a que se propôs Fagner, a de fazer a sua música, sem se preocupar com as empregadas domésticas. Raimundo Fagner é sem dúvida o melhor dos três.

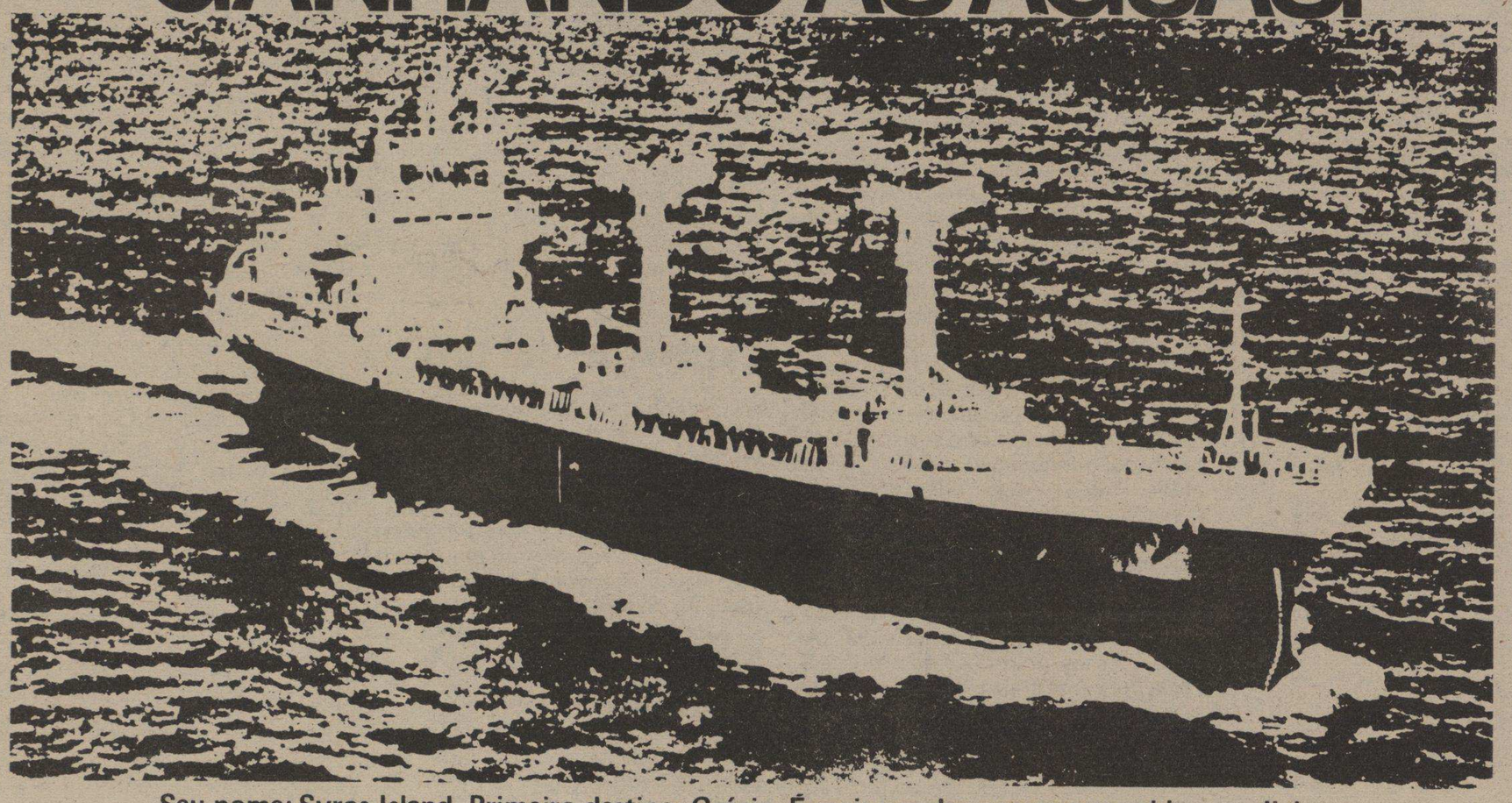
Em seu último LP, Fagner tem momentos de criação poética e musical sensacionais. Discordo de Beto Andreatta quando ele fala sobre a música colocada em Epigrama nº 9 de Cecília Meireles, que merecia ser melhor tratada. Os arranjos de Hermeto (quem não comprou *Slaves Mass* é cego ou surdo) são excelentes e fazem das músicas *Flor da Paisagem* (Robertinho/Fausto Nilo) e *Cinza* (Fagner) sem dúvida as melhores coisas que o disco tem pra dar.

Só a idéia de Fagner em reunir os poetas marginais do Nordeste e músicos como Hermeto Pascoal, Aleuda, Chicó Batera, Robertinho do Recife, Robertinho Silva, Márcio Montarroyos e outros não menos importantes, fazem de *Orós* um dos mais importantes lançamentos musicais em 1977.

Caetano equivocou-se.

Nestor de Souza Felippe, Porto Alegre, RS

AVISO AOS NAVEGANTES, HÁ UM NOVO NAVIO GANHANDO AS ÁGUAS.



Seu nome: Syros Island. Primeiro destino: Grécia. É mais um dos nossos que vai buscar divisas.
O 7º navio tipo exportação que o Estaleiro Só entrega aos mares, levando, aos cinco continentes, um pouco da história de nossa indústria naval. Reafirmando, em cada porto, a técnica e imaginação, o trabalho e a criatividade desta terra. Palmas para nossa gente, que ela merece!
Afinal, não é qualquer um que conquista dólares para o país.

ESTALEIRO SÓ S.A.

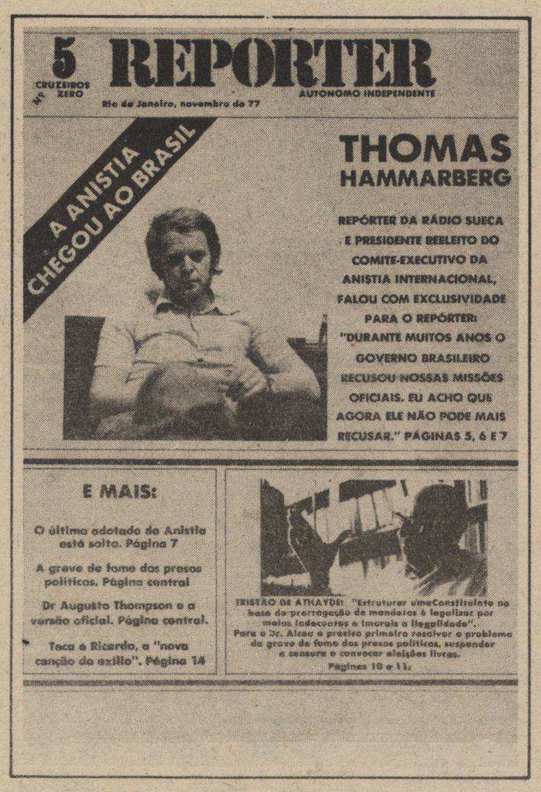
NAVIO N/M "SYROS ISLAND"
Só-102
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

Comprimento total	126,85 m	Volume dos porões	11.751 m^3
Comprimento entre perpendiculares	117,00 m	Motor propulsor	Sulzer 8ZL 40/48
Boca moldada	17,96 m	Potência do motor propulsor	5.800 BHP
Pontal moldado	10,265 m	Rotação do motor propulsor	520 RPM
Calado médio de projeto	7,85 m	Velocidade	15,5 nós
Deadweight de projeto	8.100 TDW	Tripulação	30 homens

ARMADOR: KARPHATOS MARITIME S/A.
Subsidiária de J.G. Goumas (Shipping) S/A. - Pireu
Sociedade Classificadora: LLOYD'S REGISTER OF SHIPPING
Praça de Máquinas Desguarnecida

Financiamento da CACEX

NOVA IMPRENSA



Pela cultura

Opinião fechou, mas a turma não descansou. Um grupo de jornalistas do extinto semanário carioca volta à luta, agora com um mensário, o jornal *Beijo,* que começou a circular em novembro com uma tiragem inicial de 10 mil exemplares. Tem 40 editores-diretores e pretende ser um jornal de discussão cultural, "sem reduzir cultura às chamadas artes e espetáculos, mas estendendo-a a toda vida cotidiana, e sem ter uma visão homogeneizada".

O diretor responsável é Genilson Cezar (que foi editor-chefe do *Opinião*) e a redação é formada por jornalistas, professores universitários, artistas plásticos, cineastas, poetas. O primeiro número traz depoimentos de Hermeto Pascoal ("Se a música fosse uma banana"), e Gilberto Gil ("O ideal tem que ser cada vez menos ideológico") e artigos sobre política, televisão, economia, cinema novo e o próprio beijo e "a ambigüidade da sedução".

Beijo custa Cr$ 15,00 e é publicado pela Editora Boca Ltda. Assinaturas a Cr$ 150,00. Redação: rua Conselheiro Josino, 29/205, Bairro de Fátima, Rio de Janeiro, RJ. Distribuído por Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.

Bem mineiro

Um pequeno grupo de Alfenas, Minas Gerais, está editando o *Uai,* "um jornal bem mineiro". O número dois, de novembro, tem matérias sobre congadas e embaixadas, Milton Nascimento e Chico Buarque, trabalhadores rurais. É um jornal bem econômico: tablóide, oito páginas, impressão tipográfica, uma cor. "Vai durar?", pergunta o editorial. Parece que sim.

O preço de capa é de Cr$ 5,00. Editor responsável: Domingos Abreu Miranda. Redação e administração na Rua General Carneiro, 201, Alfenas, Minas Gerais, CEP 37130.

Como testemunho

De Belo Horizonte vem *Punhal,* uma revista tamanho tablete que trata de prosa, versos, humor e reportagens. A mensagem da primeira edição informa: "Existe nos inícios da revista o inseparável prisma social, o interesse coletivo de testemunhar nossa época, de denunciar as nossas tragédias, de fortalecer o nosso riso, de aclarar certos mistérios, de delatar tudo que nos torna descartáveis e criticar nosso cotidiano dirigido". E no expediente um apelo: "Socorro! Necessitamos urgentemente de doações de material gráfico".

Punhal custa Cr$ 7,00 e não tem periodicidade definida. O diretor é Edwaldo Zanpier. Redação na Rua Anhanguera, 154, Bairro Santa Tereza, Belo Horizonte.

Com a anistia

Também em novembro começou a circular o mensário *Repórter Autônomo Independente*, editado por Margem Editora e Programação Gráfica Ltda., que publica também o semanário *Relatório Reservado*. O número zero traz uma excelente reportagem sobre a Anistia Internacional e uma entrevista com seu presidente, o jornalista sueco Thomas Hammarberg. Diz ele:

— O que eu gostaria de esclarecer é que a Anistia Internacional não e um movimento político porque nós não tomamos partido em relação a ideologias políticas — nós não apoiamos partidos políticos. A finalidade geral da Anistia é trabalhar por algumas regras básicas que todos os partidos, todas as ideologias, todas as religiões respeitem. E isso quer dizer: que ninguém corra o risco de ser posto numa prisão porque tem opinião política; que ninguém corra o risco de ser torturado; que ninguém corra o risco de ser executado.

— Em muitos países nós somos vistos como alguém que interfere nas questões políticas internas. E nós não faremos nosso trabalho porque somos acusados de interferir? Paramos? Se os Direitos Humanos básicos são vistos como interferência, ok, então nós somos políticos, nós interferimos. Mas nós interferimos com apoio na Declaração Universal dos Direitos Humanos — há algum tempo reconhecida por todos os governos do mundo.

Repórter custa Cr$ 5,00. Os editores são Chico Júnior, João Sant'anna, Luiz Augusto Gollo e Toninho Martins Vaz. Administração e redação na rua Dezenove de Fevereiro, 65, Bairro Botafogo, Rio de Janeiro. Fone 286-5099.

Pacotão de Natal

A galhofa desfila livre nas 40 páginas do *Pacotão*, um jornal-revista de muitos quadrinhos e pouco texto. Tem trabalhos de humoristas conhecidos como Jota, Paulo Caruso, Angeli, Alcy, Chico, Luiz Gê e outros, todos editores. De texto também tem, entre outros, Alex Solnik e Mylton Severiano da Silva. O tema geral da edição é o Natal e o Ano Novo.

Pacotão custa Cr$ 20,00 e é uma publicação de Edição S.A., Rua Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo. Distribuição Abril. Em Porto Alegre está à venda nas livrarias Coletânea e Alternativa e principais bancas do centro.

Experimental um

Em Tempo está esquentando lentamente: depois do número zero, que circulou em novembro, saiu no começo deste mês a edição *experimental um* (vem aí a *experimental dois* e só depois o número um). É mais um jornal da imprensa independente, mas desta vez em tamanho standard, 12 páginas, e feito pelo grupo de jornalistas que saiu do semanário *Movimento*.

Um dos destaques desta edição é a reportagem da última página sobre o Bradesco: "Faturando em nome de Deus". E mais: greve na FNM, Egydio defende Erasmo, Geisel e as reformas no Exército, autocensura na TV Bandeirantes, presos políticos, trabalhador e democracia.

Em Tempo custa Cr$ 10,00, será semanário e é editado pela Editora Aparte S.A., Rua Álvaro Annez, 43, Pinheiros, São Paulo. Tem sucursais em Brasília, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre.

Vale tudo entre cariocos

Os dois *Trepidantes* chamam *O Garotinho de Voz Colorida* e *O Palavra Fácil*, enquanto *O Melhor do Brasil* tenta chegar na frente do *Amigo do Rei*, e o *Viajante de Quatro Continentes* desmente — outra vez — um de seus próprios companheiros, *O Garimpeiro da Notícia*. O que está acontecendo, afinal?

Apenas mais um dia nas emissoras de rádio do Rio, disputando a audiência no alegre futebol carioca. Os Trepidantes são os repórteres Denis Menezes e Washington Rodrigues, o Garotinho é o narrador José Carlos Araújo e o Palavra Fácil é o comentarista Luiz Mendes, todos da Rádio Nacional. O Amigo do Rei (Pelé) é o repórter Iata Anderson, da Tupi. O Melhor do Brasil — para a Globo — é Cleber Leite e O Viajante de Quatro Continentes e o Garimpeiro são Luiz Orlando e Valter Sales, da Continental, onde Luiz Orlando é filho do chefe, Orlando Batista.

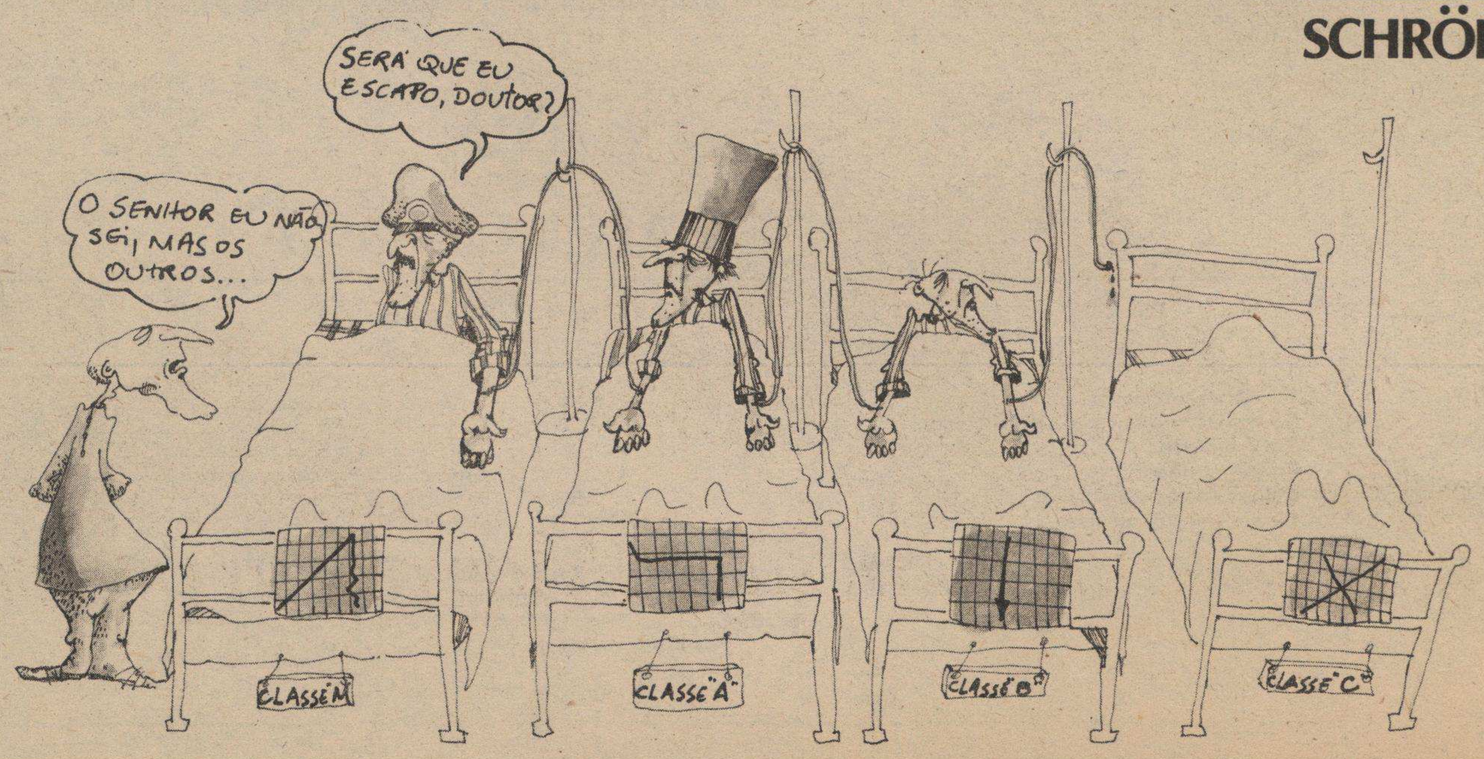
A disputa de audiência é quase feroz, entre as três primeiras emissoras, desde o início do ano, quando a Nacional reformulou o seu departamento de esportes, tirando profissionais das outras, especialmente da Globo. O jornal O Globo chegou a protestar em editorial contra a investida do governo — a Nacional pertence à Radiobrás — sobre a iniciativa privada. A Globo, realmente, tinha razões particulares. Afinal, além de ameaçar a liderança da sua emissora, o ressurgimento da Nacional — "40 anos, novo som para velhos amigos" — rompeu também velhos níveis salariais do setor.

Denis e Washington recebem Cr$ 35 mil mensais cada, Mendes Cr$ 30 mil e José Carlos Cr$ 40 mil. Os outros narradores da Nacional, Willy Gonzer e Sérgio Morais, chegam aos Cr$ 18 mil, e o comentarista Luiz Fernando e os outros repórteres alcançam metade disto. Mas os quatro titulares têm ainda outra fonte muito mais forte de renda: a agência de publicidade chefiada também por José Carlos, que vende os espaços de esporte da emissora. Assim, cada um dos quatro chega a ganhar Cr$ 80 mil. E Os Trepidantes ganham mais Cr$ 5 mil mensais para desfilar no gramado com um uniforme da Adidas.

Salários à parte, a Globo afirma que mantém a superioridade e a Tupi se confessa em segundo lugar, mas apenas três décimos de pontos do Ibope abaixo. Até o publicitário Orlando Batista, que tinha um espaço comprado na Mauá (atual Ipanema) e agora o tem na Continental, garante que está na disputa. Mas a Nacional também é incoerente: afinal, o Garotinho já não consegue esconder uma progressiva calvície e Os Trepidantes — já grisalhos e um pouco gordos — teriam idade até para pais de alguns de seus concorrentes. Financeiramente, todos estão longe de um jovem estudante de Administração, Osmar Santos, que na Globo de São Paulo ganha mensalmente — entre salários e participação — Cr$ 300 mil.

Gilberto Pauletti

SCHRÖDER



PAPAI NOEL, LEMBRE-SE QUE VOCÊ TEM MUITOS NATAIS PELA FRENTE.

Escute, Papai Noel.

A gente sabe que você só vai ficar contente se puder fazer a família contente.

Mas lembre-se: tão importante como comemorar o Natal da família é pensar no futuro deles.

Dê um presente para eles. Mas dê também um bom depósito em Caderneta de Poupança.

A Caderneta é presente para o Natal agora e para os que vêm pela frente. É um presente de futuro.

Você vai ver que já este ano novo vai ser repleto de juros ou dividendos e correção monetária.

Bom Natal, Papai Noel.

Caderneta de Poupança

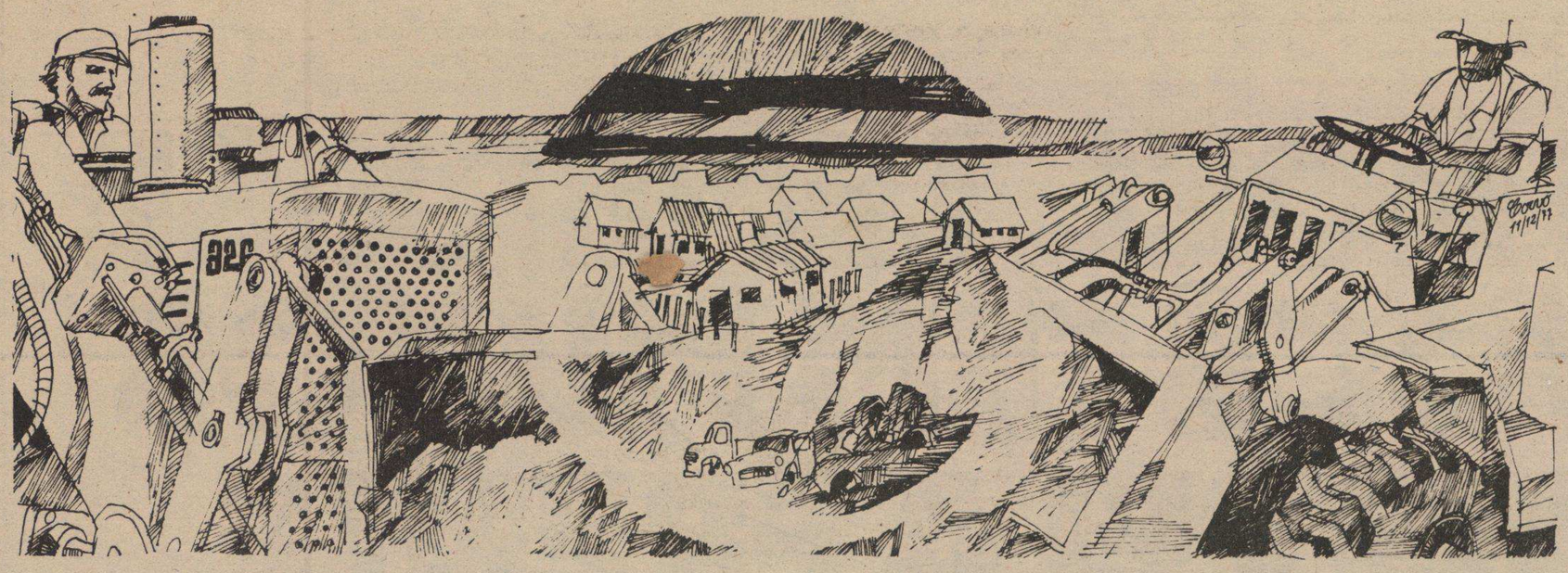
CBPE

SISTEMA BRASILEIRO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO

BNH

O amanhã ninguém sabe. Mas quem poupa sabe.

SGB



Pobres fora, conforto dentro

Os próprios técnicos do projeto Renascença reconhecem que o seu grande defeito é o de não ser popular e indiretamente favorecer a especulação imobiliária. Faz parte do Plano Cura (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), instituído pelo BNH para, como o nome está dizendo, recuperar rapidamente certas áreas pelas prefeituras municipais. Em Porto Alegre, além do Renascença, que abrange uma área de 426 hectares, formada pelos bairros Menino Deus, Azenha, Cidade Baixa, Medianeira e Praia de Belas, está iniciando o projeto Padroeira que tem como objetivo recuperar o bairro Navegantes, um dos mais pobres da cidade.

O mesmo Plano Cura foi aplicado com o nome de Eldorado na cidade de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Numa cidade formada basicamente por operários, o Eldorado tentou valorizar áreas livres. Com isso, conseguiu apenas expulsar os trabalhadores das zonas próximas às indústrias. Também no Mangue, tradicional zona de prostituição do Rio, não deu certo porque os técnicos, mais uma vez, esqueceram do problema social que causou com a saída dos moradores. Assim mesmo, o presidente nacional do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), Demétrio Ribeiro, tenta explicar que o "Renascença, com outros projetos semelhantes, não cria conflitos em si, porque é uma forma planificada de organização do centro urbano". Afirma ainda que "na nossa sociedade o progresso gera a expulsão dos mais pobres". E conclui que "a Prefeitura acaba sempre fazendo obras em benefício de uma camada social em detrimento de outras, que sempre é a de menor poder aquisitivo".

Demétrio Ribeiro diz que pela atual administração pública, as prefeituras não têm recursos e tudo depende de financiamentos, geralmente federais. O investimento total da Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, entre março de 76 e dezembro de 78 — prazo do projeto —, é de Cr$ 500 milhões. Só para lembrar, é bom dizer que em toda a administração Guilherme Socias Villela serão aplicados apenas Cr$ 192 milhões em esgoto cloacal, uma das necessidades básicas. A verba do Renascença é financiada pelo BNH, em 20 anos, com dois de carência. Ou seja: quem vai arcar com o pagamento será aquele que estiver no poder no final da execução do projeto. Essa foi uma das razões apontadas pela Prefeitura de Blumenau para recusar o Plano Cura.

Porto Alegre possui 18 hectares da área livre do Renascença, o que dá apenas 3% do que foi planejado, o restante dos terrenos pertencem a particulares. É exatamente sobre essas propriedades que incidirá o imposto progressivo, uma das exigências do BNH para financiamento da obra. A alíquota do imposto é calculada sobre o valor venal do terreno, chegando até 10%. Assim, um valorizado em Cr$ 400 mil teria de pagar, por exemplo Cr$ 40 mil de imposto anual, se já estivesse implantado o novo sistema que começará em 79. O resultado é simples: ganham os cofres públicos e haverá um novo *boom* imobiliário.

Em dezembro de 78 os imóveis aumentarão 30% — cálculo normal —, mas com a conclusão de novos edifícios naquela área, obedecendo a "padrões de luxo", eses serão valorizados em mais 30 ou 40%. Quem afirma isso é Elói de Souza, gerente geral de vendas da Predilar, uma das maiores imobiliárias de Porto Alegre. Ele diz ainda que o metro quadrado nos bairros do Renascença está hoje avaliado entre Cr$ 4.500,00 a Cr$ 5.500,00. "Mas é só o prefeito dar por concluídas as obras para haver um aumento vertiginoso."

Mas se mesmo a Prefeitura lucrar com a execução do projeto — através da cobrança de impostos que pretende reaver o valor em 15 a 20 anos — os moradores desapropriados não estão na mesma situação. Um dos exemplos mais significativos é o de Anadir Machado Garnizé, 48 anos, três empregos, com uma filha doente mental e um salário de Cr$ 1.200,00 mensais. Em 73, ela conseguiu comprar um apartamento de 45 metros quadrados na rua Miguel Teixeira, 83, um dos prédios que foi demolido parcialmente para ser projetada a avenida Cascatinha. Este ano, a Prefeitura deu Cr$ 138 mil de indenização. Dessa quantia, ses serão valorizados em mais 30 ou 40%. Anadir deixou Cr$ 70 mil na Caixa Econômica Federal para liquidar o financiamento e, depois de passar quatro meses em casas de parentes, encontrou um partamento de 38 metros quadrados, na rua Riachuelo, por Cr$ 150 mil.

No entanto, a Prefeitura anuncia a construção de edifícios através de cooperativas na Ilhota, local onde antigamente havia malocas, para serem adquiridos pelos indenizados. Até agora não há data prevista para o início das obras e todos os moradores desapropriados não levam fé na promessa.

Elaine Lerner

Foto de Jacqueline Joner

Tem comunistas na colônia!

O cidadão corado, de alvas cãs, interrompeu o jantar, levantou-se com o equilíbrio abalado pela alta ingestão de vinho e indagou se entre os comensais visitantes havia comunistas. Como a resposta não lhe agradou, pois dos 12 presidentes das províncias de Vêneto, Itália, que visitavam Farroupilha, três haviam sido eleitos pelo PC italiano, o cidadão corado passou a destratar os ilustres convivas. E, em bom dialeto veneziano, encerrou um furioso discurso garantindo que "se vocês fossem brasileiros nós iríamos colocá-los debaixo da canga".

Depois das desculpas de praxe, o professor, jornalista e vereador arenista Mário Cardelin, que ciceroneava os visitantes, conduziu a comitiva à vizinha cidade de Bento Gonçalves. Na chamada *Capital do Vinho,* depois de aplaudir demoradamente as vistosas avenidas e a preservação da cultura italiana, os visitantes ouviram a banda municipal tocar um vibrante dobrado que não era nada menos que *La Giovenezza,* o hino oficial do nazismo.

Prestes a arrancar os poucos cabelos que lhe restam na cabeça, Gardelin resolveu ao final do roteiro — carinhosamente preparado para retribuir as atenções dadas pelos italianos quando em 1975 uma delegação gaúcha visitou a Itália — prevenir-se contra qualquer surpresa. E tão logo avistou, em Flores da Cunha, a banda florentina encarregada de saudar os visitantes, implorou ao maestro que dispensasse a execução da música maldita. E felizmente *La Giovenezza* não foi interpretada pra descanso de Gardelin e dos visitantes, que apesar de tudo voltaram ilesos ao seu Vêneto.

Paulo Cancian

As estimativas balançam

No fim do ano passado o ministro Mário Henrique Simonsen acalentou a esperança de segurar a inflação em torno dos 30% este ano. Em março, porém, quando o índice mensal foi para os 4,1%, as estimativas oficiais começaram a admitir 35% e mais adiante 38%.

Na segunda semana de novembro, quando já a perspectiva dos 38% havia ido para o brejo, Simonsen garantiu: "Não passa dos 40!".

Oficialmente é possível e tudo indica que é isso o que vai acontecer. Mas restam algumas dúvidas. Em outubro a revista *Euromoney* publicou a previsão de dois dos maiores bancos do mundo para a inflação brasileira este ano.

O Chase Manhattan Bank (o *nosso* Lar Brasileiro) previu 46% e o Bank of America, o número um da lista dos maiorais do mundo, estimou entre 41 e 43%. Será que os americanos estão enganados ou o sucessor de Simonsen terá que fazer o mesmo que ele fez com Delfim Neto: três anos depois informar que os dados oficiais não correspondem à realidade?

cooJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

AOS ASSOCIADOS

O Conselho de Administração eliminou oito associados que apresentavam considerável atraso no pagamento das parcelas das quotas-partes do capital que subscreveram.

Tais associados estavam em situação irregular, pois de acordo com o artigo 5º, item II, do Estatuto, "o associado tem a obrigação de integralizar as quotas-partes de capital que subscrever e contribuir com o rateio de prejuízos, despesas administrativas e operacionais", além de, segundo a alínea C do mesmo item, satisfazer pontualmente seus compromissos para com a Cooperativa

O Conselho de Administração continua examinando a situação de associados que estejam em situação semelhante e, se as notificações a respeito não forem atendidas, deverá eliminá-los também.

Porto Alegre, 1º de dezembro de 1977

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renascemos cada vez que nosso ideal inspira um grupo de pessoas.

O cooperativismo existe desde que o homem se tornou um animal racional e social.

Reflexo do sentimento de solidariedade humana, o cooperativismo é uma alternativa às pessoas que, unindo seus esforços, fazem frente àqueles que procuram tolher a evolução social.

Operando para a obtenção de melhores resultados nas ações econômicas, o cooperativismo aperfeiçoa cada vez mais sua idéia básica: a força de cada um na união de todos e a força de todos no trabalho de cada um.

COTRIJUI
Cooperativa Regional Tritícola
Serrana Ltda. - Ijuí - RS.

Cautela com os grandes projetos!

Os grandes projetos industriais, do tipo pólo petroquímico, não representam o melhor caminho para o desenvolvimento de um estado como o Rio Grande do Sul. Os gaúchos devem procurar uma saída que melhor se ajuste à sua realidade empresarial e à sua estrutura social e familiar.

Essa é a opinião de dois importantes economistas, estudiosos das questões de desenvolvimento regional. Um deles é o suíço Jean Bernet, autor do *Guia Interinvest*, um livro de 800 páginas que disseca as associações entre multinacionais e empresas brasileiras.

Radicado no Brasil desde 1957, Bernet prepara o lançamento de uma publicação dedicada exclusivamente aos grupos nacionais e, nos estudos que vem realizando para esse trabalho, descobriu um fenômeno peculiar no Rio Grande. "Existe nesse estado", diz ele, "uma sociedade mais homogênea e mais estável em conseqüência de desfrutar de um nível de bem-estar social superior ao das outras unidades da Federação".

Sua conclusão é semelhante à de Celsius Lodder, economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), o órgão que municia o ministro Reis Veloso com estudos sobre a estratégia econômica do país. Para Lodder, o Rio Grande do Sul "não deve entrar em competição por indústrias de grande porte, que não se ajustam à estrutura que já dispõe e, por isso, seriam elementos desestruturadores de uma sociedade que se desenvolve homogeneamente"

Diz ele: "O Rio Grande do Sul é um estado que já tem a sua estrutura industrial formada, é estável e tem relações de produção realmente capitalistas. Possui uma indústria mecânica e metalúrgica evoluída e Porto Alegre é bastante politizada. A população da área metropolitana foi a única do Brasil a permanecer estável. A base industrial gaúcha não apresenta taxas explosivas de crescimento, não é dinâmica. Mas, paralelamente, é preciso dizer que não há necessidade de se ter taxas explosivas de crescimento. O mais importante é o bem-estar social".

Celsius Lodder lembra a instalação da Fiat em Betim (Minas Gerais) como um exemplo de como um grande projeto pode causar problemas desnecessários a uma sociedade estável:

"Trata-se de uma indústria que recebeu uma série de incentivos, com baixo retorno de benefícios para a região. O resultado disso foi uma violenta especulação imobiliária. Desorganizou-se uma comunidade que vivia com tranqüilidade".

Ele sugere que essa mesma desorganização pode ocorrer no Rio Grande se insistir na busca de projetos gigantescos. "O que os gaúchos precisam é de uma maior atuação na infra-estrutura, como energia elétrica, canalização de esgoto, abastecimento de água, um programa de desenvolvimento para a área de minifúndio e da região agrícola das Missões."

Para a indústria, Celsius Lodder sugere que o próximo estágio deve ser o do desenvolvimento tecnológico. Fechar o ciclo da produção seria também muito importante, através da agroindústria, já que o Rio Grande do Sul tem uma expressiva produção agrícola que pode ser transformada dentro do próprio estado. Quanto à presença do capital estrangeiro, ele não vê problemas "se ela se der na área da transferência de tecnologia".

O interessante é que essas opiniões fecham com as de Jean Bernet, embora cada um desses economistas tenha realizado seus próprios estudos, separadamente e com objetivos diversos.

Bernet raciocina que, já tendo chegado quase aos limites de sua fronteira agrícola e não tendo um solo rico em minerais — salvo o carvão, cobre e xisto betuminoso —, e tendo ainda um bom parque industrial de bebidas, vestuário, frigoríficos e mecânica-metalúrgica, o Rio Grande do Sul deve fortalecer a industrialização de alimentos e de mecânica de precisão, como motores, tornos, etc.

"Além do pólo petroquímico, não acho que se deva incrementar macroempreendimentos industriais nesse estado. As potencialidades gaúchas não são tão diversificadas como as de Minas. Mas, por outro lado, Minas é um estado que dormiu no ponto, bastante tempo, deixando de desenvolver sua agricultura", diz ele.

Nos estudos que vem realizando, Jean Bernet chegou a constatações que o surpreenderam. Verificou que "a exemplo da Europa de algumas décadas atrás, o Rio Grande do Sul formou uma geração de empresas familiares, cuja estrutura organizacional reflete, em larga dose, a notória coesão das próprias famílias dos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos".

Depois de analisar dados, ele planeja agora uma viagem às terras gaúchas, que ainda não conhece. Mas já identificou o surgimento no cenário nacional de importantes grupos industriais gaúchos, como Gerdau, Renner, Ipiranga, etc., todos conservando em suas empresas a presença de uma forte estrutura familiar. A isso pode ser acrescentado que a maioria absoluta — mais de 70% — das empresas gaúchas são microempresas, de 10 a 15 empregados, e atendidas pelas famílias dos proprietários. Isso, diz Jean Bernet, demonstra estar mais arraigado no Rio Grande o conceito de que a família é a "céluta-mater" da sociedade, muito embora o princípio seja válido para todo o país.

E é com base nesses raciocínios que ele defende a continuidade do desenvolvimento econômico gaúcho sem apelar para grandes projetos, cujo impacto na sociedade gaúcha é desconhecido. A não ser que muitas coisas mudem no âmbito federal, entretanto, não parece muito provável que estas idéias sejam levadas em conta pelos planejadores da política oficial do país. Segundo assegura Celsius Lodder, do Ipea, não existe um projeto para cada estado ou região —exceção da Sudene — que indique claramente a política econômica a ser adotada. Com a falta de uma linha mestra de comportamento, qualquer coisa pode acontecer.

Valério Fabris

SANTIAGO

Sérgio Dourado reza ao Santo dos oprimidos

Uma guerra santa contra a favela da Rocinha, no último fim de semana de novembro, tentou tirar um obscuro santo alemão de mais de mil anos de anonimato e São Conrado, uma praia-bairro do Rio de Janeiro, de um crucial problema de vendas.

Com anúncios assinados em conjunto com o Jornal do Brasil, a paróquia de São Conrado contou a história de seu padroeiro e apresentou uma programação de fazer inveja a Aparecida do Norte, para o fim de semana comemorativo à sua data, 26 de novembro.

Só mesmo um milagre poderia dar a uma paróquia do Rio a chance de celebrar seu santo com tanto fervor. Foi um milagre econômico, já se sabe. E foi Sérgio Dourado, o paladino da especulação imobiliária, o intermediário.

São Pedro não compactuou e mandou chuva no sábado. Teria ido por água abaixo a enésima tentativa de Sérgio Dourado para vender o Village São Conrado, um conjunto de torres redondas cujos pecados originais ninguém parece disposto a perdoar? A elaboradíssima estratégia de vendas criada pela agência Premiun se explica: com a venda total, em abril de 78, movimenta-se uns 7 bi de verba.

Tinha tudo para dar certo, não fosse a chuvarada. Muitos desocupados por certo iriam à praia em frente ao Hotel Nacional para assistir ao lançamento brasileiro do "surf-à-vela" e principalmente a intensa programação de domingo.

De manhã, missa às 10, concurso de pandorgas com farta distribuição de prêmios (Miss Wind, por exemplo, "para a mais hábil empinadora" — de pipas, como eles dizem), Gincana São Conrado de vôo livre (com troféus Fênix, Leonardo da Vinci, Saint-Éxupery, Icarus (sic) e Fernão Capelo Gaivota!) para culminar com a imagem do santo no céu, entre outros fogos de artifício.

Parece sina do Village São Conrado. Sofreu um incêndio parcial há alguns meses. Foi construído na confluência de grandes avenidas, na boca de um túnel. Sua eventual vista para o mar é atrapalhada por dois hotéis e, o que é pior, fica face a face com o morro onde se espalha a Rocinha, uma favela de 500 mil habitantes.

Não há santo que resolva. Já cobriram de *out-doors* para a comitiva da Asta não ver, ameaçaram acabar com tudo, mas a favela continua. Excelente opção residencial (os patrões e as patroas estão logo ali, além do túnel e da Niemeyer), a Rocinha dispõe de uma infra-estrutura montada pelos próprios moradores que, dizem, funciona muito bem. Os compradores em potencial do Village, no entanto, olham a favela e desistem.

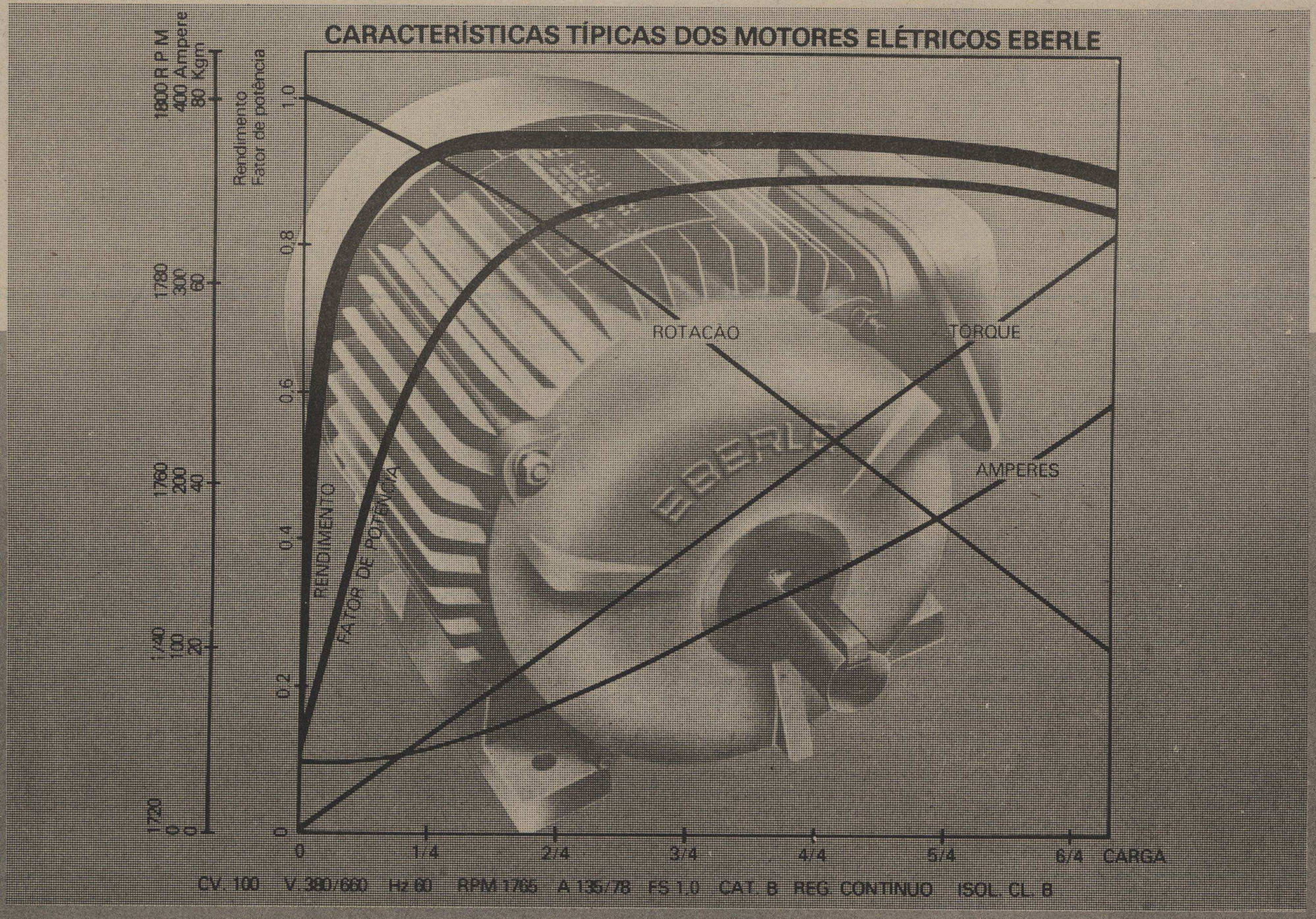
Embora seja voz corrente que o rival Roberto Marinho, do/a Globo, tenha um terço do Village São Conrado, isso não impediu que tenha sido uma subsidiária do JB que elaborou gincanas e troféus (um Fernão Capelo Gaivota para ela!) e que o próprio Jornal do Brasil tenha mais uma vez emprestado seu nome a uma "promoção".

No jornal de domingo, carimbo "Foi um sucesso" sobre a programação de sábado (mesmo tendo sido cancelada!). Tempo estável, sol ou no mínimo mormaço sobre São Conrado. Sinais de que o milagre de vendas pode acontecer? A julgar pela biografia divulgada pela paróquia, São Conrado, o defensor dos fracos e dos oprimidos, estaria mais para o lado da Rocinha, que continuaria tão habitada quanto o Village desabitado. Neste caso, já sabe: festinha de aniversário, nunca mais!

Ultimas notícias: duas mil pessoas compareceram no domingo, sem contar bombeiros que não tinham sido convidados e que tiveram que apagar o incêndio no centro de convenções do Hotel Nacional, que começou às duas da tarde. Às sete da noite, incêndio apagado (oito a 20 mortos), houve meia hora de fogos de artifício nos céus de São Conrado. Sucesso total.

Laerte Pedrosa

Razões e conseqüências da qualidade Eberle.



Os motores elétricos Eberle são construídos sob o princípio da perfeição.

Para atingir a posição de melhor motor nacional, a Eberle precisou desenvolver importantes aspectos construtivos, até alcançar significativos índices de produção:

— Construção rigorosa dentro das normas e especificações da ABNT e IEC, inclusive com dimensões de acordo com os padrões exigidos no Mercado Comum Europeu.

— Torque de partida elevado, excedendo os limites mínimos normalizados.

— Escorregamento: inferior a 5%.

— Produto " rendimento x fator de potência" elevado.

— Blindagem: o único motor nacional com a classificação IP55 (Totalmente blindado contra líquidos e poeiras).

— Precisão: balanceamento dos componentes girantes entre 10 e 20 μ.

— Sobreaquecimento: Δt inferior a 80º para a classe de isolação B.

— Baixo nível de ruído assegurado pelo controle de qualidade utilizando equipamento BRÜEL e KJAER.

Como conseqüência destes índices, os motores Eberle apresentam um desempenho superior.

Têm maior vida útil, menores custos de manutenção e consomem muito menos energia elétrica. Isto significa lucro.

Sem quebras ou interrupções.

A prova da veracidade destes dados são os dois anos de garantia sobre todos os motores Eberle.

A Eberle construiu e testou.

Você utiliza e comprova.

O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS

EBERLE

2 anos de garantia

METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S.A.

Conheça mais sobre os motores Eberle dirigindo-se para:
Fábrica 3 - BR-116 - Km 126
End. Teleg. EBERLE-Fone: 21-1211
Telex n.º 0542 155 MAEB - BR
Bairro São Ciro
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
ou para a Agência Eberle da sua cidade.

"Ecologia é questão política"

Entrevista com René Dumont, agrônomo e defensor do meio ambiente. O Lutzenberger da França

A luta de René Dumont pela defesa do meio ambiente e pela limitação da desenfreada exploração dos recursos naturais do planeta começou em 1929, na Indochina, contra o colonialismo francês.

Como agrônomo, uma de suas primeiras preocupações — e denúncias — foi sobre a má utilização da terra nos países subdesenvolvidos, submetidos aos interesses das grandes potências.

Quando ninguém pensava ainda na Ecologia como uma ciência, este professor de Agronomia da Universidade de Paris já lançava alertas dentro de um mundo que avança a passos largos a caminho do chamado "crescimento econômico", em detrimento dos recursos naturais indispensáveis para o equilíbrio do próprio homem.

Mas a voz deste homem só começou a ser ouvida a partir de 1974, quando se apresentou como candidato à presidência da França, concorrendo com François Miterrand, Chaban Delmas e outros. Seus pronunciados não tinham nada de eleitoral, mas conseguiu surpreender a todos — de cada 100 votos, quatro foram para ele.

Tudo o que ele queria, lançado por um grupo de ecologistas, era fazer passar a mensagem propondo um novo tipo de civilização, onde o lucro e o desperdício de energia como metas da sociedade deveriam desaparecer.

Foi em seu apartamento, de frente para o bosque de Vincennes, em Paris, que René Dumont deu esta entrevista a Zélia Leal, do Coojornal.

Cris de Queiroz

Dumont, em sua casa em Paris: contra o lucro e o desperdício

Coojornal — Como conciliar desenvolvimento e defesa do meio ambiente? Para sair do subdesenvolvimento, os países do Terceiro Mundo terão que sacrificar seus recursos naturais. Como o senhor vê este problema?

René Dumont — Para começar devo dizer que, como agrônomo, dou muita importância à agricultura. A agricultura é a base indispensável para o desenvolvimento da indústria. Ora, este problema do desenvolvimento da agricultura, no caso da América Latina, é prejudicado por uma estrutura social perigosa que pode provocar sérios danos à defesa do meio ambiente.

Coojornal — Há poucos dias o senhor falou sobre o Equador...

Dumont — Estou voltando de uma viagem ao Equador, onde passei o mês de agosto. Lá pude verificar o problema em questão. Lá existem grandes planícies, planaltos irrigáveis e fáceis a cultivar. Mas a grande maioria destas terras são subexploradas, utilizadas como campos de pastagens naturais permanentes, com uma fraca densidade de gado. Todas estas planícies foram tomadas pelos grandes proprietários, sobrando as encostas para os índios. Enormes encostas difíceis de cultivar porque não é sempre que eles podem se servir de uma junta de bois para lavrar a terra. Ora, cultivando as encostas, os indígenas provocam uma forte erosão em toda esta região de montanhas. Entre Riobamba e Ibarra, a gente pode observar que de 15 a 20% das encostas já foram destruídas pela erosão. Resta apenas a rocha nua sobre a qual nada mais cresce, nem árvores nem ervas.

Coojornal — E como resolver este problema?

Dumont — Bastaria concentrar a agricultura nas planícies e deslocar os campos de pastagens e florestas para as encostas. O meio ambiente não seria destruído. Acontece que o problema não é tão simples quanto parece. Os grandes proprietários das planícies não são agricultores, não estão nas fazendas. São médicos, advogados, dentistas, banqueiros, industriais... tudo, menos agricultores. E como eles detêm, além das terras, o poder político, a situação não é fácil de mudar. Conclusão: se esta situação continuar, até o fim do século todas as encostas equatorianas serão destruídas.

Coojornal — Em outros países da América Latina ocorrem situações semelhantes...

Dumont — Sim, o problema é o mesmo em toda a América Latina, principalmente na Venezuela e no Brasil, onde existem imensas propriedades que não são cultivadas. O grande problema é que as melhores terras do continente servem atualmente de campos de pastagem para o gado. Isto num continente que sofre hoje de subalimentação. E uma das maiores causas da degradação dos solos é a instalação das companhias multinacionais que se apropriam das melhores terras.

Coojornal — Sim, e estão cobiçando a Amazônia.

Dumont — Antes, vejamos o caso do vale do rio São Francisco, onde as grandes companhias americanas estão comprando milhares de hectares para plantar eucalipto. Esta é uma árvore que, pelo seu rápido crescimento, produz em pouco tempo matéria-prima necessária para a indústria de celulose. Nesta região, como nas outras, as multinacionais simplesmente eliminaram os pequenos agricultores. O que eles querem é terras, máquinas e alguns operários para conduzirem as máquinas. Os pequenos agricultores são, desta forma, expulsos de seu meio natural e a prioridade das terras não é mais para a produção de alimentos. Elas passam a servir aos interesses das grandes companhias multinacionais. A situação dos pequenos agricultores sem terra é dramática. Esta situação provém da estrutura do poder político na América Latina. Os grandes proprietários e as multinacionais têm poderes excessivos sobre a terra.

Coojornal — Como o senhor vê o caso da exploração da Amazônia brasileira? Diz-se que a região produz 50% do oxigênio do mundo. Qual é o perigo para o Brasil e para o equilíbrio do planeta?

Dumont — Certamente a Amazônia é uma floresta importante. Estive visitando certa vez uma parte dela. É evidente que a floresta amazônica produz parte importante do oxigênio mundial. Mas isto não impediria o desenvolvimento econômico da região, se fosse bem dirigido.

Coojornal — E como seria este "bem dirigido"?

Dumont — A floresta atual poderia ser substituída por uma floresta produtiva. Poderia até mesmo se explorar a borracha natural, mas atualmente a *Hevea* é substituída pela borracha sintética e pela petroquímica. Portanto, é cada vez menos interessante cultivar esta planta. Poderia se cultivar, por exemplo, o que no Equador se chama Palma Africana. É uma riqueza importante na Eurásia para a produção de oleaginosos. Existem várias outras árvores que poderiam se adaptar perfeitamente à Amazônia. Deveria ser estudada e planejada seriamente a cultura de um certo tipo de árvore produtiva que não destruísse o meio ambiente. Mas é necessário dizer que esta questão da Amazônia não está ainda bem esclarecida.

Coojornal — Neste caso é preciso reconhecer que, no fundo, o problema ecológico é político. Depende da opção de um governo, de sua política de desenvolvimento, certo?

Dumont — A economia atual é uma economia capitalista baseada no lucro e no aumento constante do lucro. Esta economia não se importa com a defesa e a proteção do meio ambiente para a sobrevivência do homem. Precisamos de uma nova política, um regime onde o objetivo principal não seja o lucro. No Brasil, fala-se muito em segurança nacional. Mas segurança nacional não é somente a defesa das fronteiras. É, sobretudo, a defesa do interior do país, seus recursos naturais, seu meio ambiente. Aliás, os governos latino-americanos falam muito em segurança nacional, mas nenhum parece realmente preocupado com o que se passa dentro de suas fronteiras, no que diz respeito à proteção do meio ambiente. O problema é que estes governos estão submetidos aos interesses dos grandes proprietários e das multinacionais que estão explorando a fertilidade do meio natural como eles exploram uma mina.

Coojornal — Seria então impossível realizar uma luta paralela denunciando a destruição do meio ambiente, a construção de centrais nucleares, se não se ataca diretamente o sistema político?

Dumont — Evidentemente. O sistema político e econômico. A economia deve ser dirigida em função dos interesses nacionais e não em função das minorias ou de algumas grandes sociedades. É necessário que o poder político domine o poder econômico. No Brasil e na América Latina em geral, se passa o contrário. O poder econômico domina o político e assegura os interesses das minorias.

Coojornal — O senhor é acusado de ser neo-malthusiano. O senhor concorda?

Dumont — Nós estimamos que a maior ameaça para o homem é o próprio homem. O homem é uma ameaça incrível, principalmente o homem do mundo desenvolvido. Quanto mais numerosos nós somos mais perigosos nos tornamos para o meio ambiente, pela nossa influência destrutiva. Atualmente o Clube de Roma diz que se continuar o crescimento demográfico e se não for reduzida a velocidade do crescimento industrial e os desperdícios de consumo do mundo desenvolvido, a humanidade caminha para uma verdadeira catástrofe. O neo-malthusianismo é para mim uma simples questão de sobrevivência. Ou saberemos nos limitar em população e em consumo ou então toda a humanidade estará condenada à morte.

Coojornal — Segundo uma teoria bastante difundida, há lugar para todo mundo no planeta. Na China, por exemplo, se diz que quanto mais gente existir, mais braços haverá para trabalhar na construção do país.

Dumont — Já que você citou o caso da China, posso afirmar que não há país mais neo-malthusiano que a China. Não existe no mundo país que tenha tomado medidas mais malthusianas que a China. Lá, as moças não têm o direito de se casar antes dos 25 anos e os rapazes antes dos 28. As relações sexuais pré-conjugais são formalmente proibidas, sob pena de sofrer graves sanções. A China sabe que deve controlar sua população por uma razão simples: sobrevivência. Ao mesmo tempo, apesar das dificuldades, eles aumentaram consideravelmente sua produção agrícola para não depender do abastecimento estrangeiro. A China é o país do Terceiro Mundo que conseguiu os melhores resultados na redução da natalidade. Se a gente falar da China fala automaticamente do fenômeno de neo-malthusianismo caracterizado.

Coojornal — O problema cresce quando este controle da natalidade é feito por países estrangeiros. Veja-se o caso da Índia, o homem recebe um rádio de pilha para ser esterilizado. O caso do Equador, denunciado pela Igreja, onde os norte-americanos esterilizavam as mulheres através do leite em pó. Com que direito os países desenvolvidos decidem sobre a natalidade dos subdesenvolvidos?

Dumont — No Equador, a produção alimentar *per capita* era de 100 em 1961, caiu agora para 85. Isto é, os recursos alimentares *per capita* aumentam menos rapidamente que a população. Resultado: existem 700 mil crianças famintas atualmente no Equador. Poderia se permitir um certo desenvolvimento da população na América Latina, onde ainda existe bastante lugar, se as terras forem melhor repartidas e melhor cultivadas e se o país for capaz de aumentar sua capacidade de produção. Mas o Terceiro Mundo, que era exportador antes da guerra, agora se tornou importador. Isto só faz aumentar o processo de dependência dos países desenvolvidos. Se esta situação se prolongar, dentro de pouco tempo os Estados Unidos chegarão ao ponto de poder estabelecer suas condições políticas em troca do abastecimento alimentar do Terceiro Mundo. Os países pobres já estão com uma dívida de 200 bilhões de dólares. Se perdem sua independência econômica, logo perdem sua independência política. A explosão demográfica é a maior aliada do neo-colonialismo.

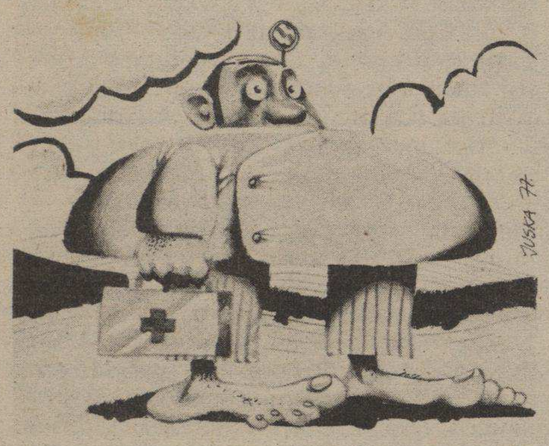
Médicos contra o modelo chinês

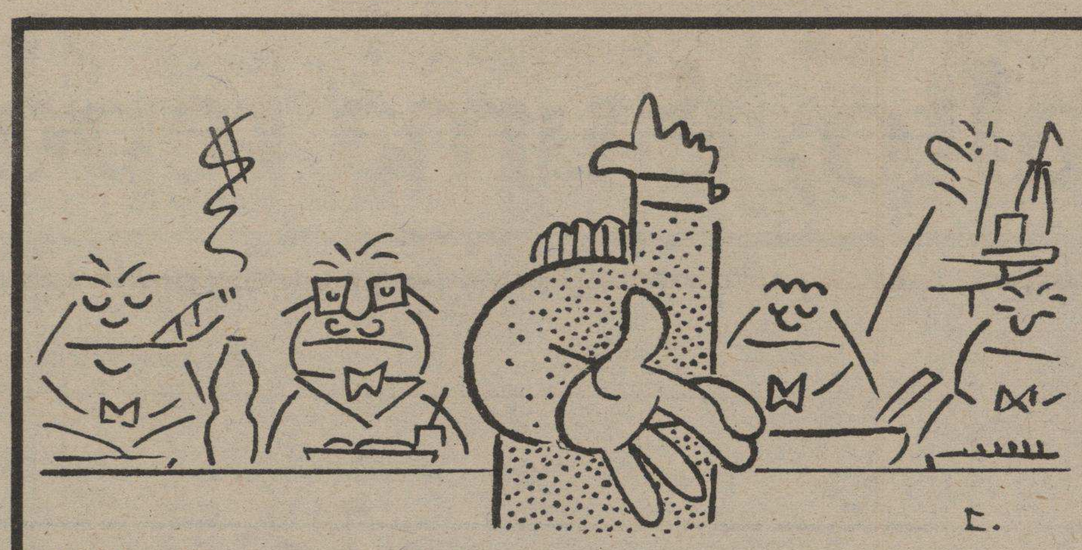
Não há clima para o modelo chinês no Brasil. Essa é a síntese da explicação que o ministro da Previdência Social, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, está dando para justificar o abandono do plano para criar a categoria de *técnicos em Medicina* no país. O ministro Nascimento e Silva, dois anos atras, estava preocupado com longas filas perante os ambulatórios do INPS nas cidades e muito mais pela ausência de filas e de ambulatórios no interior do país, especialmente no Norte-Nordeste.

O assustador deficit de médicos em extensas áreas rurais fez o Ministro olhar com simpatia a solução chinesa em matéria de saúde, nas regiões afastadas dos centros urbanos. Pessoas das próprias regiões abandonadas pelos médicos seriam especializadas no tratamento das principais doenças da área, durante dois ou três anos. Por exemplo: no Nordeste as doenças seriam avitaminose, esquistossomose, mal-de-Chagas. Após essa rápida passagem pelas aulas de Medicina, os técnicos começariam a operar diretamente nas regiões e, no caso de outras doenças "minoritárias", recomendariam simplesmente a remoção do paciente a centros médicos urbanos.

Em 1975, o Ministro tinha falado para os correspondentes estrangeiros com muito entusiasmo sobre os "médicos de pés descalços", após chegar à conclusão de que no modelo de livre iniciativa não poderia se pensar na mudança forçada de médicos da cidade para o interior. Dia 25 de novembro, no Rio de Janeiro, em novo encontro com os correspondentes estrangeiros, o Ministro explicou que pela oposição da classe médica, o plano chinês ainda estava na gaveta.

Guillermo Piernes





Missão: apoiar os governantes

Pelo preço da adesão (Cr$ 700,00), o almoço dos amigos de Mauro Salles era reservado apenas aos amigos ricos. E lá estiveram eles — mais de 300 —, dia 24 de novembro, reunidos no restaurante do Iate Clube do Brasil, em frente às águas azuis da Baía da Guanabara. O cardápio: um enorme abacaxi — alguma alusão à empresa que acabou de assumir? — sem miolo, cheio de picadinho de carne.

Muitos dos amigos que ali comiam a seu lado já haviam comparecido à sua posse, há duas semanas, em Brasília. Quais as razões que os levariam a repetir a homenagem a quem já estava em franca atividade comercial e, portanto, em franca competição com alguns dos presentes — entre eles, Roberto Marinho (O Globo), Oscar Bloch (Manchete), Richard Civita (Editora Abril)?

O organizador da festa, publicitário Luiz Macedo — um dos diretores e principal executivo da MPM Propaganda, a maior agência do país —, procurou esclarecer: "Todos nós estamos associados a uma responsabilidade maior para com os destinos desta Nação". Estas e outras palavras da sua fala de quatro laudas foram o suficiente para os presentes entenderem o recado: diante do rei posto, Macedo lançava-se como novo líder da classe. Mais do que isso, desejava ver a propaganda — em razão do tanto que fez pela expansão econômica do país — participando das grandes decisões nacionais.

Mauro Salles não decepcionou: ao agradecer a homenagem, atacou agressivamente a estatização da economia, mas por estranhos atalhos, atribuindo essa política a funcionários subalternos do governo — eles não estariam seguindo determinações do Presidente. E explicou: "A missão dos meios de comunicação é apoiar os governantes. Mas para isso, devem estar vigilantes para impedir que o segundo escalão, por força de suas indecisões ou decisões burocráticas, resolva por uma política oposta, independente e audaciosa, realizar uma gradativa e solerte estatização, contrária às teses. à palavra e à filosofia dos que detêm as maiores responsabilidades do poder". Significativamente, Mauro Salles não se referiu a temas freqüentes das suas últimas palestras — inclusive uma na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra —, tais como censura e liberdade de Imprensa. Aliás, apesar da crítica à estatização, é no governo que Mauro Salles procura os remédios para ressuscitar o gigante Associado. Enquanto tomava cafezinho, era informado pelo próprio Macedo — cuja agência tem algumas das principais contas publicitárias do governo — que a Caixa Econômica Federal topara patrocinar — por Cr$ 4 milhões — o Grande Jornal Tupi, da cadeia associada de televisão, que vai ao ar a partir de primeiro de janeiro.

Durval Guimarães

"Havia muita gente rebolando"

"Foi um vexame", disse July, o colunista do jornal A Tarde de Salvador. Para os organizadores, no entanto, o I Encontro de Colunistas Sociais do Norte, Nordeste e Centro do Brasil foi uma reunião de "importância significativa para a Bahia".

Os 20 colunistas que participaram do evento, representando 14 estados, não tiveram que perder tempo com conferências, debates e a elaboração de documento final. Em compensação, foi difícil cumprir em três dias (18 a 20 de novembro) o programa de almoços, jantares, festa e a recepção oferecida pelo governador Roberto Santos. Em troca, a primeira dama do estado ganhou uma gargantilha de ouro e brilhantes. "Prestigiaram a recepção o vice-governador, o chefe da Casa Militar e o prefeito da capital."

"A finalidade foi de se conhecerem e daí surgirão outras reuniões visando debates, pois todos são profissionais dos mais conceituados", explicou Isolda Menezes, do Diário de Notícias de Salvador e principal organizadora.

A hospedagem foi patrocinada pelos hotéis de Salvador, que costumam ganhar cinco estrelas dos colunistas presentes. Os banquetes ficaram por conta dos clubes sociais mais sofisticados da capital baiana. Colaboraram ainda artistas plásticos, boutiques e lojas, convidados a "doarem obras, por menores que sejam, para o sorteio entre os visitantes". Um dos almoços foi no "Barcaço", restaurante que já foi fechado pela Sunab por seus preços abusivos, mas que recebeu melhor tratamento dos colunistas, que prometeram retribuir a gentileza.

O governador baiano foi um dos que mais compreendeu a importância do encontro. No sábado à noite ele ofereceu uma recepção nos jardins do palácio, com bufê de iguarias baianas e internacionais e doces regionais.

Na segunda-feira, ainda sonolentos com a noitada na boate *Hippopotamus*, os colunistas embarcaram de volta para suas cidades levando promessa de uma imobiliária local de um prêmio de Cr$ 2.500,00 "ao que escrever a melhor reportagem sobre a Boa Terra". A voz distoante foi de July, que diz ter ouvido coisas incríveis acontecidas no fim-de-semana, mas que se limitou a dizer que "tinha muita gente rebolando sem motivo aparente".

Paolo Marconi

"O NATAL JÁ ERA!"

Nestes dias que antecedem o natal, antes de fazer comentários como este aí de cima, pare um pouco prá pensar.

Há alguns ou muitos anos atrás, como você reagia à chegada do fim do ano, às festas, à todos aqueles rituais com que nossos pais, avós, tios, primos e adjacentes alimentavam nossa imaginação e nossa emoção, qual era o sentimento que dominava?

Procure lembrar de como era a atmosfera, a expectativa, os sonhos, suas curiosidades, o cheiro. Sim, o indefinível cheiro de natal que pairava no ar. Os vagos receios que, mesmo acreditando sem acreditar no Papai-Noel, o levavam a viver diferente, sentir diferente, amar diferente.

A Cepal deseja, do fundo do coração, que sejam preservados os sonhos e as imagens de encantamento dos seus melhores natais. Neste, e nos muitos natais que virão.

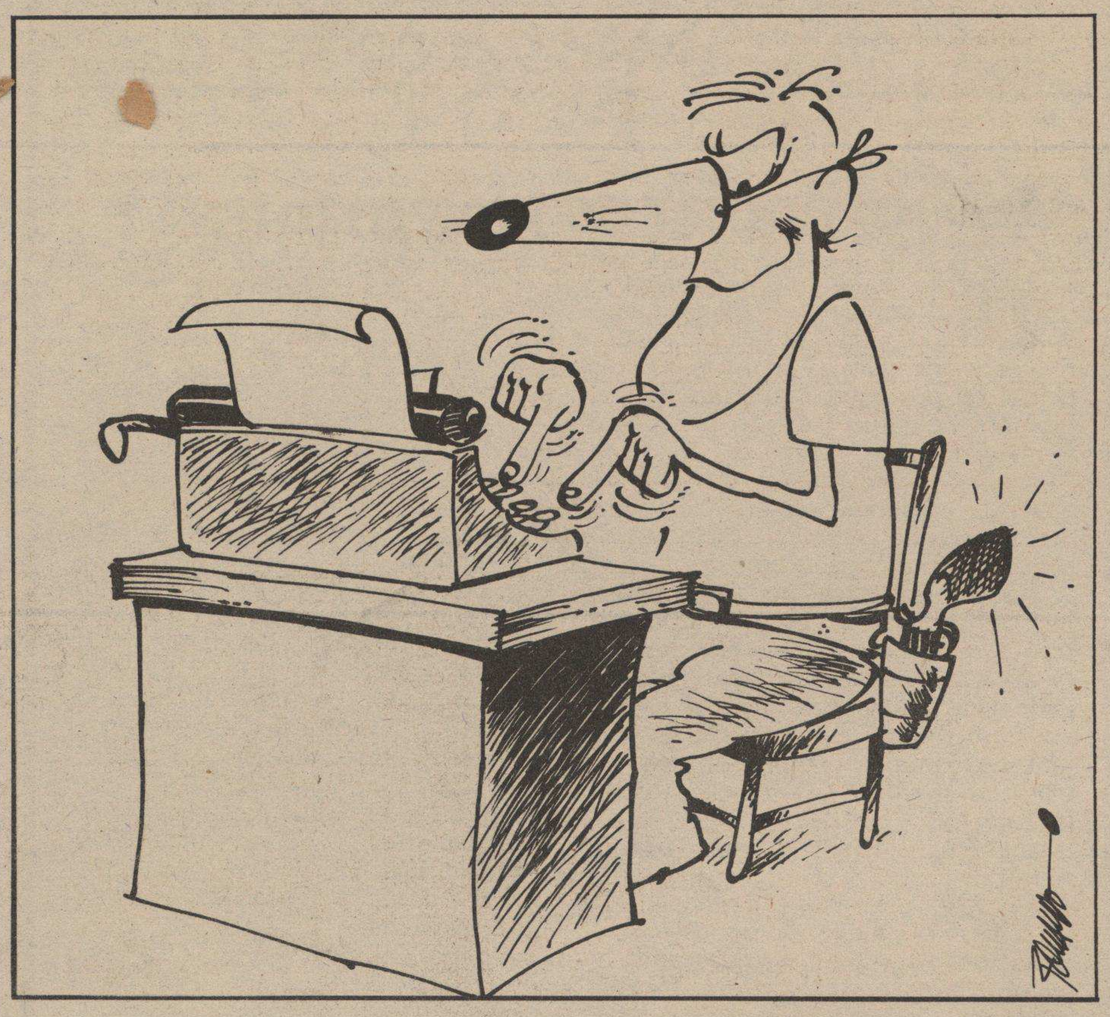
Cepal

COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE PORTO ALEGRE

Mãos ao alto, é uma reportagem!

O seqüestro é apenas pitoresco. Mas a imprensa vive uma semana de lances emocionantes

Por André Pereira



O major da Brigada Militar, Ricardo Kelleter, está munido de uma motorola portátil.

O jornalista Roberto Hirtz, do jornal Zero Hora, tem um revólver no cinto.

É uma madrugada fria e cá estamos com o repórter Kelleter, perdão com o repórter Hirtz e com o policial Kelleter. Ouçamos. Diz Hirtz, chamando o major pelo apelido:

"Buião, vamos atracar esta baia." (Traduzindo: "Buião, vamos invadir esta casa".) A rigor, uma atitude como esta pode ser considerada ilegal pois a lei reza que antes das 6h é criminoso ingressar em residência alheia. E segundo Roberto Hirtz são 5h20min, apenas.

Acontece que estamos diante da casa do suposto e presumivelmente perigoso seqüestrador dos seis meninos do bairro Moinhos de Vento. Aquele de quem suas próprias vítimas, resgatadas depois de um elogiado churrasco, só tinham um conceito: "Um cara trilegal".

Nesse momento entra em cena uma nova personagem, a dona da casa. Baixinha, de cabelos esbranquiçados e cara sonolenta, a senhora vislumbra o revólver de Hirtz reforçando o pedido de uma fotografia do filho.

Imediatamente ela entrega o retrato de Santino Ferreira da Silva, um rosto jovem, sério, sem óculos e nada parecido com os retratos falados publicados na imprensa.

Hirtz e Kelleter reúnem-se aos colegas (do repórter) Cláudio Brito e Sérgio Lima e procedem a busca das testemunhas do local onde os meninos estiveram acampados, em Gravataí. "Às 7h estas testemunhas já estavam no 9º Batalhão da Brigada Militar", conta Wilmo Medeiros, chefe de reportagem da Zero Hora, durante a cobertura do seqüestro. "A identificação era positiva: era o seqüestrador mesmo."

Com esta valiosa informação, conseguida graças ao auxílio do major Kelleter, a Rádio Gaúcha e o jornal Zero Hora se preparavam para dar um inigualável furo de reportagem. Mas...

"O delegado Pedro Seelig estava ouvindo o programa *Atualidades* e farejou alguma coisa", conta Luiz Figueiredo, chefe do departamento de notícias da Rádio Gaúcha. "Em seguida telefonou para cá e pediu o comparecimento dos repórteres no DOPS com todas as informações. Então tivemos que levar a foto."

Narrando o mesmo episódio para o jornal *Folha da Manhã,* o delegado Pedro Seelig deu uma versão diferente afirmando que foram os jornalistas que o procuraram com a informação.

Dizia ele: "Bom, aí entrou o Cláudio Brito no gabinete, desesperado, com uma fotografia. Aí quando eles me procuraram com a foto fui obrigado a confirmar depois de um acordo que firmaram para não divulgação".

Feito ou não o tal acordo o fato é que até as 24 h daquele dia nem a rádio Gaúcha e nem o jornal Zero Hora dariam o furo conseguido de manhã.

Foi justamente a Rádio Guaíba, da concorrente Companhia Jornalística Caldas Júnior, quem anunciou em edição extraordinária a identidade do seqüestrador Santino Ferreira da Silva. E a foto, distribuída pela polícia, apareceu em todos os jornais. Seria um castigo para a RBS.

"Só em refeição para o pessoal que trabalhou na rua gastamos uns Cr$ 10 mil", conta um dos diretores da RBS, Marcos Dvoskin. "E cerca de 100 a 120 pessoas da empresa estiveram de plantão durante a cobertura que durou seis dias, utilizando meia centena de jornalistas, 48 motoristas, 16 carros, seis unidades móveis que rodaram cinco mil quilômetros. Imagine o que deu em horas extras!"

Difícil calcular. De qualquer maneira, antes que terminasse a cobertura (que segundo o mesmo Dvoskin provocou um aumento nas vendas de 20% a mais que os 55 mil exemplares vendidos normalmente e de 30% a mais no primeiro dia e no dia da prisão do Santino), suceder-se-iam outros episódios de duvidosa validade.

Por exemplo: na noite que antecedeu a madrugada onde encontramos Kelleter e Hirtz dispostos a *atracar a baia* de Santino. Os repórteres da RBS tinham feito um brilhante trabalho de investigação na caçada ao seqüestrador indo parar em Santo Antônio da Patrulha. Lá adquiriram a informação que o homem era natural do lugar, conseguiram o endereço de um irmão dele e por fim do próprio Santino. E o que fazem os diligentes jornalistas, então? Há quem possa achar que eles deveriam correr para seu jornal para prestar contas aos seus leitores. E, no entanto, se dirigem à Polícia.

Lá, não se sabe por que, apenas Roberto Hirtz tem o privilégio de ingressar. Mas não consegue ser convincente diante do delegado Jardel que acha muito tarde da noite para atitudes heróicas. Conta Wilmo Medeiros, que a esta hora se retorcia sofridamente em busca do sono em sua casa, que o telefone tocou na mesa de cabeceira. Era Hirtz propondo a ação com Kelleter na casa de Santino. Wilmo autorizou plenamente.

— E se der zebra? indagou Hirtz.

— Vai defende tua pele! respondeu Medeiros.

Wilmo Medeiros sabia que Hirtz estava armado e não faz mistério disso. Justifica: "Um repórter policial há anos no setor como o Betinho tem, deve andar armado por necessidade, para defender a sua integridade". Mas Luiz Figueiredo, explicando que não estava trabalhando naquela noite, argumenta que ninguém sabia na redação da existência de arma.

Enquanto Hirtz ligava para Medeiros, o repórter Sérgio Lima discava para um capitão da Brigada, chamado Luiz Gomes. Sérgio Lima, coordenador de esportes da Rádio Gaúcha, também trabalha na assessoria de Imprensa do 1º Batalhão da Brigada Militar mas segundo Figueiredo não foi essa a razão que o deslocou para o setor policial durante a cobertura: "O Sérgio trabalhou durante 12 anos na reportagem policial". Se Sérgio tinha experiência o outro membro do trio que investirá na madrugada, Cláudio Brito, tem conhecimento no setor esportivo no qual é o coordenador da Copa do Mundo da Rádio Gaúcha. "Ele apaixonou-se pelo caso", explica Figueiredo. "A coisa empolgou-o tanto que ele acabou se envolvendo."

Esses três repórteres marcam um encontro com os policiais no interior do próprio quartel do 1º BPM. Seguidos por um jornalista tiveram que esconder-se enquanto o major Kelleter tomava cafezinho com os repórteres concorrentes. Às 2h em conversa com o major e com o capitão Gomes a equipe de jornalistas recebe um reforço. Chega o serviço secreto da Brigada Militar e é marcado um encontro entre repórteres e policiais no antigo cine São Luiz, em Canoas. Todos juntos, dali, partiriam para o "o atraque da baia".

Luiz Figueiredo reduz a questão a dois aspectos. Primeiro, os repórteres estavam com medo de levar um tiro e pediram a cobertura da Brigada Militar. Segundo esses repórteres policiais que a RBS utilizou são profissionais antigos nos quais a rotina do trabalho torna um pouco vagos os limites entre a missão jornalística e a atitude policialesca.

Para Wilmo Medeiros, o procedimento dos repórteres foi muito normal.

"Eles tinham todas as informações, só faltava ir na casa do cara. Mas que cara era este? Um cara que tinha seqüestrado seis meninos, que tinha Cr$ 2 milhões na mão e que podia tranqüilamente estar em casa pronto a dar um tiro no primeiro que aparecesse. Como um repórter iria lá sozinho de peito aberto?"

O leitor está em dúvida? Ouçamos outras narrativas.

O jovem repórter fotográfico José Netto, por exemplo, foi contratado para reforçar a equipe da sucursal do jornal carioca *O Globo*. Perplexo, ele conta que seguiu duas pistas frias divulgadas como "notícias de última hora" pelas rádios, mas cuja verdadeira finalidade era desviar os concorrentes dos locais onde eles estavam investigando. E também conta que quando ele e um colega aportavam em um lugar ouviram um repórter da Rádio Gaúcha se comunicando em código com a sua central. "Atenção Capitão. Aqui Colibri I. A ▶

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

13 ☐ 14 ☐ 15 ☐ 16 ☐ 17 ☐ 18 ☐ 19 ☐ 20 ☐ 21 ☐

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

condessa e o Irineo Marinho se aproximam da rocinha." Condessa queria dizer Jornal do Brasil e Irineo Marinho era o Globo".

Luiz Figueiredo não esconde o uso do código, mesmo porque a Zero Hora divulgou a informação. Mas agora vai explicar o uso de um rádio especial de Faixa Corrida que permite a escuta de todas as freqüências, inclusive as policiais e também a das emissoras concorrentes. "Usamos código porque provavelmente a Guaíba tinha um rádio destes também e também porque os policiais deviam estar nos ouvindo."

E a Rádio Gaúcha chegou a ouvir o que diziam os repórteres da Rádio Guaíba? "Bom, numa dessas corujadas apareceu o Antônio Brito, chefe de notícias da Guaíba, dando ordens a seus repórteres", admite Figueiredo. "Se não me engano ele pedia aos repórteres que checassem se o Fleury viria mesmo a Porto Alegre."

Enquanto aumentavam as tiragens dos jornais e as rádios conseguiam um índice de audiência admirável, os seus repórteres escabelavam-se em busca de uma informação exclusiva, de um furo de reportagem. Se Luiz Figueiredo confessaria mais tarde numa reunião com os diretores da empresa que "não paramos muito para pensar durante a cobertura" igual resultado deve ter sido alcançado na emissora concorrente. Embora Antônio Brito se negue a falar no trabalho feito pela Companhia Jornalística Caldas Júnior, sabe-se que também reconheceram-se erros.

Um deles: a Folha da Manhã do dia 7 de novembro publicou uma foto do bancário Arizio da Rosa Queiróz com a legenda "pode ser o seqüestrador", contrariando o texto da notícia onde por duas vezes os meninos diziam com decisão: "É parecido, mas não é ele".

Diz Wilmo Medeiros a respeito desta publicação: "Foi irresponsabilidade publicar aquela foto sem investigar a vida do cara, sem ter as informações mínimas de sua participação no seqüestro".

Um repórter da Caldas Júnior (Correio do Povo, Folha da Tarde, Folha da Manhã e Rádio Guaíba), revela a causa de alguns deslizes: "Não havia coordenação. Era uma loucura total. Todo mundo queria dar o furo. Então passamos a agir por conta própria, procurando nossas fontes e provocando uma guerra individual entre os próprios colegas de uma mesma empresa. Eu, por exemplo, de cara, desconfiei de dois marginais: o Nelsinho e o doutor Ribas".

Em nome desta guerra a entrevista coletiva com o seqüestrador já preso foi transferida das 14h para as 17h quando o vespertino Folha da Tarde já não poderia sair para as bancas com a notícia em primeira mão. No auditório da Secretaria da Segurança Pública, onde Santino foi apresentado no palco para uma platéia recorde, afirmava-se que o atraso de três horas na entrevista foi uma pequena compensação à RBS pela ajuda prestada à polícia.

E que estranho impulso guiou um outro jornalista a desconfiar de um amigo de iniciais R.J. ao ponto de fazê-lo passar por um interrogatório de duas horas e meia diante dos agentes do DOPS?

Menos mal que R.J. perdeu apenas os óculos, um pouco da confiança dos vizinhos e a tranqüilidade de uma semana repleta de ataques nervosos. Menos mal que Arízio Queiróz, mesmo tendo ido à polícia prestar depoimentos só teve que perder outras duas horas numa barreira policial quando viajava dias depois a Taquara para fazer um serviço bancário. Menos mal que nenhum dos dois foi incluído na centena de pessoas detidas em vilas e barreiras para triagem policial.

Mas Santino foi preso, elogiou a eficiência da polícia, saiu para o presídio abraçado e sorridente junto com o delegado Pedro Seelig e no depoimento à Justiça acusou Roberto Hirtz, Sérgio Lima e Cláudio Brito de terem conseguido a fotografia com sua mãe só porque apresentaram-se como policiais.

Fora isso, foi um final feliz. Na Caldas Júnior festejava-se com euforia os dois furos aplicados pela Rádio Guaíba na Gaúcha: a notícia do seqüestro em si, na manhã de sábado, dia 5, quando a emissora da RBS ficou aguardando uma nota oficial da Censura, e a notícia da identificação do seqüestrador à meia-noite do dia 8. Os policiais comemoram a prisão e parte privilegiada da sociedade respirou aliviada.

Os três repórteres-heróis da RBS foram premiados com uma peça publicitária, devidamente emoldurada e acompanhada de efusivos cumprimentos da direção da empresa.

Em nome de quem fala o general?

Em nome de quem fala o general Gastão Pereira dos Santos, irmão do vice-presidente da República e diretor da carteira agrícola do Banco do Rio Grande do Sul? De tempos em tempos ele faz uma de suas declarações agressivas e esta questão vem à tona. Este ano, já investiu contra os laboratórios estrangeiros que fabricam vacina antiaftosa, acusando-os de fraude e exploração, falou contra a campanha de privatização da economia e atacou os interesses que entravam o desenvolvimento da pecuária gaúcha.

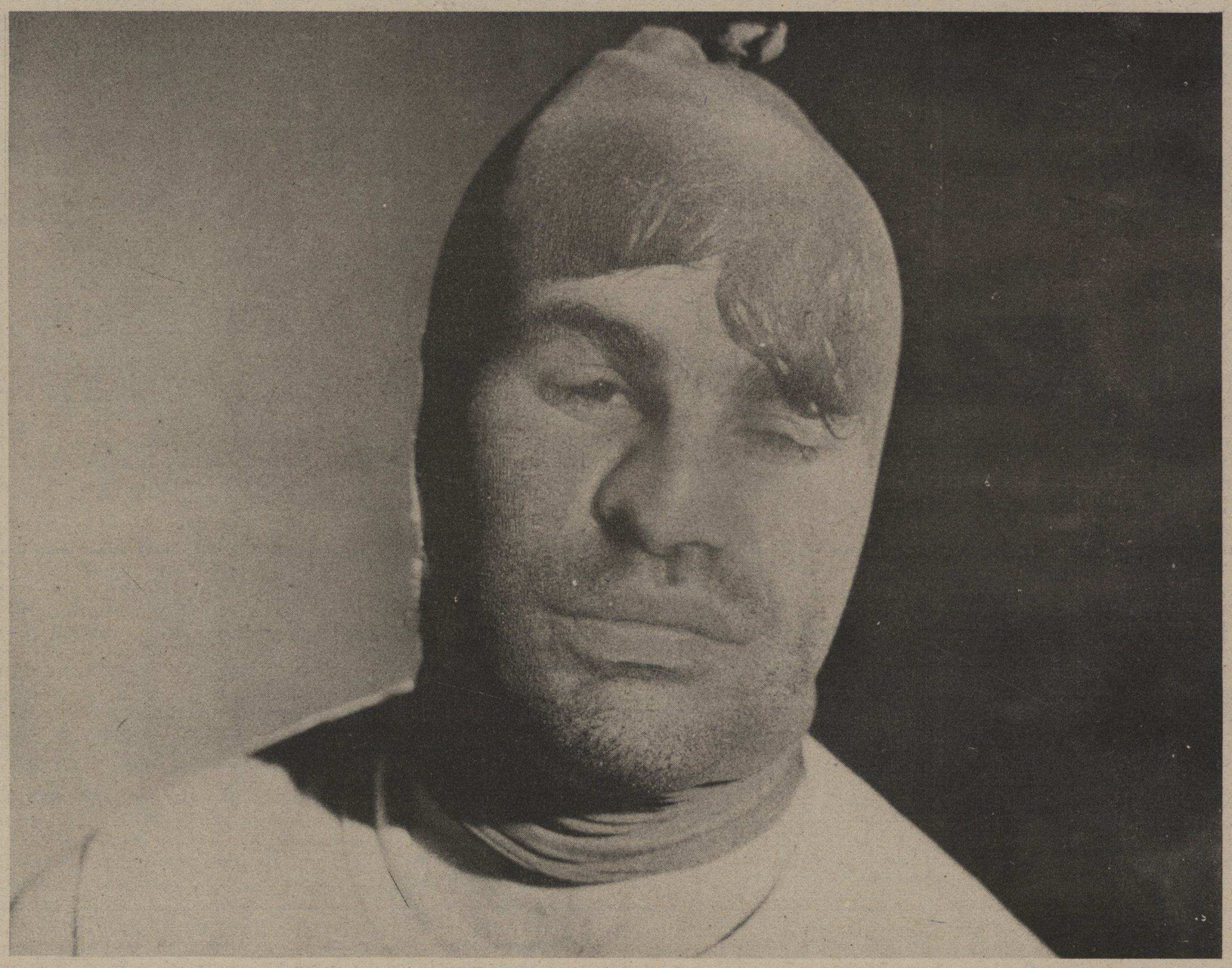
Nenhuma das suas intempestivas arremetidas, no entanto, teria tanto destaque quanto a que fez na última semana de novembro ao tomar posse como presidente da Associação dos Bancos do Rio Grande do Sul. O general começou definindo-se como "um homem que cultiva a franqueza e a lealdade", a quem "causam pasmo e espécie as atitudes dúbias assumidas por ilustres personalidades, quando efemeramente guindadas a posições de relativo destaque dentro dos organismos e entidades sociais".

E prosseguiu: "Desse espírito de vassalagem nos dão conta antigos pronunciamentos registrados pela imprensa escrita para vergonha e opróbio dos seus artífices. Antes decantavam a situação anterior à revolução. Consolidada esta, bandearam-se para o lado de cá. Hoje, quais agourentas aves permanecem em cima do muro na expectativa talvez de novas mudanças para pressurosamente cumprirem a sua triste sina de serviçais do poder. São esses mesmos corifeus, os pregoeiros da privatização dos lucros e da estatização dos prejuízos. Defensores intransigentes dos favores fiscais, das moratórias, dos privilégios de toda ordem que lhes assegurem o lucro fácil e imediatista".

Passado o espanto inicial ficaram as interrogações: em nome de quem aquilo foi dito? Em nome da Associação de Bancos ou de algum grupo da área militar? E quem eram os citados corifeus.

As respostas seriam dadas pelo próprio general. Primeiro, ele indicou a edição do Diário de Notícias, do remoto dia 12 de março de 1964 (véspera do famoso comício da Central do Brasil), como lugar onde se poderiam encontrar os nomes. E lá estava realmente a chave da charada: telegramas de apoio a Jango Goulart enviados pela Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Associação Brasileira de Propaganda e assinados por destacadas figuras do meio empresarial gaúcho: Plinio Kroeff (da Zivi-Hércules, então presidente da Fiergs), Neri Marques, Herbert Renner, Paulo Vellinho (Springer), Jorge Johanpeter, Fabrio Araújo Santos (da Rede J. H. Santos, então presidente da FAC), Petroneo Correa (um dos donos da MPM Propaganda e na época presidente da ABP) e outros.

Com os nomes publicados em alguns jornais (outros cautelosamente resolveram poupar seus anunciantes), seguiram-se dias de agitadas discussões no meio. No final, o general foi obrigado a dizer que havia falado em seu nome pessoal.



Escala

Como é difícil tornar-se herói. Só quem tentou sabe como dói.

João Bosco-Aldir Blanc

Sábado de manhã, o Santino alugou uma Brasília na Locarauto.

Segunda-feira, quando entregou o carro, ele cometeu o primeiro erro da sua curta carreira de seqüestrador: pagou a locação com as cédulas do resgate — que estavam todas marcadas.

A partir dessa pista, a polícia saiu nos calcanhares do Santino. E o final da história todo mundo já sabe.

A Locarauto, que de certa forma ajudou o Santino a fugir e a ser encontrado, quer aproveitar para dizer três palavrinhas a todas as pessoas que sonham com aventuras emocionantes: não existe super-herói.

Provavelmente, nos vôos de imaginação lá dele, o Santino almejava ser um Robin Hood moderno, um Batman canoense, o Alberto Roberto da Rua Pandiá Calógeras.

Hoje, muitas crianças de Porto Alegre gostariam de ser seqüestradas. E levadas para um mundo mágico habitado por Coca-Colas gigantes, cachorros-quentes voadores, ratinhos que falam, heróis de bom coração e mulheres com super-poderes.

Acredite: esse mundo não existe. Não existe super-herói. Não existe super-herói.

Dinheiro, poder, cartaz a gente consegue é batalhando, lutando, caindo e levantando, apanhando e se defendendo, vivendo e aprendendo, encarando e resolvendo os problemas.

Seqüestradores bem sucedidos, homens brilhantes que vivem vida de rei sem fazer nada, mentores intelectuais transformados em estátuas, isso só no cinema.

Ou na imaginação de pessoas que confundem a fantasia com a realidade. Como o pobre Santino.

Locarauto

O ato 5 de calças compridas

Esperava-se que fosse extinto. Mas ele vai ganhar a maioridade aos nove anos: vai trocar de roupa e entrar para a Constituição

Neste 13 de dezembro o Ato Institucional número cinco comemora mais um aniversário, no vigor da sua existência. Desta vez, porém, a passagem do seu nono natalício é acompanhada da esperança de que a data não se repita por muitos e muitos anos.

Afinal, o aniversário transcorre no momento em que os meios políticos ainda estão digerindo o discurso do dia primeiro de dezembro, no qual o presidente Ernesto Geisel anunciou à Nação a sua disposição de substituir o Ato 5, já batizado como a lei mater do arbítrio (quer dizer, fonte de todas as outras leis de exceção em vigor no País). Substituir por "adequadas salvaguardas constitucionais".

Como se diz que o general Geisel tem hoje nas mãos um poder que jamais um presidente brasileiro alcançou ter, já se dá o Ato como substituído. Passa-se então a discutir as ditas *salvaguardas* que integram todo um pacote de reforma política com o qual o quarto presidente da Revolução de 64 pretende brindar o País, depois de quase 14 anos de dureza.

A discussão não tem muito sentido, é verdade, pois há muito que os círculos políticos em Brasília conhecem os planos do governo e até sabiam o nome dos arquitetos ocultos encarregados de elaborar "o novo arcabouço político e jurídico do País". Embora o presidente da República tenha afirmado em seu discurso que a projetada reforma deverá levar em conta as consultas que o senador Petrônio Portella vem fazendo junto a lideranças de vários setores da sociedade, ninguém tem ilusões. O próprio Geisel lembrou em outro trecho do discurso que a coleta de opiniões feita pelo senador Portella será entregue ao "exame objetivo dos órgãos competentes da Nação".

Pelo que se sabe em Brasília, o projeto da reforma já está definido em gabinetes muito exclusivos, faltando apenas delinear alguns pontos específicos. Essa tarefa está a cargo do chefe do Gabinete Civil, da presidência, general Golbery do Couto e Silva (do qual se diz que é a *eminência parda* do governo), assessorado por alguns juristas, entre os quais se destaca a figura, já encanecida, do velho liberal gaúcho, o senador Daniel Krieger.

Krieger é um dos principais autores da Constituição de 1967, quando era líder do governo Castello Branco no Senado, e afastou-se do centro da atividade política desde que, no final da legislatura de 1968 o Congresso e o País foram atropelados pela fúria do Ato Cinco. Desde então, recusou-se a compartilhar de qualquer iniciativa política que não levasse em conta a institucionalização do regime.

Chamado pelo Palácio do Planalto em meados deste ano e convencido dos objetivos oficiais, Daniel Krieger se dispôs a estudar uma fórmula política que concilie a necessidade do regime de manter o total exercício do poder nos momentos de crise, com o fim do arbítrio de que hoje ele desfruta através dos instrumentos criados pelo Ato de 13 de dezembro.

O velho militante da ex-UDN (que pretende encerrar sua carreira política ao final do seu mandato de senador no ano que vem) propôs uma solução simples: o retorno da Constituição de 1967, acrescida de alguns complementos que dessem ao regime a segurança que ele requer para permitir o reaparecimento de uma vida política no País.

Estes complementos, a esta altura já definidos, são a criação de um Conselho de Estado e a inclusão na Carta Constitucional de um princípio conhecido como *Estado de Emergência*.

Quando posto em vigor, o Estado de Emergência daria ao presidente poderes suficientes para proteger o regime de acontecimentos que colocassem em crise a vida política do País ou que pretendessem a substituição do regime. O *Conselho de Estado* funcionaria durante a vigência do Estado de Emergência e absorveria alguns poderes especiais que hoje, com o Ato Cinco, ficam apenas com o presidente.

Atora essas linhas de caráter geral, os demais pontos do projeto ainda se encontram em fase de discussão, análise e avaliação, nos "órgãos competentes da nação", evidentemente.

Ainda não foram definidos quais os poderes que o presidente exerceria durante o Estado de Emergência, a quem caberia decretá-lo e quais as funções exatas do Conselho de Estado. Sabe-se porém que os encarregados do projeto estariam inclinados a adotar uma fórmula na qual o presidente teria o poder de decretar e encerrar o Estado de Emergência e, na sua vigência, ele exerceria todos os poderes que hoje lhe são conferidos pelo Ato Cinco. Com exceção, talvez, da prerrogativa de mudar a Constituição quando achasse necessário.

O Conselho de Estado, por sua vez, funcionaria como uma espécie de tribunal encarregado de julgar os processos das pessoas que fossem atingidas pelas medidas excepcionais decretadas pelo presidente. Isso eliminaria uma questão grave relacionada com o caráter sumário do Ato Cinco: as pessoas punidas por ele e que depois são absolvidas pelos tribunais, como ocorreu com o ex-governador do Rio Grande do Norte, Cortez Pereira, que teve seus direitos políticos cassados por corrupção e depois foi absolvido pelos tribunais.

O Conselho de Estado seria composto pelo próprio presidente da República (que o presidiria), pelos presidentes da Câmara e Senado, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e pelos ministros militares.

Há, todavia, uma segunda fórmula em cogitação que daria ao Conselho de Estado o poder de decretar e suspender o Estado de Emergência, além de decidir sobre os casos de fechamento do Congresso e cassações de mandatos.

Nesta hipótese sobrariam ao presidente os demais poderes hoje contidos no Ato Cinco que são, principalmente, a suspensão dos direitos e garantias dos cidadãos, como o uso do *habeas corpus*, censura à imprensa e outros similares. Nesta segunda fórmula, a composição do Conselho de Estado seria mais ampla com a inclusão do ministro da Justiça, além de mais um representante de cada uma das casas do Congresso e de mais um membro do Poder Judiciário.

A definição destas questões deverá ocorrer no primeiro semestre do próximo ano, após a escolha do sucessor do presidente Geisel, o qual será indicado já comprometido com a execução deste projeto. Segundo declaração do Senador Portella (à saída de uma audiência com o General Golbery), a fórmula que for escolhida pelo governo será enviada no mês de maio para aprovação pelo Congresso. Ela só entrará em vigor, no entanto, com a posse do novo governo, em janeiro de 1979. Até lá tudo permanece como está, "se não surgirem imprevistos".

Neste quadro, a missão do senador Portella, encarregado oficialmente pelo presidente Geisel de ouvir o País sobre o projeto da reforma, tem mais o caráter de sentir a pulsação dos vários setores do que colher subsídios que entrem na sua composição. O governo, evidentemente, ouvirá a todos que queiram falar; mas...

Diante deste quadro, o MDB tem poucas alternativas. Além de não ter demonstrado condições de ir mais além na pregação da Constituinte, o governo irá fazer sua nova Constituição com ou sem o MDB, o que tirará do partido da oposição algumas de suas bandeiras mais vistosas, como o fim do arbítrio presidencial e o próprio desaparecimento, formal, do Ato Cinco. Nem tudo será fácil para o governo também. Uma reforma que trate apenas de mudar a roupagem do Ato Cinco não fará desaparecer a discordância de alguns setores com o regime de exceção. Como já observou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, professor Raymundo Faoro, "a simples inclusão do Ato Cinco no corpo da Constituição não porá fim aos problemas políticos do País". **(Antônio Gouveia J.)**

veja

O projeto de uma vontade solitária

Por Marcos Sá Correa

"Não vos trago, desde logo, um novo programa de governo, inteiriço e acabado, nem sequer simples esboço. Descabido seria fazê-lo. Prematuro e pretencioso, daquela pretensão de poder tudo e de tudo saber, em que costumam soçobrar as melhores intenções e impulsos mais altruístas."

Quase quatro anos depois desse discurso com que se apresentou, à Convenção Nacional da Arena, o presidente Ernesto Geisel tem efetivamente um programa político, em que praticamente se resumiram todos os objetivos iniciais de seu governo: ele pretende deixar ao sucessor que vai escolher o legado de uma reforma política.

Talvez mais que legado, a reforma é quase o dote do candidato preferido do Presidente da República — e não se tem qualquer razão para supor que este não seja o chefe do Serviço Nacional de Informações, general João Baptista Figueiredo.

Com a reforma se assentará a sua candidatura. A reforma ajudará a delinear-lhe um perfil político reconhecível, necessário para derreter candidaturas de emulação que possam vir a brotar no ano inteiro que se estenderá entre a indicação e a investidura. E ele, o candidato, ajudará a emprestar às reformas de que é herdeiro as condições plausíveis de longevidade.

Esse é hoje o programa político que o governo, de fato, tem. Pode desagradar a paladares políticos mais requintados, deixar insatisfeitos apetites reformizantes mais ambiciosos — mas não deixa de ser um programa mais claro, por exemplo, do que a distensão lenta, gradual e segura que marcou o primeiro período do mandato do presidente Geisel — e que, hoje se sabe, não tinha um projeto de implantação, um cronograma ou mesmo certa clareza de propósitos.

Exatamente como anunciou à Arena em 1975, o presidente Geisel só veio a ter um Programa Central de Governo — e seu governo, ele mesmo colocou em mensagem ao Congresso, tinha basicamente a pretensão de ser um reformador político, não é o II PND que se pode tomar como modelo — quando seu mandato entrasse em quarto minguante.

E, precisamente ao contrário do que anunciou à Arena em 1975, esse projeto está hoje ancorado na sua vontade solitária — na capacidade de "tudo saber, poder tudo" que, senão por feitio pessoal, ao menos pela fé do círculo mais íntimo de seus assessores, despejou sobre o presidente Ernesto Geisel um feixe de responsabilidades que provavelmente jamais recaiu sobre aquele cargo. Ele resolve, executa e cuida de podar as ameaças à execução.

Na sucessão presidencial e na reforma política, pelo menos é isso que se está tentando. Na sucessão, ele escolherá um candidato num processo que, deliberadamente, ficará restrito a seu gabinete — o que não impede, evidentemente, que as salas anexas fervilhem de expectativa no Palácio do Planalto. Ou que em repartições militares brotem candidaturas paralelas. Ou que o senador Magalhães Pinto continue em campanha pelo País, ou mesmo que uma boa parte da Arena, dita renovadora, trabalhe pela candidatura do general Euler Bentes Monteiro, um oficial da reserva cercado de prestígio como administrador.

A idéia toda da sucessão é que, uma vez ungido pela escolha oficial do presidente Geisel, o candidato estará a salvo de provocações. Idêntica convicção suporta o arcabouço das reformas políticas que substituirão o AI-5 por instrumentos mais liberais. Não importa quantas desconfianças esta mudança suscite entre os revolucionários "sinceros, mas radicais". Desde que ela exprima a vontade do presidente, estará resguardada de qualquer suspeita. Foi benta.

No discurso aos arenistas em primeiro de dezembro, o presidente Geisel, enquanto admitia a extinção do AI-5, marcou com o sinete oficial a *missão Portella* — até ali, a fantasmagórica empreitada em que o presidente do Senado se lançara, tentando absorver para o governo um fermento de transformação política, que estava no País e que o MDB buscara capturar mais cedo, com a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Tire-se o chapéu ao senador Petrônio Portella: de mãos rigorosamente vazias, ele conseguiu reduzir o gás que inflava a Constituinte. Mas, como suas conversas giravam em órbita quase "subversiva" — a restauração do *habeas corpus* para crimes políticos, o fim do AI-5, do decreto-lei 477, do bipartidarismo, tudo quanto garante o imobilismo político do regime — a missão era olhada com reservas maiores pelos redutos de apoio irrestrito à Revolução do que entre os próprios emedebistas.

O presidente Geisel abençoou a missão Portella. Ela ficou, pelo menos teoricamente, inatacável pelos "revolucionários sinceros, mas radiais".

Há, nessa operação, muitos outros sinais capazes de revelar o estilo pessoal do Presidente da República. Assim, a missão recolherá sugestões, mas não levará ao Palácio do Planalto uma consolidação de propostas: o senador Portela sabe que não pode dar ao general Geisel a impressão de que ele, Geisel, está recebendo pronto, embora vindo de consultas com representantes escolhidos da opinião pública brasileira, um projeto de reformas constitucionais. O que vier a ser implantado pode ser até sósia deste. Mas terá que trazer a patente do Presidente ou jamais receberá o seu entusiasmo.

Esse feitio de governar, em que agora se depositaram a sucessão e as reformas, veio deixando marcas e ensinando interlocutores, desde 1974. O Presidente quase desistiu da fusão do Rio de Janeiro com a Guanabara, por exemplo, quando foi necessário atender a pequenas injunções políticas das lideranças tradicionais locais. Ele carrega para o Palácio da Alvorada ou para a Granja do Riacho Fundo resmas de papelada burocrática, em que se debruça, literalmente, durante a noite ou os fins de semana. Quando o ministro Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil, se afastou da função, em 1975, por deslocamento da retina, os ministros da área econômica começaram a reconhecer a letra do Presidente da República emendando ás vezes rascunhando projetos, alguns complexíssimos, como o da lei das Sociedades Anônimas. Ele preenche, de resto, sozinho e sem máquina de calcular, as suas declarações de imposto de renda. E uma vez, o ministro Nascimento e Silva, da Previdência Social, assombrou-se ao levar-lhe assuntos de rotina administrativa de sua pasta — uma verdadeira montanha de documentos sobre deficiências hospitalares no interior do País — e receber do genera' Geisel o pedido de que deixasse tudo em sua mesa. Haveria dúvida em torno das propostas do ministro? Não, o presidente explicou-lhe. Ele apenas se interessava pelo assunto e queria ler, no fim do expediente.

No Japão, o presidente Ernesto Geisel assumiu, no dia de sua chegada, o controle absoluto das decisões diplomáticas. Havia entraves na negociação da declaração conjunta que assinaria no fim da visita oficial. Ele fixou ponto por ponto, numa reunião que apanhou seus assessores ainda zonzos da viagem aérea, no Palácio Akasaka, onde ele poderia ceder e onde ele queria que os termos da declaração fossem mantidos textualmente.

No Brasil, sempre que usou o AI-5 para fazer cassações, ele evitou cumprir o dispositivo que manda ouvir o Conselho de Segurança Nacional — seus ministros assinam as cassações quando elas já estão decididas, o decreto correndo de ministério em ministério para que não seja necessário reuni-los.

Ele gosta de discussões, sobretudo discussões acaloradas. Mas não gosta de ser dobrado em suas opiniões. É um homem capaz de se sentir à vontade diante de grandes auditórios, para os quais improvisa com fluência e naturalidade. Mas que leva uma vida isolada no Palácio da Alvorada — seus visitantes ali são invariavelmente os mesmos, a maioria gente cuja intimidade vem de muitos anos antes da Presidência. Sua mesa de jogo de cartas, por exemplo, não muda a composição há 20 anos. Essa característica deu à sua equipe uma certa coesão. Mas lhe deu, também, o vezo de se comportar como um grupo enquistado, compacto e isolado no Palácio do Planalto por mais que se misture em ocasiões sociais. Para decidir, o grupo se fecha.

Tudo isso compôs uma imagem parcial e incompleta do presidente Ernesto Geisel. A definitiva terá de esperar pelo fim de seu governo e a eventual consecução de seus projetos políticos de liberalização do regime. É é possível que, assim como aconteceu com o presidente Castello Branco — com o qual, há anos, à falta de melhores dados, se quis comparar o general Geisel — a melhor imagem a seu respeito se venha a formar, justamente, daquilo que, contra ele, a imprensa pôde publicar, críticas freqüentemente duras, enquanto ele dirigia o País armado com o AI-5.

Presidente não faz o sucessor

"A História não se repete. A História ensina", diz o historiador Hélio Silva, que organizou para o Coojornal uma relação das sucessões presidenciais no Brasil desde a proclamação da República e que é regida por uma regra até agora sem excessão: o presidente não escolhe o sucessor de sua preferência.

Isso quer dizer que se o presidente Ernesto Geisel colocar no Palácio do Planalto o general João Baptista Figueiredo (até o momento, o candidato da sua preferência) estará quebrando um tabu de quase 90 anos. "No Brasil — diz Hélio Silva — o presidente sempre interferiu na escolha do sucessor. Mas também é verdade que esta intervenção tem sido discreta ou ostensiva, mas geralmente malsucedida."

O historiador recorda a seguir todas as sucessões presidenciais desde a Proclamação da República, analisando a posição do presidente, o uso que fez dorgo, "o direito ou o dever que alguns lhe atribuem de ordenar o processo sucessório".

DEODORO DA FONSECA

Eleito pela Assembléia Nacional Constituinte, a 25 de fevereiro de 1891, Deodoro tinha, como companheiro de chapa o almirante Eduardo Wandenkolk. O resultado da eleição, em que votaram 234 constituintes, proclamou eleito o marechal Deodoro com 129 votos, contra 97 dados a Prudente de Moraes. Para vice-presidente, porém, o companheiro de chapa de Deodoro só teve 57 votos, sendo derrotado pelo vice-presidente da chapa oposicionista de Prudente de Moraes, o Marechal Floriano Peixoto, eleito por 163 votos.

FLORIANO PEIXOTO

O primeiro presidente da República não cumpriu todo o mandato. As dificuldades surgidas com a mudança do regime; a crise que determinou o fechamento do Congresso a 3 de novembro; o agravamento dos males físicos que já o afligiam na Proclamação da República, levaram-no à renúncia no dia 23 de novembro. Assume Floriano que não era seu candidato à vice-presidência.

Floriano desconhece o artigo 42 da Constituição e permanece no Poder até a conclusão do período presidencial, sem convocar novas eleições. Não coordenou a sua sucessão.

PRUDENTE DE MORAES

Prudente é o primeiro presidente que atua na sua sucessão. Mas não foi sua atitude o fator decisivo da vitória de Campos Sales. As forças políticas e econômicas, que haviam retomado o poder, depois de Floriano, tinham seu pólo principal em São Paulo, cujo presidente, Campos Sales era, naturalmente, indicado para continuar assegurando ao novo bloco a hegemonia econômica dos cafeicultores. Campos Sales soube aproveitar a base político-econômica e procurou consolidar a hegemonia política de São Paulo, escrevendo uma carta a Rodrigues Alves para que aceitasse a candidatura à presidência.

RODRIGUES ALVES

Não conseguiu fazer vitorioso seu candidato, Bernardino Campos. Formou-se uma coligação conhecida como O Bloco, *que somava, segundo os cronistas da época, a sagacidade de Pinheiro Machado, a inteligência de Joaquim Murtinho e a sabedoria de Rui Barbosa. Acenando com o poder, conseguiram o apoio de Minas Gerais que se reivindicava, por sua vez, como componente do eixo político Rio —Minas —São Paulo. A três presidentes paulistas devia suceder um presidente mineiro, Afonso Pena.*

AFONSO PENA

Contratempos políticos e um problema familiar afligem Afonso Pena e levam-no à morte, a 14 de junho. Já Pinheiro Machado emergia de um castigado ostracismo e favorece a candidatura do ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, levantada pelo capitão Jorge Pinheiro na festa de seu aniversario, a 12 de maio.

Assume a presidência Nilo Peçanha, a 18, para completar o quatriênio de Afonso Pena. Nilo não tem condições para interferir na escolha dos candidatos já apresentados: Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. Hermes é eleito a 15 de janeiro de 1910, tendo como companheiro de chapa Wenceslau Brás.

WENCESLAU BRÁS

Combatido desde a sua eleição, impugnada por Rui até o último dia de seu governo, Hermes não domina o problema sucessório. Surgem as candidaturas Pinheiro Machado e Campos Sales e Rui Barbosa. Até que Bueno de Brandão, presidente de Minas, escreve ao presidente de São Paulo, Rodrigues Alves, propondo a candidatura de Wenceslau Brás. Rodrigues Alves concorda e o eixo São Paulo-Minas elege Wenceslau que toma posse em 15 de novembro de 1914.

EPITÁCIO PESSOA

Wenceslau Brás não faz seu sucessor. A crise sucessória se resolve convocando, com merecido retiro, o conselheiro Rodrigues Alves, eleito presidente da República pela segunda vez, a 1º de março de 1918, tendo como vice-presidente Delfim Moreira. Rodrigues Alves não chega a assumir. Vem ao Rio, hospeda-se em uma casa da rua Senador Vergueiro, recentemente demolida, conhecida como o Catetinho, aí morre a 17 de janeiro de 1919, assumindo o vice-presidente Delfim Moreira que preside mas não coordena, a eleição de Epitácio Pessoa, em pleito disputado com Rui Barbosa. Epitácio, declaradamente, não intervém em sua sucessão, disputada no mais violento pleito desta época entre Artur da Silva Bernardes e Nilo Peçanha.

ARTUR BERNARDES

Empossado a 15 de novembro de 1922 governa até 1926. A sucessão de Berbardes foi feita obedecendo ao critério de contemplar, sucessivamente, São Paulo e Minas. Washington Luís foi eleito por ser o presidente de São Paulo, sucedendo a um presidente mineiro. Não foi indicação ou interferência de Artur Bernardes embora este lhe fosse grato pelo apoio dado, oportunamente, quando candidato.

GETÚLIO VARGAS

A sucessão de Washington Luís apresenta uma comprovação bastante eloqüente da interferência malsucedida do presidente da República na escolha de seu sucessor. Washington Luís tinha como candidato, embora não declarasse, mas segundo seus amigos, o presidente de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque. Contra esta indicação insurgiu-se o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que se considerou preterido, tio do atual líder da maioria, deputado José Bonifácio.

Antônio Carlos propõe a candidatura do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Este apresenta seu nome ao presidente da República pedindo-lhe que o leve ao colégio eleitoral da época, que era os governadores estaduais.

Esta proposição está sendo agora seguida pelo candidato senador Magalhães Pinto quando anuncia que vai solicitar ao presidente da República a apresentação de seu nome ao Colégio Eleitoral.

Washington Luís não apresentou o nome de Getúlio Vargas aos governadores. Mandou que o líder da maioria, Miguel Vilaboim, coordenasse o apoio a seu candidato, Júlio Prestes, e respondeu a Getúlio Vargas dizendo que os 17 governadores, representando 17 estados, já se haviam pronunciado a favor da candidatura Prestes. Washington Luís deixou de consultar os três estados que sabia se pronunciariam a favor de Vargas: Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Este procedimento preferencial do presidente da República provocou a formação de um bloco conhecido como Aliança Liberal. As queixas e reclamações contra os abusos do poder, o respeito às urnas, haviam criado o clima de contestação. O resultado do pleito presidencial, fraudado, fez a revolução. Assim, tivemos outubro de 1930.

EURICO DUTRA

Vargas, empossado como chefe do Governo Provisório, é eleito presidente pela Constituinte de 34. No longo período em que governou o Brasil jamais cogitou de fazer sucessor. Foi deposto a primeira vez, a 29 de outubro de 1945, sob a acusação de continuísmo. Empossado o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, preside as eleições de que sai vitorioso o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra.

GETÚLIO VARGAS

Dutra não fez seu sucesso. Sua preferência pelo ministro da Guerra, Canrobert, não logrou êxito. Surgem outros candidatos. O PSD, partido majoritário, divide-se apresentando, afinal, a candidatura Cristiano Machado. A UDN lança, pela segunda vez, o brigadeiro Eduardo Gomes. A divisão das forças políticas abre oportunidade para que o PTB apresente Getúlio Vargas que, na expressão da época, volta ao poder "nos braços do povo".

JUSCELINO KUBITSCHEK

Vargas não iria indicar seu sucessor. Nas condições trágicas de seu suicídio assume a presidência o vice-presidente João Café Filho.

Café tinha um candidato in-pecto, o governador do Paraná, Munhoz da Rocha que chegou a se descompatibilizar. Malograda a candidatura teve, como compensação, o Ministério da Agricultura, enquanto surgia a candidatura do chefe da Casa Militar, general Juarez Távora. O candidato eleito foi seu opositor, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

JÂNIO QUADROS

JK tentou uma manobra pela qual a UDN apresentaria a candidatura de seu presidente nacional, Juracy Magalhães. Seria o rodízio dos partidos: o PTB tinha dado a Vargas. O PSD, JK. Chegaria a vez da UDN. O que facilitaria a volta de JK. Carlos Lacerda, também interessado em uma presidência vindoura, torpedeou a candidatura Juracy Magalhães apoiando Jânio Quadros na convenção da UDN.

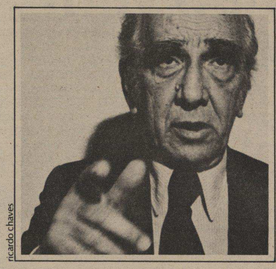
Jânio não teve tempo de cogitar a sucessão. A renúncia repetiu a situação de Deodoro sucedido, na presidência da República, pelo vice-presidente da chapa da oposição, desta vez JANGO GOULART.

Esses fatos comprovaram a tese quanto às duas Repúblicas — a Velha e a Nova que antecederam março de 1964. E depois a explicação ficou a cargo da História que é recentíssima e de conhecimento de todos embora sujeita a contestações, mais na defesa de posições e de pontos de vista pessoais do que no esclarecimento da verdade.

É de conhecimento público, não é necessário detalhar, todos sabem que o presidente CASTELLO BRANCO tinha preferência por um candidato civil que seria, inicialmente, Carlos Lacerda e, depois, Bilac Pinto. Ainda cogitou Osvaldo Cordeiro de Farias ou Roberto Campos. Não necessariamente o seu sucessor, seu ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva.

O general COSTA E SILVA afastou-se do poder pela moléstia, não teve interferência na sucessão. O presidente GARRASTAZU MÉDICI conduziu-se discretamente, sem revelar sua preferência. Os círculos palacianos articularam-se em torno de outros nomes que não o do general ERNESTO GEISEL apoiado nas Forças Armadas chefiadas pelo ministro da Guerra Orlando Geisel. E foi eleito.

Silva: "A História ensina"



ricardo chaves

"Democracia vem já ou não vem"

Algumas das questões políticas do momento, vistas pelo sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso

Por Marcelo Lopes

juan gomes

Cardoso: "Não precisamos ser bobos"

Coojornal — Afirma-se que os partidos serão mudados, mas só depois da escolha do novo presidente. O que acha disso?

Cardoso — Para fazer isso, quem tomar esta decisão terá provavelmente que adiar também a eleição de deputados e senadores para o Congresso. Acho que se a oposição aceitar a tese de adiar a eleição ela aceitará algo perigosíssimo. Porque os precedentes mais freqüentes com adiamento de eleições demonstram que a tendência é de que ela não ocorra. A oposição, a meu ver, não devia aceitar o jogo que está sendo proposto: primeiro vamos fazer um presidente, vamos ter umas normas, não sei o quê lá, depois vamos fazer a democracia. Democracia ou vem já ou não vem.

Coojornal — Essa é a conversa do senador Portella...

Cardoso — Eu diria que esta conversa do Portella, no quadro do jogo político vigente é um dado positivo. Mas, veja bem: no jogo político vigente. Acho que o Portella não está testando a oposição, ele está testando o sistema militar. Fala com a Ordem dos Advogados, fala com o bispo Lorscheiter, amanhã fala com um líder estudantil, depois com um líder sindical. Põe luz a 20 volts, depois 30, depois 40, 50... até ver onde dá o curto-circuito. Acho que a missão do Portella é exploratória, mais para os **decision makers** do governo do que propriamente para a oposição. É por isto que a conversa é vazia. Ela não é para ser cheia de conteúdo, não. O conteúdo dele é o fato de conversar, de procurar. Obedece à lógica da situação. Toda a pessoa que está na situação quer transformações sobre controle e, num dado momento, poder parar as transformações. Não cabe à oposição adotar esta lógica. Não pode. A lógica da oposição é outra...

Coojornal — A da Constituinte, seria?

Cardoso — Para mim a Constituinte entra aí. Ela tem sentido, não porque se imagine que se vá ter uma Constituinte amanhã ou depois. Não vai, nem pode. Sabe aquela brincadeira de pegador, de correr um atrás do outro e que tem o ponto do "pix", onde não se pode pegar ninguém? Pois o MDB não pode encarar a Constituinte assim. Se a oposição disser: eu estou no "pix", na Constituinte, não vou discutir coisas do varejo como, por exemplo, se o **habeas corpus** muda para tal tipo de preso e não para tal, só me interessa o atacado. Se ela fizer isso vai ficar ilhada, prisioneira da sua idéia grandiosa. A oposição tem que entender que quando começar a mudar ela vai ter que facilitar a mudança. Facilitar, mas não se comprometer, não é fácil isto, não. Quer dizer, acho preferível que o governo decrete as reformas que quer, do que ficar naquela conversa: o MDB vai lá e vota nalgumas medidas. Não, o MDB deve dizer: eu quero a Constituinte e o Estado de Direito. Agora, este decreto foi bom porque foi um passo nesta direção. Não é meu o decreto, é do governo mas serve.

Coojornal — A Constituinte a seu ver...

Cardoso — A Constituinte, para mim, tem sentido na medida em que ela for concebida não apenas como um alvo, um "pix", a coisa melhor do mundo, mas na medida em que for um processo. Aí ela é para valer. Como um processo, ela é o mecanismo através do qual você leva a discussão a vários setores da sociedade, recolhe daí os diversos pontos de vista que eles querem expressar, especialmente das bases da sociedade. A meu ver a Constituinte seria uma coisa muito ruim se o Presidente da República dissesse assim: bom, em março teremos uma Assembléia Constituinte convocada. Porque daqui até março não terá havido realmente nenhuma mobilização efetiva. Não terá havido discussão profunda de nada.

Coojornal — Ela seria a conseqüência de um processo amplo?

Cardoso — Penso que sim. Não se pode nem pensar em Constituinte sem pensar em anistia, por exemplo. Se você observar atentamente o processo político brasileiro recente, em que não houve anistia nenhuma, progressivamente passou-se a absorver certas intransigências. Quer dizer, há problemas complicados a resolver e o principal deles é o militar. O AI-5 foi aplicado massivamente no Exército, nas Forças Armadas. Faz anistia e faz o quê? Voltam os oficiais e voltam com a patente mais alta? Sim, porque é isso que significa anistia. Isto só poderia ocorrer se tivesse havido um desmoronamento do sistema autoritário. Não houve.

Coojornal — Como vai ser, então?

Cardoso — Esta é uma outra questão que devemos discutir com franqueza. Nós não estamos aqui, nem em Portugal, nem na Espanha. Veja você os casos recentes de transformação de regime autoritário: Portugal, Grécia, Espanha. Em Portugal houve uma guerra colonial na qual o exército português afundou, perdeu a guerra. E ao perder a guerra mudou de qualidade e quase que desapareceu o exército, que era esteio da ordem salazarista. Não era o único, mas era um deles. Na Grécia, o exército grego perdeu para os turcos a Guerra do Chipre. Isto foi um fato decisivo. Evidentemente não foi um fato sozinho. Se não houvesse pressões sociais de expressão não haveria isto também. Mas foi isto o que mudou qualitativamente. Na Espanha o caso é mais interessante. Lá temos uma transformação em curso sem que o exército tenha perdido qualquer guerra, nem interna nem externa. Acontece que o franquismo não acabou junto com a Segunda Guerra porque já se esboçava a perspectiva de luta entre a União Soviética e os aliados e a Espanha foi preservada como baluarte desta luta.

Coojornal — A pressão social na Espanha cresceu muito...

Cardoso — Assim, as **comisiones obreras,** protestos, greves, as questões nacionais, etc. Então o exército não tinha mudado, nem perdeu a guerra mas o regime estava exaurido e a pressão social interna estava muito alta. Não é comparável com a do Brasil. Em comparação com a Espanha nossa pressão social é baixa. Este é um dado que se precisa entender. Não temos greves amplas há muitos anos. Na Argentina de hoje mesmo há greve. Nós temos que entender que é por isto que a transformação do regime autoritário no Brasil está se dando sob controle. Houve uma transformação na sociedade, incluindo partes do próprio Estado, como a burocracia estatal, etc. Pessoas que foram sendo contaminadas pela idéia de que não é necessário manter a situação de quem está em guerra ainda. Isto porque ganharam, não porque perderam. Os empresários, por exemplo, estão achando que é possível mudar as coisas porque estão por cima. Então, nossa margem de manobra objetiva não é tão grande. Acho que o que se pode esperar deste processo político é talvez um Estado de Direito, talvez um regime de orientação democrática e de aspiração popular, mais do que isso.. com que roupa?

Coojornal — Mas a tendência é que surjam ou aumentem as pressões...

Cardoso — Bem o quadro hoje é este ou será que estou errado? A pressão social é relativamente baixa e as Forças Armadas não perderam. As Forças Armadas sentiram agora, entre elas, que para acusar o inimigo tiveram que usar um documento frágil e ridículo. É neste quadro que estamos nos movendo. O quadro de uma transformação que, do ponto de vista da ciência política é muito interessante pois é uma transformação que vai se dando sem que as pressões debaixo sejam suficientemente fortes. O que vai acontecer quando elas começarem a existir? Aí é que as coisas se complicam para quem quer fazer a transformação sob controle.

Coojornal — Na discussão em torno da reforma partidária, fala-se na possibilidade de um partido de esquerda. Qual a viabilidade disso?

Cardoso — Como é possível fazer um partido realmente de tendência socialista num regime autoritário? É muito difícil, inviável. Por isto a questão da Democracia é fundamental. Quer dizer, nós ainda estamos na fase da questão da Democracia. É claro que as coisas não evoluem por etapas: nós estamos na discussão da questão democrática e já existem inquietações a respeito de um partido que seja algo mais definido do que o MDB. Por toda a parte que se vai, a pergunta é esta. Por isso eu diria que existe sociologicamente um partido de tendência socialista no Brasil, mas politicamente não. Que partido seria este? Não acredito em solução de bolso de colete, gestada por alguns bem-pensantes. Um partido desse tipo, na medida em que se puder enraizar, vai expressar o que os grupos sociais mais oprimidos desejam e podem expressar.

Coojornal — Tem-se falado em social-democracia...

Cardoso — Isto a meu ver é um equívoco brutal. A questão da social-democracia é mal posta do começo ao fim no Brasil. A social-democracia na Europa foi o resultado de certas situações específicas. Primeiro: a existência de um grande partido operário, baseado numa estrutura sindical e movimento dos trabalhadores de caráter muito amplo. Segundo: um desenvolvimento econômico bastante forte. Terceiro: uma burguesia que procura pacto com o movimento operário. Quarto: uma liderança operária que aceitou este pacto e que de alguma maneira disse: está bem, vocês continuem aí procuzindo a riqueza que nós vamos ajudar a gestão, a condição de que nós tenhamos mais controle. Isto foi o pacto da social-democracia na Europa. E não se pense que é apenas tapeação. O Partido Social Democrata na Suécia é enraizado na classe trabalhadora, o inglês também. A classe trabalhadora é que aceitou uma espécie de transformismo, como diria o Gramsci. Só que um transformismo de baixo para cima. No Brasil, você não tem movimento de trabalhadores forte, não tem sindicatos ativos, nenhum partido propriamente operário, não tem burguesia disposta a oferecer co-gestão ou co-direção para nada. Quem quiser ser social-democrata é... bobo. O que há de novo na conjuntura brasileira é que, de fato, alguns setores da sociedade civil passaram a existir, movimentos importantes dentro das igrejas, movimentos de bairros e alguns movimentos jovens. Diria que um partido de esquerda no Brasil seria um partido capaz de recolher e expressar estes movimentos. Há aspirações, algo mais definidamente favorável a algumas transformações sociais. Qual é a força e os limites delas? É algo ainda a ser definido, a ser discutido no próprio processo de organização deste partido.

Temos diante de nós uma tarefa de imaginação criadora, de imaginação sociológica muito importante, que é criar algo realmente novo em termos de partido político. Não podemos continuar pensando que estamos no século XIX, quando estamos indo para o XXI. Às vezes vejo que a discussão é pobre, que está baseada num contexto que não existe mais. E quando se tenta dizer isso, pensam que você está querendo fazer conciliação. Para ser de esquerda não precisa ser bobo. Tem que ter capacidade de entender o processo que está em emergência, para imaginar uma fórmula político-partidária que seja também nova neste sentido.

Coojornal — Que outras questões deveriam ser discutidas?

Cardoso — Uma das questões que deveria ser objeto de discussão neste partido é a da propriedade. Temos toda a área da propriedade estatal, que vem sendo posta de maneira muito frágil, como se a estatização fosse igual a socialismo... não é. Há outros problemas especificamente nossos como, por exemplo, a tremenda concentração da propriedade urbana. Isto tem que ser posto e discutido de maneira que as pessoas não digam: bom, o que essa gente quer é bagunçar o coreto. Não é isso. O que se quer é impedir injustiças gritantes. Você tem cidades como Rio e São Paulo, onde existem 30 a 40 mil apartamentos fechados e vazios. Por quê? É que o apartamento deixou de ter uso social e, inclusive, uso econômico tradicional, para se transformar numa espécie de barra de ouro que se acumula sob forma de apartamento. Isto não é aceitável Nos países mais avançados da Europa existem leis que proíbem isto. Na Inglaterra se você tem uma casa vazia, as pessoas têm direito de ocupá-la, desde que não a destruam. O que legitima a propriedade é o uso. Um partido de tendência, digamos socialista, deveria bater nestas questões.

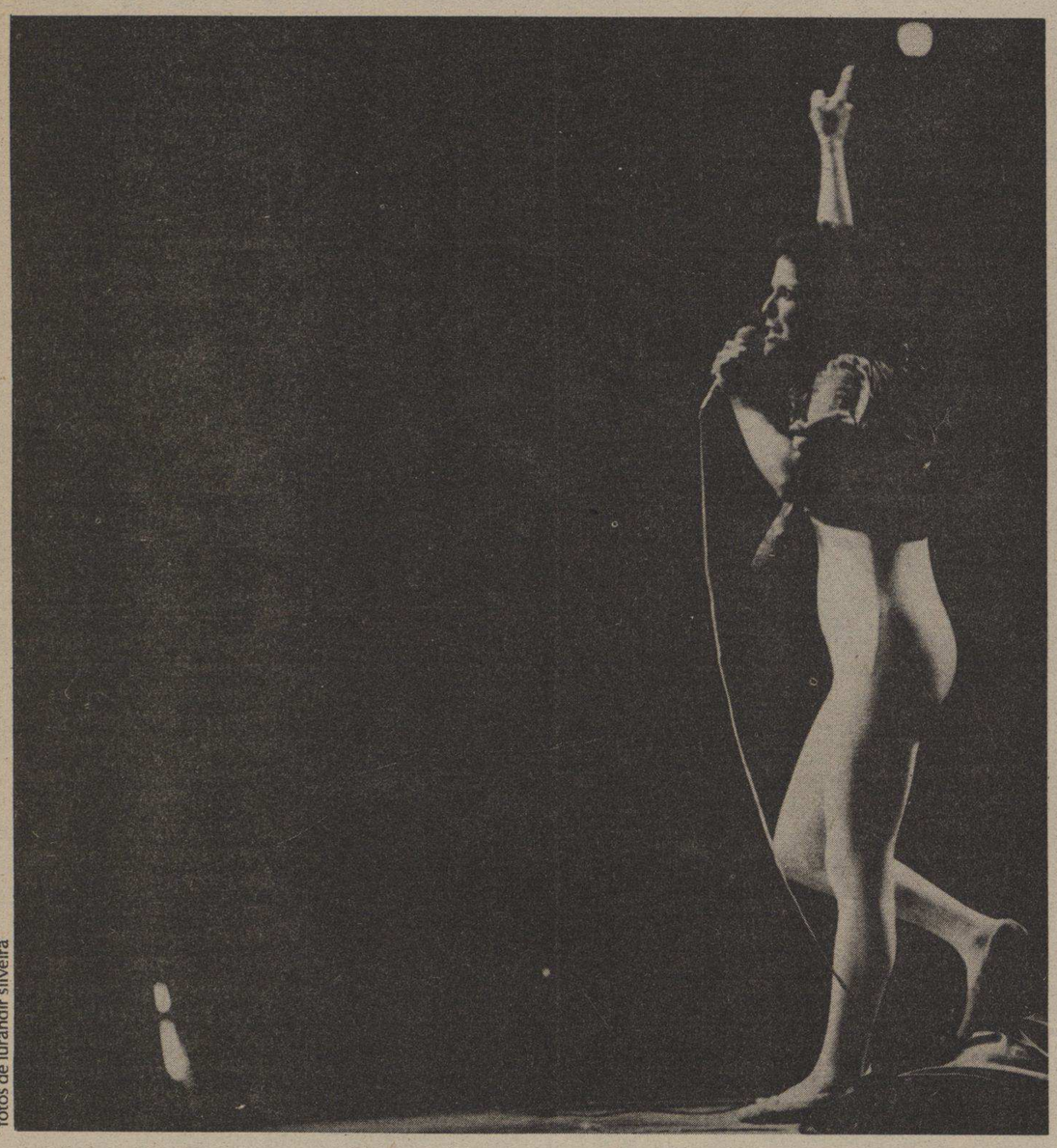
Coojornal — Teria que ser um partido frentista?

Cardoso — Dificilmente alguém poderá transformar este país baseado exclusivamente nas forças da base da sociedade. Não é questão de querer ou não. É que nós entramos num processo de industrialização rápida, com oligopolização, etc., houve um salto tecnológico muito grande. A sociedade hoje é muito sofisticada e complexa e exige a participação ampla da classe média, dos técnicos. A própria burguesia precisa desta gente, mas não é só ela, as forças populares, também. Por isso é preciso pensar num esquema de transformação social e num tipo de partido que não seja um bloqueio a qualquer forma de aliança. Aqui no Brasil existe a idéia religiosa de que qualquer aliança é espúria. Isto é não conhecer a História. Não houve nenhuma transformação social no mundo feita apenas por um pequeno grupo em nome dos trabalhadores. Em nome pode ser, mas de fato não. Ou se aliam os trabalhadores com os camponeses ou com a classe média ou com o exército ou com a grande burguesia ou parte dela... Nós tendemos a uma visão metafísica, de que a sociedade é composta de dois blocos, a classe dominante e a classe dominada, que se chocam em bloco. Não é verdade, nenhum dos dois é homogêneo, eles são fragmentados. Se não, não haveria transformação.

A gente não pode tomar uma atitude religiosa, de dizer: eu já sei qual é a verdade, então vou até o fim. Não senhor. Você vai até o fim, você vai perder. Em política quem perde não tem remissão. Política não é o reino dos pobres de espírito nem dos bem-aventurados. Tenho muita desconfiança de um certo setor de esquerda que pensa que o inimigo é o companheiro do lado e começa a cotovelar. Nunca olha para frente. Nunca vê quem é o inimigo verdadeiro. Só cotovelando, em nome de purismos, daqui, dali, de acolá. Isto vai mal. Quer dizer, com este espírito não se transforma este país.

ELIS

Fechando com a galera



fotos de iurandir silveira

Mudou alguma coisa com Elis Regina?

— Agora eu estou olhando letra. Chega de bancar o canarinho, que você dá alpiste e ele canta. Todos esperavam que eu fizesse um concerto, entrasse no palco cheia de plumas e cantasse, cantasse. Chega um momento em que não dá mais para fazer isso. Ou você dá um sentido à profissão que escolheu ou então não faz nada.

Além de ser — de acordo com o consenso geral — a maior cantora do Brasil, Elis Regina, agora, também quer emprestar seu nome para encabeçar a lista das pessoas "que estão reclamando, que estão chiando por uma série de coisas que são irregulares". Segundo ela mesma, é uma pessoa que acredita em democracia, que tem vergonha na cara e que quer entrar para a história da música brasileira não apenas como "mais uma cantora que cantava bem".

— Sou uma pessoa liberal por excelência e acredito em Democracia, essa velha prostituta que parece que agora está meio em desuso. O fundamental é que a gente está engrossando fileiras com a rua, com a geral. Fechar com a galera, não tem coisa melhor.

Ela acha que seria muito mais simples ser contratada de uma grande multi nacional, ganhar uma "grana ferrada" e falar contra as multinacionais ganhando o dinheiro delas. Mas prefere falar contra as multinacionais sem estar sendo paga por elas, sem estar ganhando salário delas:

— Porque eu tenho vergonha na cara. Tenho estômago ainda. E ele funciona.

Transversal do Tempo, espetáculo que Elis Regina e o Grupo César Mariano & Cia. apresentaram em Porto Alegre — 17 de novembro a 4 de dezembro —, é coerente com essas idéias. O espetáculo é uma denúncia. Foi inspirado no trânsito das grandes cidades e fala sobre a miséria, a especulação imobiliária, a devastação da natureza, o alto índice de acidentes na construção civil e os baixos salários pagos à maioria dos trabalhadores. Fala também sobre a angústia, o medo e a repressão. E sobre a esperança e a certeza de que as coisas vão mudar.

O espetáculo é uma seqüência de cenas encadeadas pelos detalhes do guarda-roupa, pelos elementos móveis do cenário ou pela letra das músicas, que dispensam qualquer texto, embora o roteirista Aldir Blanc tenha incluído um texto gravado sobre a execução de Gary Gaynor Gilmore, em janeiro deste ano, nos Estados Unidos.

Estruturas metálicas usadas na construção civil, placas e sinais de trânsito, painéis de publicidade constituem o cenário onde os músicos representam os operários, principais personagens desse drama em dois atos contado através de 25 músicas de autores famosos ou desconhecidos.

Em Porto Alegre, Transversal do Tempo passou por seu teste de aprovação. O público porto-alegrense, considerado distante, frio e medroso, lotou o Teatro Leopoldina praticamente todas as noites. E chegou até a ensaiar a música de encerramento — *Cartomante*, de Ivan Lins e Vitor Martins —, escolhida pelo roteirista Aldir Blanc e pelo diretor Maurício Tapajós para indicar a saída proposta pelo espetáculo: "Cai o rei de espadas, cai o rei de ouros, cai o rei de paus, cai, não fica nada".

Fascinação, de Marchetti e Feraldy, em versão de Armando Louzada, abre o espetáculo, dando uma falsa impressão de seu conteúdo. Elis canta essa música depois de emergir das cortinas fechadas do teatro, vestida de branco e com ares de grande estrela. Quando a cortina abre, o público começa a descobrir os elementos familiares do cenário, que não têm nada a ver com a música de abertura, mas têm muito a ver com *Saudosa Maloca*, de Adoniran Barbosa, *Sinal Fechado*, de Paulinho da Viola, *Rancho da Goiabada*, de João Bosco e Aldir Blanc, *Construção*, de Chico Buarque de Hollanda, e *Morro Velho*, de Milton Nascimento.

Mas o repertório móvel de Transversal do Tempo não é composto apenas de músicas tensas que denunciam as más condições de vida do povo brasileiro. Há também músicas que falam da natureza, como *Amor à Natureza*, de Paulinho da Viola, que diz que uma semente atirada sobre solo tão fértil não deve morrer porque "é sempre uma nova esperança que a gente alimenta de sobreviver". Ou que falam das belezas do Brasil, como *Aquarela Brasileira*, de Silas de Oliveira, samba-enredo da Portela no carnaval de 1964. Uma das músicas de maior destaque na interpretação de Elis Regina é *Deus lhe Pague**, de Chico Buarque, uma maldição transformada em rock pelos músicos do Grupo César Mariano & Cia.: César Mariano (teclados), Nathan Marques (guitarra e vocal), Crispin del Cistia (guitarra e teclados), Dudu Portes (bateria e percussão) e Fernando Cisão (baixo e vocal).

Ademar Vargas de Freitas

---

* **As outras músicas que compõem o repertório são:** Caxangá, **de Milton Nascimento,** Transversal do Tempo, **de João Bosco e Aldir Blanc,** Qualquer Dia, **de Ivan Lins e Vitor Martins,** Gente, **de Caetano Veloso,** Ensaio Geral, **de Gilberto Gil (que deverá ser substituída por** Credo, **de Milton Nascimento, liberada pela censura para execução a partir de janeiro, quando os estudantes estão em férias**), Boto, **de Tom Jobim e Jararaca,** A Dama do Apocalipse, **de Nathan Marques e Crispin del Cistia,** Cão sem Dono, **de Sueli Costa e Paulo César Pinheiro,** Meio Tempo, **de Lourenço Baeta e Cacaso,** Corpos, **de Ivan Lins e Vitor Martins,** Romaria, **de Renato Teixeira,** Maravilha, **de Chico Buarque e Francis Hime, e** Nada Será Como Antes, **de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos.**

assine
versus

Faça sua assinatura anual de Versus por Cr$ 150,00. Você receberá 12 números do jornal e mais nossas edições especiais. Se você conseguir três assinaturas terá direito ao nosso livro «Paulo Pontes — A Arte da Resistência», ou o Livrão de Quadrinhos. Ou ainda o livro de poemas de Cesar Vallejo. Assine Versus com seus amigos. Envie cheque nominal ou vale postal à Editora Versus Ltda, R. Capote Valente, 376 — Pinheiros, São Paulo — SP, CEP 05.410.

NOME .....

RUA .....

BAIRRO ..... CEP .....

CIDADE ..... ESTADO .....

PROFISSÃO .....

OBSERVAÇÕES .....

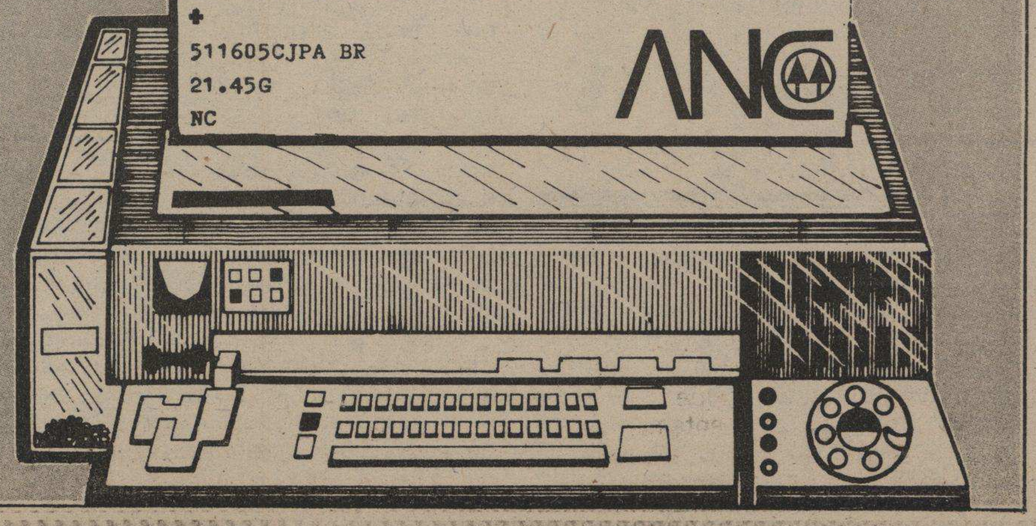
AGENCIA DE NOTICIAS COOJORNAL

A COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE, NA AMPLIAÇAO DE SUA AREA DE OFERTA DE SERVIÇOS, ESTAH COLOCANDO A DISPOSIÇAO DE JORNAIS E REVISTAS DE TODO O PAIS O TRABALHO DA AGENCIA DE NOTICIAS COOJORNAL. CONTANDO COM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TODOS OS SETORES DE COBERTURA JORNALISTICA, A AGENCIA ESTAH APTA PARA O FORNECIMENTO DE NOTICIAS, REPORTAGENS, ENTREVISTAS E MATERIAL FOTOGRAFICO, CARTUNS E ILUSTRAÇOES, ASSIM COMO PARA A REALIZAÇAO DE COBERTURAS DE QUAISQUER ACONTECIMENTOS QUE ESTIVEREM OCORRENDO TANTO NO RIO GRANDE DO SUL COMO FORA DO ESTADO. AS CONSULTAS PODEM SER FEITAS ATRAVES DOS TELEFONES 24-0951 E 21-8984, PELO TELEX 051-1605, OU POR CORRESPONDENCIA ENVIADA A COOJORNAL - RUA COMENDADOR CORUJA, 372 - PORTO ALEGRE - RS.

+

511605CJPA BR
21.45G
NC

ANC



O terrorismo foi extinto, mas o terror continua. Para cada 600 uruguaios há um preso político, um recorde mundial segundo o comitê de Direitos Humanos da ONU

Uruguai: terror e silêncio

Por Luiz Cláudio Cunha

fotos de ricardo chaves

Nos muros, o protesto contra a tortura. Esse tipo de foto tem que ser feito às escondidas

Liberdade ou morte. No dia 14 deste mês completa cinco meses o dilema patético de um brasileiro no Uruguai, o jornalista gaúcho Flávio Tavares, 43 anos, a um passo da liberdade e cada vez mais perto da morte.

Se até janeiro próximo ele não for indultado, é bem possível que o presidente Ernesto Geisel pise em solo uruguaio, na visita de três dias que começa em Montevidéu no dia 25, com Flávio Tavares já sem vida.

Por incrível que pareça, o drama do correspondente em Buenos Aires dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Excelsior,* do México, tem se agravado de lá para cá, graças ao desprezo das autoridades uruguaias diante da preocupação mundial, externada por associações de jornais, sindicatos, advogados, Igreja, OEA, ONU, pela saúde precária do jornalista.

Detido pela polícia no aeroporto de Carrasco, em julho passado, sob a acusação de levar para o exterior "material de espionagem", Tavares foi, digamos, excluído da civilização durante os 13 dias que passou, sob insólitas condições, num quartel de Montevidéu. Transferido então para o Cárcere Central da Capital, chegou ali com apenas 40 de seus 65 quilos de peso originais.

A doença parasitária crônica que contraiu no México, e que o obriga a um rígido controle médico, deixou de ser tratada há dois meses, conforme denúncias de seus parentes e advogados. Hoje, nenhum médico o visita e nem mesmo uma crescente infecção bucal mereceu o tratamento de um dentista.

Junto com Tavares, porém, definha vertiginosamente o prestígio e a dignidade de um país que, no início da década, ainda se orgulhava de ser a "Suíça da América Latina", exemplo de democracia e respeito aos direitos humanos.

Hoje, paradoxalmente, parece mais fácil a um moribundo como Tavares recuperar a saúde e a liberdade do que ao Uruguai livrar-se do estigma de ser, na expressão dos calados políticos e jornalistas do país, "a mais brutal ditadura da América do Sul" — evidentemente uma proeza num continente exemplar em termos de relatividade democrática.

Segundo o Comitê dos Direitos Humanos da ONU, o Uruguai (3 milhões de habitantes) possui atualmente a "mais alta proporção de prisioneiros políticos do mundo": um preso político para cada 600 habitantes. Os ministérios da Defesa e do Interior, juntos, possuem 62 mil funcionários, enquanto que o Ministério da Educação tem 43 mil — o que significa que o Estado mantém, para cada dois educadores, três funcionários para a repressão.

El Estado de Seguridad Interna

Formados técnica e ideologicamente no sangrento combate ao movimento guerrilheiro tupamaro, dizimado entre 1968 e 73, os militares eliminaram pelas armas as ameaças ao Estado. Mesmo assim, o Uruguai vive hoje ainda sob o "Estado de Seguridad Interna", tecnicamente um período de guerra que suspende todas as garantias e eleva automaticamente o soldo de todos os 60 mil militares do país, oficiais ou não, em 30 a 40 por cento. Um coronel do Exército, desta forma, pode ganhar até três mil pesos novos de soldo (um peso vale cerca de 4 cruzeiros).

O salário mínimo do país não passa de 317 pesos. Com o Congresso fechado em junho de 73, substituído por um Conselho de Estado de 25 ilustres condestáveis da República acima de qualquer suspeita e de 60 anos de idade, o governo adotou o hábito pouco original de dirigir o país mediante leis excepcionais, as chamadas *Actas Institucionales.*

Já existem oito delas, a partir de junho de 76, quando surgiu a primeira cancelando as eleições presidenciais previstas para aquele ano. Na *Acta nº 4* foram cassados os direitos políticos de aproximadamente três mil cidadãos, a maioria parlamentares.

Na *Acta 7* foi extinta a segurança de emprego de 150 mil funcionários públicos do país. E pela *Acta 8*, editada em junho passado, o Poder Judiciário foi colocado sob a tutela do Executivo, controlado pelos militares.

O medo cala a todos no Uruguai. E afugenta também: nos últimos quatro anos, um número estimado em 400 mil uruguaios abandonou o país, fugindo da repressão política ou da estagnação econômica.

Os 300 mil trabalhadores do país, impedidos de atuar em suas entidades (apenas dez por cento — a parte mais dócil — dos 95 sindicatos existentes não estão sob intervenção), viram seus salários perder um terço do valor real no período de julho de 74 e junho passado.

E a inflação, em 77, deve chegar a 66 por cento, enquanto a importação do petróleo consome um terço (160 milhões de dólares) do total que o país gasta por ano no exterior.

A política monetarista do antigo ministro de Economia, Alejandro Vegh Villegas, que integrou a equipe econômica do brasileiro Roberto Campos no governo Castello Branco, produziu uma concentração de renda, no período 73-76, que tornou ainda mais opulentos os ricos do país.

Vinte por cento dos uruguaios de menor renda diminuíram de 7,1% para 6% a sua participação no bolo nacional, ao passo que a numerosa classe média (60% da população) diminuiu sua participação de 51,8% para 49,3%. O fusca 1500 brasileiro custa para o uruguaio 40 mil pesos (160 mil cruzeiros), mas apenas 16,67% de seus habitantes possuem uma renda familiar mensal superior a 1.000 pesos (4 mil cruzeiros).

Certificado de fé democrática

Com a guerrilha extinta e a economia em jejum, os militares foram obrigados a reavaliar a ênfase díspare dada à repressão e ao setor econômico. O lema do regime, então, mudou sutilmente de "Segurança e Desenvolvimento" para "Desenvolvimento em Segurança".

Uma diferença imperceptível, que não aliviou o clima sufocante de restrições à liberdade que vive o país. Para qualquer emprego público é indispensável um "certificado de fé democrática", expedido pela delegacia de polícia mais próxima. Não escapam nem mesmo candidatos a eleições de clubes esportivos, sociais e culturais: quando um nome é vetado, a lista é devolvida integralmente, sem destacar o veto. Na dúvida, a entidade é obrigada a elaborar uma nova lista, sem repetir nenhum nome.

Nas universidades, os cabelos compridos, barbas e *jeans* são proibidos, embora se admita bigode que não ultrapasse o canto da boca e costeletas acima do lóbulo da orelha. No curso de Filosofia não se estuda nem fascismo, nem comunismo e a cadeira de "História das Idéias Políticas", do Direito, está extinta. Num país de reconhecido nível cultural, uma recente pesquisa do jornal *El Dia* constatou que apenas 20% dos habitantes de Montevidéu (onde vive metade da população) compram livros e discos.

Objetos não identificados

A imprensa, sob a asfixia das restrições políticas, míngua aceleradamente. Nos últimos cinco anos, por razões policiais ou econômicas, oito jornais fecharam. Os sete jornais de Montevidéu, que no total tiravam 250 mil exemplares por dia, hoje reduziram-se a cinco com tiragem abaixo de 180 mil jornais.

Censura prévia, de fato, não há por absoluta falta de necessidade. Os (muitos) temas proibidos não são nem citados pelos jornais e, com relação aos militares, não é preciso nem repórter: as solenidades castrenses são privadas e as informações e fotos são distribuídas pelo próprio governo, através da *Dirección Nacional de Relaciones Públicas,* Dinarp. Mesmo nestes casos, ela — a Dinarp — não pode ser citada, recomendando aos jornais que usem a identificação de "fuentes bien informadas".

Algumas vezes, a Dinarp extrapola suas funções: em setembro passado, distribuiu à imprensa uma nota sobre um OVNI (Objeto Voador Não Identificado) visto por um estancieiro da Ruta 5, em Tacuarembó. Junto havia até mesmo um desenho reproduzindo a nave extraterrestre, naquilo que seria — talvez — o primeiro reconhecimento oficial de um governo do planeta sobre a existência dos discos-voadores.

Mais tarde, soube-se que nesta mesma época havia uma cisão militar nos quartéis e percebeu-se que a Dinarp usara o OVNI para distrair a atenção popular.

Não é permitido, além disso, qualquer nota sobre reunião ou mesmo falecimento envolvendo políticos. Meses atrás, a participação de casamento de uma filha de Wilson Ferreira Aldunate, ex-candidato *blanco* à presidência e aberto opositor ao regime (desde Washington, é claro), levou diretores do jornal *El Dia* à chefatura de polícia para um depoimento de cinco horas.

Uma *vernissage* de artistas plásticos da Rumênia, citada na coluna social do jornal, valeu nova advertência. Um jogo da seleção de futebol da União Soviética, anunciado no ano passado, foi cancelado pelo governo militar e os jornais não puderam nem noticiar o cancelamento.

Os uruguaios Mario Benedetti e Juan Carlos Onetti, os dois maiores escritores do país, estão banidos das livrarias e o crítico literário do *El Dia* foi ouvido também pela polícia por ter citado, duas vezes, o nome do colombiano Gabriel Garcia Marquez.

E, quando a censura estabelecida não é suficiente, o comissário Angel Bessio, do

Magos, arrochos, repressões e otimismo

Arrocho salarial, exportação de produtos primários, contratos de risco, campanhas de otimismo. É a Argentina hoje

Na frente do Parlamento (fechado), meninos brincam trocando tiros

O advogado e empresário José Alfredo Martinez de Oz, que à frente do Ministério da Economia assumiu a tarefa de "reconstruir economicamente o país", é considerado um mago, como Delfim Netto. O "Mágico de Oz", dizem.

Suas principais façanhas por enquanto são igualmente delfinianas: levantou 1,5 bilhão de dólares junto ao FMI, bancos dos Estados Unidos, Europa e Japão e fez a inflação, que estava em 920% em março de 76, passar para a casa dos 150%, graças, entre outras coisas, a um forte arrocho salarial. (No início deste ano, ele garantiu que a inflação ficaria ao redor dos 100%; em setembro estava já em 130% e admite-se que chegue aos 160%.)

O mago portenho confia no seu "milagre econômico", no entanto. A Argentina tem uma elevadíssima dívida externa (9 bilhões de dólares) e está preocupada em exportar muito — quer aumentar em 50% suas exportações. De produtos agrícolas, evidentemente. Para acelerar o ritmo de crescimento econômico o país se abriu ao capital estrangeiro.

Em busca da auto-suficiência em petróleo estão sendo preparados contratos de risco com empresas estrangeiras. Hoje a produção nacional cobre 85% do consumo interno e o governo pensa em chegar à auto-suficiência em 1985.

Os partidos políticos estão com suas atividades suspensas e a Junta Militar que dirige o país estuda uma reorganização partidária, possivelmente um bipartidarismo. Os militares que assumiram o poder reiteram seguidamente sua decisão em fazer o país retornar à democracia. Mas como disse recentemente o ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, "não pode existir uma democracia sem ordem política".

"Devemos", disse Harguindeguy na mesma ocasião, "chegar a uma democracia forte". E estimou que os militares devem permanecer no poder por mais dez anos no mínimo.

No dia 21 de novembro, o Panorama Informativo do Exército, transmitido pelo rádio, mencionou a diretriz básica da política econômica que o governo deverá adotar para obter "o reencontro dos argentinos com seu destino de grande potência". Dizia o Informativo: "A política econômica adotada a partir de 24 de março de 1976, teve como objetivo imediato a recuperação dos níveis de crescimento que haviam caído abruptamente, assim como modificar a orientação que limitava toda a possível expansão. Esta premissa fundamentalmente se expressa na substituição de um excessivo e injusto distribucionismo por uma filosofia de produção".

Em outras palavras, essa "distribuição que permita melhorar autenticamente os níveis de investimento" quer dizer que o governo pretende primeiro fazer o bolo crescer para dividir depois.

O governo estuda também uma mudança na política salarial. Um dos pontos principais dessa mudança seria a alteração da forma de fixação dos reajustes salariais. Em vez de índices uniformes por categorias, negociados pelos sindicatos com as empresas, o governo fixaria um teto e a fixação final é decidida em cada fábrica. Com isso, entre outras coisas esvazia-se a função dos sindicatos. Evidentemente, muitos sindicatos estão sob intervenção.

Ainda em novembro, o presidente argentino, general Jorge Rafael Videla, anunciou uma futura Lei das Associações Profissionais que regulamentará o direito de greve e o funcionamento dos sindicatos. A lei estará sancionada no início do próximo ano e deixa a possibilidade de greve "apenas em casos estritamente sindicais e não políticos".

A Argentina enfrenta graves problemas econômicos e sociais. Mas o governo e algumas empresas privadas (multinacionais em geral) patrocinam uma grande campanha publicitária em todo o país, pregando o otimismo e o patriotismo. A Ford, por exemplo, é responsável por uma série de curta-metragens enfocando episódios importantes da história argentina e que tem por objetivo enaltecer os valores nacionais.

"Um país que trabalha, avança", diz um dos *slogans* das campanhas oficiais. Por todo o país se vê em *out-doors* e na tevê um anúncio em que aparece o mapa da Argentina em forma de bife dentro de um prato, com garfo e faca ao lado.

A imprensa, sob censura, está aprendendo a escrever nas entrelinhas, embora não tenha conseguido, durante a recente visita do Secretário de Estado Americano, Cyrus Vance, esclarecer o que realmente foi discutido com o governo argentino a respeito de direitos humanos. Consta que Vance teria consigo uma lista de 7 mil pessoas desaparecidas, feita pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU.

Uma pergunta para os distintos leitores: nós já não vimos este filme? (EBC)

Los ocho hermanos

A liberdade de expressão, assim, tem que ser exercida nos muros mais escondidos de ruelas escuras da parte velha de Montevidéu, onde se pode ler, meio apagado, frases como "Abajo la dictadura" e "Basta ya de torturar". Nada indica, porém, que essas coisas tenham cessado. O chamado *Operación Comandos Antisubversivos*, OCOA, subordinado diretamente ao comandante-em-chefe do Exército, Júlio César Vadora, é o responsável pelas investigações repressivas que se processam nos 28 quartéis do país. O comando das "operações", contudo, está a cargo de oito oficiais que formam um grupo sinistro conhecido apenas como *Los Ocho Hermanos*, que atuam em alguns selecionados pontos do país de conhecimento exclusivo dos 40 oficiais mais graduados do Exército. (É por detalhes escabrosos como estes que se explicaria o pouco interesse demonstrado pelo governo uruguaio na libertação do jornalista Flávio Tavares, que possuia estas informações, segundo seu advogado.)

A atuação repressiva no que se relaciona a torturas, é baseada no *know-how* desenvolvido pelos paraquedistas franceses na guerra da Argélia. A imaginação criadora nativa, no entanto, acrescentou alguns requintes.

Além da *picana* (aparelho para choques elétricos nos órgãos genitais), do *cavallete* (um cavalete de metal, afiado na parte superior, onde vai montado e nu o prisioneiro com as mãos amarradas às costas) e do "pau-de-arara", existe a sofisticação local — o "submarino", a mais conhecida e mais temida das torturas praticadas no país. Existem duas versões:

O "submarino seco" consiste num saco plástico envolvendo a cabeça e amarrado no pescoço, o que provoca asfixia e uma sucessão de desmaios. O "submarino molhado" exige instrumental menos simples: um balde de lona, que tem à altura dos olhos uma viseira com um sistema de válvulas, é colocado sobre a cabeça do prisioneiro. A cabeça é mergulhada na água, que penetra no balde e não sai, levando o preso à angústia do afogamento em seco.

Para não morrer, ele é obrigado a beber a água. A experiência presta-se, inclusive, ao exercício da criatividade: os torturadores freqüentemente urinam e/ou defecam na água onde o balde de lona é mergulhado.

É dura a vida em Libertad

Na tortura funciona também, com eficiência, a assessoria médica especializada em injetar no sangue do preso um produto químico que provoca a retenção da urina. Em poucas horas, o sistema nervoso entra em desequilíbrio e daí leva ao estado de coma e à morte. Os que se salvam padecem, depois de liberados, de esquizofrenia.

A psiquiatria, aliás, parece ser o ramo médico de maior ascenção hoje no Uruguai. Existem ainda alguns processos de persuasão que dispensam qualquer tratamento médico: em fins de julho passado, um dirigente de um sindicato operário do setor frigorífico foi *hasteado* pelos pés num mastro. Quando estava no topo, a corda foi cortada.

Os mortos pela tortura, em geral, são entregues às famílias em caixões comuns, lacrados, com ordens terminantes de realizar o funeral com a máxima rapidez e discreção.

A rotina da tortura, contudo, parece estar limitada aos quartéis, não atingindo os três presídios políticos do país: Punta Carretas, Punta Rícles e, ironicamente, Libertad, o maior de todos, abrigando cerca de 2.000 presos políticos, duramente controlados por cercas de arame farpado e torres de concreto armadas com metralhadoras. Nenhum preso jamais fugiu de Libertad.

E é dura a vida em Libertad: as visitas de parentes são feitas de 15 em 15 dias. Depois de uma revista rigorosa, adultos e crianças ingressam no presídio de pés descalços, já aflitos para aproveitar os 5 ou 10 minutos que restam do tempo permitido para um frio contato telefônico com os presos, mantidos a uma segura distância por um vidro espesso. Cada detido não pode manter consigo mais do que duas fotos da família.

Livros não são permitidos, nem mesmo a Bíblia, barrada como obra *obscena* e *subversiva*. Até mesmo uma reprodução do "Pensador", de Rodin, foi confiscada como *pornográfica*. Não se sabe se por estar nu ou pelo ato de pensar.

O presídio Libertad, onde nem a Bíblia pode entrar

atendimento de problemas da infância

SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

Bases para um partido trabalhista

Como deve ser um verdadeiro partido dos trabalhadores? As teses do gaúcho Alberto Pasqualini, embora formuladas há mais de trinta anos, respondem a esta pergunta com uma atualidade surpreendente.

Antonio Gramsci

arquivo cjcj

Alberto Pasqualini: um partido como instrumento de ação coletiva

Por Jefferson de Barros

Segundo o ex-governador gaúcho Ildo Meneghetti, Alberto Pasqualini tinha idéias, e essas idéias, se fossem vitoriosas no Rio Grande do Sul em 1954, poderiam fortalecer a democracia no Brasil e tornar desnecessário o movimento de 64. É uma opinião. Pasqualini, duas vezes (1947 e 1954) derrotado em eleições para o Governo do Estado, realmente tinha idéias, mas seguramente Meneghetti não conhece bem seus conteúdos, sintetizados no livro *Base e Sugestões para uma Política Social*, editado pela Globo em 1948.

Pasqualini não só tinha idéias, como parecia ter gosto pela existência delas e suas concorrências na sociedade. Tanto assim que, em 1943, nomeado secretário do Interior e Justiça do estado, aboliu a censura prévia à imprensa. Dois anos antes do fim do Estado Novo a ditadura começava a deixar de existir, pelo menos no Rio Grande do Sul.

O mais significativo — e mais atual, no momento em que se discute o renascimento do PTB, ou que sigla tenha, como um partido de massas — é que já em seus tempos de militância Pasqualini, que aderiu ao original PTB em 1945 e elegeu-se senador em 50, formulava com originalidade, numa época de pressas e arremedos revolucionários populistas, o que deve ser verdadeiramente um partido trabalhista no Brasil:

"O trabalhismo deverá ser um movimento de ascensão do proletariado rural e urbano, dos pequenos produtores, das população pobres e desamparadas" (Livro citado, página 182).

Esta correta e simples percepção de que um autêntico partido político é um agrupamento de classe, parece pertencer, infelizmente, à memória esquecida de nossa história política. E hoje, quando se volta a falar em PTB, social-democracia e até socialismo, a percepção parece ainda bloqueada por conceitos conservadores que Pasqualini já criticava no programa de seu partido. Isto é, "A função de um partido não é cultivar a história, mas fazê-la" (página 179).

A História é um processo de mudança no qual os homens são agentes sociais voluntários — embora em condições não de suas escolhas. Assim, a ação é parametrada por dois marcos: a organização da vontade coletiva através de partidos políticos e as condições objetivas (sociais) onde opera esta vontade coletiva, na definição de nova situação social não só favorável à mudança, mas propiciadora dela.

No entanto, tudo depende de uma inicial definição de classe, como Pasqualini percebeu e como denunciava não existir no PTB em que militava. Pois ele conviveu com o clima político no chamado **nacional-populismo** (dos anos 50-60), nos quais a definição de classe se esfumava numa hipotética prevalência dos **problemas nacionais** (luta antiimperialista) sobre os populares (reivindicação de socialismo), quando na realidade só são nacionais os problemas populares.

Isto é, são as camadas trabalhadoras, até por uma questão de demografia, que representam, realmente, os interesses nacionais que devem ser solucionados numa linha de atendimento às reivindicações e interesses destas camadas.

Reinventando o socialismo democrático

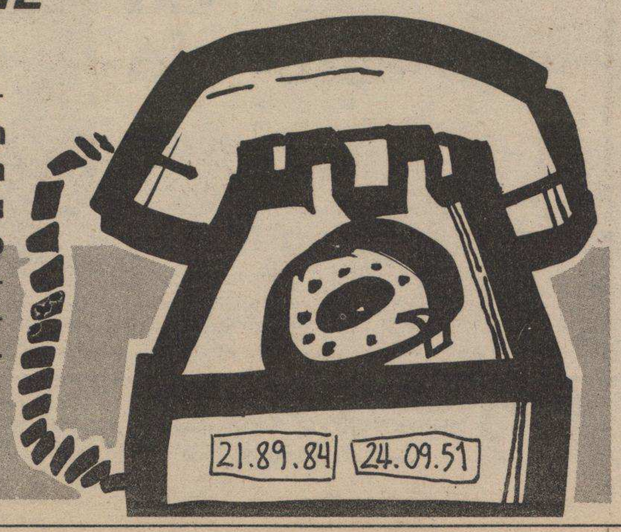
Alberto Pasqualini, filho de colonos italianos de Ivorá (RS), nascido a 23 de setembro de 1901, tem em suas idéias algumas semelhanças com o pensamento de outro filho de italianos, nascido nas periferias de sua nacionalidade: o sardo Antonio Gramsci (1), cujos escritos de prisão podem ser considerados as primeiras, originais e insuperáveis teses de que a imprensa européia, sem rigor científico mas com precisão política, definiu o eurocomunismo.

De fato, em inúmeros trechos de sua obra principal "Cadernos do Cárcere", Gramsci insiste na essencial diferença entre a Rússia tzarista, dominada por um estado ditatorial, e a Europa Ocidental, onde o Estado se esconde nas inúmeras casamatas (na imagem do próprio Gramsci) da sociedade civil, isto é, de todas as instituições não estatais — escola, igreja, imprensa, órgãos de cultura, associações de classe e partidos. E onde a classe burguesa exerce o poder por ser hegemônica (isto é, por produzir uma cultura ético-política) sobre todas as camadas sociais, inclusive, sobre os trabalhadores.

Foi Gramsci quem resolveu o principal problema de uma atuação socialista e democrática ao analisar a superestrutura social (que ele chamava de sociedade política ou estado e sociedade civil) como autônomas e não necessariamente determinadas pelas relações econômicas e como local próprio para a organização da vontade coletiva. Foi Gramsci quem colocou em questão a possibilidade real de uma "democracia proletária" (oposta à democracia burguesa e à ditadura proletária), ao provar a necessidade de uma classe social se tornar hegemônica (isto é, produzir seus padrões culturais ético-políticos pelo consenso das demais camadas sociais que não tenham interesses antagônicos insuperáveis com os desta classe).

EM PORTO ALEGRE ASSINE POR TELEFONE

Se você quiser assinar o Coojornal em Porto Alegre, basta discar 21.89.84 ou 24.09.51 que o nosso Departamento de Assinaturas irá procurá-lo em sua casa ou local de trabalho.



ASSINE DE FATO

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP-30 000

Assinatura anual
$ 100,00

Antes, no entanto, das obras de Gramsci virem a público, Pasqualini, marginal à tradição socialista européia, colocava os problemas políticos que realmente importavam à sociedade e a suas classes subalternas e nos quais ainda hoje a ação política se envolve.

Ao definir, por exemplo, as nomenclaturas de esquerda e direita ele as distingue em política e social. "A esquerda social seria o regime de equiparação máxima" (página 173), algo assim como o modelo chinês. "A esquerda política seria o regime de liberdade máxima" (página 173). Mas não contente em definir o espaço político desses conceitos, definiu-se ele mesmo:

"O regime ideal seria aquele em que se pudesse conciliar as duas esquerdas: o grau máximo de distribuição com o grau máximo de liberdade" (página 174).

No entanto, como na época parecia ser impossível a coexistência da plena liberdade individual com a distribuição equânime dos recursos e das necessidades, o pensamento de Pasqualini precisou criar a brecha para avançar as concepções liberais-democráticas de liberdade e tornar coerente o seu socialismo:

"Convém, por isso, distinguir mais uma vez entre liberdade individual e liberdade política. Aquela pode ser ampliada ou restringida por dois processos: pelos processos autoritários ou pelos processos da liberdade política. Neste último caso, a solução que implica a restrição da liberdade econômica individual é livremente querida e democraticamente estabelecida pela coletividade. Corresponde aos interesses do maior número" (página 174).

O conceito gramsciano de hegemonia das classes subalternas sobre o conjunto da sociedade civil jamais apareceu em textos políticos de forma tão cristalina e científica. A distinção entre liberdade individual e política não só recoloca em questão a necessidade de novas bases sociais para a democracia, como ressalta explicitamente que tipo de liberdade é a autêntica liberdade democrática: aquela que corresponde aos interesses de maior número. Isto é, aos interesses populares. Mas não só isso: ressalta de forma crítica que há outros métodos políticos para a restrição da liberdade individual, como a coerção estatal.

Não é este método, evidentemente, que responde aos interesses populares — mesmo que o Estado mistificadamente assuma este tipo de discurso (como é o caso da União Soviética ou dos regimes autoritários populistas tipo Peru à época do general Alvarado). A questão do socialismo em Pasqualini, está encaixada na questão da democracia — na possibilidade de dar nova base de classe à democracia.

Construindo a vontade coletiva

É por isso que sua preocupação primordial visava a construção do partido como instrumento de ação coletiva. E ele mesmo definiu suas funções: "Doutrinária, eleitoral e política" (página 171). Mas não só isso. Criticava no PTB suas origens estatais, o fato de não ter surgido de uma "campanha ideológica, de um movimento de massas em torno de reivindicações" (página 177). Isto é, numa rigorosa mas involuntária perspectiva gramsciana, percebia no partido político não só o momento da "vontade coletiva organizada", como a revelação, em forma de ideologia e luta, da existência na sociedade civil de classes e camadas sociais divergentes e reivindicantes em relação ao Estado e ao conjunto da estrutura social.

Por isso, o partido político, segundo Pasqualini, tem funções na sociedade civil (doutrinária-pedagógica, Gramsci diria "ético-política") e na sociedade política (exercer o mando do Estado), e estas duplas funções se encontram na representação legislativa e no momento eleitoral.

Se encontram mas não se esgotam. Ele percebia a atividade permanente dos partidos e até lamentava iniciar-se um processo eleitoral (as eleições estaduais de 1947) sem antes se realizar o trabalho de doutrinação que deveria ter sido feito no decurso do processo histórico de formação do partido (página 177). Mas, objetivo, percebia também que a própria campanha poderia ser ocasião de ação ideológica "dada a grande receptividade popular para certas idéias e a incapacidade de outros partidos aglutinarem e absorverem politicamente as massas populares" (página 177).

No entanto, a questão que parece mais primordial surge justamente aqui: por que os outros partidos não podiam absorver as massas trabalhadoras e o PTB podia? A primeira e explícita resposta aparece no próprio Pasqualini: "O trabalhismo nacional é um movimento instintivo" (página 180), mas não possui uma concepção social definida.

Este "instinto", esta aparente espontaneidade das camadas trabalhadoras, advinha do caráter inequívoco de classe que o apelo trabalhista tinha — mas não da verdade organizacional e programática do partido. Pasqualini inclusive critica o caráter conservador do programa do partido. O que ocorreu justamente é que o partido jamais se afastou de sua origem estatal, nem permitiu a formação de dirigentes ligados objetiva e ideologicamente às classes trabalhadoras, o que Gramsci chama de "intelectuais orgânicos". Foi o aparelho, por excelência, da deturpação "nacional-populista".

A questão dessa transformação do "instinto" em vontade coletiva organizada não é só uma questão de ideologia, mas sobretudo da existência de agentes concretos para a luta ideológica: os intelectuais orgânicos. E estes, segundo Gramsci, devem soldar o "bloco histórico" social — aquilo que Pasqualini chamou com sabedoria e simplicidade de "interesses da maioria" — num projeto ideológico-político visando a nova hegemonia social das classes trabalhadoras. Ou como o próprio Pasqualini diz:

"Podemos admitir que, idealmente, o socialismo seja o sistema preferível" (página 81). A função do partido é transformar este ideal em possibilidade. Mas ele mesmo acrescenta, numa repetição quase literal do livro de Marx, *Contribuição à Política* (não por acaso um dos livros mais citados por Gramsci), que "cada sistema corresponde a determinadas contingências históricas e é função de condições materiais ou objetivas e de condições psicológicas ou subjetivas" (página 81).

Agindo para viabilizar a mudança

Pasqualini mesmo avança ainda mais em sua postulação do quadro viabilizador do socialismo. E mesmo persistindo em alguns vícios economistas, consegue colocar com alguma correção o problema da hegemonia. "A instituição do socialismo postularia pelo menos três condições essenciais: um elevado grau de desenvolvimento técnico da produção e um elevado grau de capacidade técnica dos quadros dirigentes (aquilo que o marxismo ortodoxo economicista chama de 'desenvolvimento das forças produtivas'), um elevado grau de educação social e moral do povo" (aquilo que Gramsci chama de nova hegemonia ético-políticoa), (página 81). Mais adiante, numa antecipação do que seria a revolução cultural chinesa, ele acrescenta:

"Sem um elevado espírito de cooperação, sem um incentivo para trabalhar em motivos de ordem não exclusivamente individual, seria impossível a manutenção e o desenvolvimento do sistema que requer um alto grau de solidariedade social" (página 82).

Nesta operação de fatores subjetivos é que Pasqualini entendia a função do partido, enquanto instituição da sociedade civil. E na criação daquelas condições materiais objetivas, enquanto dirigente da sociedade política. O item mais importante, no entanto, na atual conjuntura política brasileira (até porque o modo de produção capitalista é muito mais avançado hoje do que em 1948, restringindo ainda mais a possível validade que teria esta espera no desenvolvimento de forças produtivas) é a operação na sociedade civil. Na produção de nova hegemonia ético-política.

Depois de fazer uma suscinta análise de classes da sociedade brasileira em 48 — grande contingente demográfico do proletariado rural, operariado urbano "mais independente, mas ainda crédulo e explorável (politicamente)", burguesia industrial incipiente e "uma conjugação de forças reacionárias" — Pasqualini percebe a questão dos agentes da nova hegemonia. Segundo ele, "o gargalo de absorção das idéias sociais deverão ser ainda as elites intelectuais" e acrescenta que esta mobilização permitirá "acelerar o processo de sua evolução através de instituições mais ou menos progressistas". E conclui esse parágrafo com sua frase mais importante e decisiva:

"A politização da classe operária determinará os processos ulteriores dessa evolução" (página 83).

Na perspectiva histórica — "politização operária para processos ulteriores" — Pasqualini dá um passo definitivo para além do pensamento político tradicional no Brasil. O termo "elites", no caso, foi o sucedâneo infeliz para uma expressão cujo conteúdo não conhecia: os intelectuais orgânicos de Gramsci.

Na realidade, Pasqualini não propunha um jogo político em que as "elites" se autodelegavam representantes da massa operária, mas sim um processo de luta política, no qual os intelectuais, ligados, pelo conteúdo de classe de seu pensamento e de suas proposições políticas e pelas suas situações objetivas, às camadas trabalhadoras, faziam destas agentes ativos do processo social pelo desabrochar da conşciência de classe, da politização.

Pasqualini morreu, no Rio a 3 de junho de 1960, sem ver nascer este PTB que julgava necessário.

Será que estas heróicas formulações ideológicas vindas dos primitivos dias de democracia-liberal no Brasil falam com significado para a atual situação brasileira? Sempre que se falar em Partido Trabalhista — ou que nome tenha — para expressar a vontade organizada e a consciência de classe das camadas trabalhadoras, sem dúvida que sim.

(1) *Antônio Gramsci nasceu a 22 de janeiro de 1891 em Ales, na Sardenha, Itália. Estudou Letras em Turim, onde ingressou no Partido Socialista Italiano, em 1921 fundou o PCI. Preso em 1927, é condenado por um tribunal fascista. Escreveu em seus 10 anos de prisão a parte principal de sua obra* Cadernos do *Cárcere editada no Brasil, e deixou também um documento literário e apaixonado de sua vida nas* Cartas do Cárcere, *também editado no Brasil. Gramsci morreu num hospital em Roma a 27 de abril de 1937. O PCI apenas começou a publicar suas obras após a desestalinização em 1957.*

Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

MENSAGEM

À aproximação de um novo ano e ao ensejo da maior festa da Cristandade, almejamos a todos os senhores dirigentes de todas as Cooperativas Gaúchas, seus associados e colaboradores, os melhores votos de Feliz Natal e um Ano Novo repleto de constantes prosperidades.
Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul — OCERGS

Um exemplar atentado à imprensa

Por Moema Bauer

O golpe ao único diário independente do México, em julho de 1976, mostra os limites da liberdade de imprensa controlada por outros meios tão eficazes quanto a censura

Rogelio Cuéllar

O prédio da redação e oficinas do Excelsior: guarnecido ostensivamente pela polícia

Em julho de 1976, talvez poucos tenham lido uma pequena nota nas páginas de noticiário internacional da maioria dos jornais brasileiros: informava a mudança de equipe no principal diário mexicano, o *Excelsior*. A notícia mereceu destaque em jornais como o New York Times, Le Monde e Washington Post. E apesar da pouca importância que lhe deram esses editores, também no Brasil chegou a interessar a certos setores. Trazia de volta uma velha pergunta — para a qual já se tem algumas respostas concretas —, mas que se continua fazendo na busca de alternativa de uma imprensa livre: até que ponto pode ir a informação, seja em um regime *mais* ou *menos* democrático?

A mudança da equipe de Júlio Scherer Garcia no Excelsior ocorreu no dia 8 de julho de 1976. Com ela, o jornal — estruturado em uma cooperativa de trabalho — deixou de exercer o jornalismo independente que o caracterizou, principalmente depois de 1968. Era o fim da única alternativa — a nível de grande imprensa — de crítica ao governo mexicano, na época presidido pela figura terceiro-mundista e polêmica de Luiz Echeverria.

A SUTILEZA DOS ATOS

De certa maneira, quem sabe, a repressão declarada à imprensa em outros países pode ser mais fácil de enfrentar. Uma página em branco num jornal, em preto ou até mesmo com poemas de Camões já sugere a uma grande parcela de leitores o que aconteceu. Mas no México, uma página em branco, como a que saiu no Excelsior dia 8 de julho — pela primeira vez nos quase 60 anos do diário —, mais pode ser atribuída a um defeito das rotativas.

Não há legislação restritiva à imprensa no país. O direito à informação está garantido pelo artigo 60 da Constituição aprovada em 1917. Cada presidente, ao iniciar o seu mandato — seis anos — reafirma esse direito. Echeverria, uma semana antes do 8 de julho, havia reafirmado: "A liberdade de expressão é uma das principais coisas conseguidas pelo meu governo".

A edição do Excelsior, uma semana depois do golpe na cooperativa

"Os problemas constitucionais, no entanto, não são problemas de direito, mas de poder", diz Fátima Fernández Christlieb, da imprensa marginal do México. E que paralelamente ao artigo 60, existem outros mecanismos que, de sutileza em sutileza, mantêm a informação sob monopólio e controle oficiais. Exemplos?

O organismo estatal Produtora e Importadora de Papel S/A (Pipsa) produz e importa papel para jornais, revistas, etc, monopolisticamente. Para que se comece a editar qualquer coisa, é necessário obter um certificado prévio, emitido por uma comissão estatal qualificadora de publicações, além de, quando for o caso, autorização para importar máquinas e equipamentos. Há também uma franquia postal aos distribuidores, garantindo os monopólios do setor — e ainda o que no Brasil se chama de Assessoria de Imprensa de organismos estatais.

Um último recurso, nascido com o caudilhismo ainda fortemente arraigado no México, são os personagens políticos ligados ao Poder Executivo ou setores econômicos, que se introduzem nas direções dos órgãos de imprensa.

O JORNAL INDEPENDENTE

O dia 2 de outubro de 1968 foi agitado para a nação mexicana. De repente, era como se o nacionalismo recalcado em séculos de dominação desse povo revitalizasse. No sul do Distrito Federal, os correspondentes estrangeiros tinham prato fácil: os Jogos Olímpicos elevaram o México à qualidade de "centro das atenções internacionais". A classe média mexicana depositava nos seus jovens desportistas a mesma esperança que em 1917 puseram os *campesinos* em Pancho Villa e Emiliano Zapata.

Na Praça das Três Culturas, perto do Palácio de Relações Exteriores, no entanto, três mil estudantes resultaram mortos, feridos ou desaparecidos. O governo de Gustavo Días Ordáz, hoje embaixador na Espanha, mandou reprimir a manifestação de 10 mil jovens com uma força de cinco mil soldados que, entre outros disparates, chegaram ao extremo de cortar testículos aos caídos que ainda estivessem vivos no piso de Tlatelolco. O futuro presidente Echeverria, nessa época, era Secretário de Governação, uma espécie de cargo desempenhado no Brasil pelo chefe do Serviço Nacional de Informações, que controla também a polícia militar do México.

O noticiário dos jornais do dia três de outubro sobre o massacre trazia manchetes como estas:

— *Balacera entre Francoatiradores y el Ejército em Ciudad Tlatelolco* (Novedades). — *Tlatelolco, Campo de Batalha. Durante Várias Horas Terroristas y Soldados Sostuvieron Rudo Combate* (El Universal).

O texto do Excelsior era simples e definitivo:

— *Nadie observó de dónde salieron los primeros disparos. Pero la grande mayoria de los manifestantes aseguraron que los soldados, sin advertencia ni prévio aviso, comezaron a disparar... del alto de un edificio... en tanques lijeros y vehículos blindados lanzaban ráfagas de ametralladora casi initerrumpidamente...*

Dós de octobre no se olvida! É o eco que permanece nas paredes de Tlatelolco e em quase 70 milhões de mexicanos. Foi o momento de consciência para a equipe de Scherer, que há três anos apenas começara a sondar a realidade nacional, dando passos ambíguos desde textos até mesmo a disposição gráfica do jornal. A partir dessa consciência foi fácil fazer crescer o jornal independente, até o ponto de o populismo echeverrista golpeá-lo sem alternativa.

E o que se passou com o jornal em 8 de julho de 76?

— O fato formal ou o ato real? — pergunta Mighel Angel Granados Chapas, chefe da página editorial do antigo diário, de quem é o depoimento mais completo sobre o caso Excelsior. Scherer Garcia mais se limita a entregar um maço de documen-

Um perfil da imprensa mexicana

O quadro real da imprensa mexicana atual, tomando em conta os diários de grande penetração e informação, pode ser sintetizado da seguinte forma:

El Dia, 65 mil exemplares diários. Nos anos 60 caracterizou-se como porta-voz da ala esquerda do Partido Revolucionário Institucional, há 48 anos no controle do governo. Adota uma linha contra a oligarquia rural, a Igreja conservadora e é, em certa medida, antiimperialista. Com seu caráter moderado e político, atualmente é o jornal mais crítico do México.

El Sol, 130 mil exemplares. É a principal cadeia de jornais mexicanos, com 37 diários em todo o país. Seu principal assessor é Miguel Alemán Velasco, filho do ex-presidente Miguel Alemán, e diretor de relações públicas de Miguel Echeverria.

El Universal, 165 mil exemplares. Por muito tempo foi o jornal da classe média católica mexicana. Junto com El Sol, da Cidade do México, esse diário foi comprado há cerca de um ano e meio por um consórcio dirigido pelos irmãos Vásquez Reña, amigos íntimos de Echeverria e, em realidade, seus testas-de-ferro.

El Heraldo, 120 mil exemplares. É uma das numerosas publicações da família O'Farril, acionista de Televisa e proprietária de revistas e gráficas.

Estes dados, levantados pela Associação de Jornalistas Alemães, omitem dois outros jornais: *Ovaciones* e *La Prensa,* ambos de propriedade de empresários e tendências direitistas.

Quanto à televisão, existem cinco canais importantes. Um deles, o Canal 13, pertence ao Estado e recentemente esteve envolvido em um escândalo de corrupção. Os quatro restantes integram o consórcio Televisa, que controla quase o total das 72 estações de tevê do país. Seus principais acionistas são Rómulo O'Farril, o ex-presidente Miguel Alemán, Emílio Ascárraga e a família Garza Zada, do grupo industrial de Monterrey que concentra os principais monopólios nacionais.

Nenhum desses órgãos de grande penetração informou qualquer coisa sobre o caso Excelsior.

No velho Excelsior, medo. Nas bancas, outro jornal

A história do diário mexicano Excelsior, ou da corrupção e controle mexicano, não se extingue no dia 8 de julho. Segue com o regime de terror que é imposto dentro da cooperativa pelos novos dirigentes aos seguidores de Scherer que por falta de outro trabalho aí permanecem, como também pelos próprios golpistas. E prossegue com duas tentativas novas da antiga equipe. A primeira, revista Processo, surge já em novembro de 1976, encabeçada por Scherer e Granados Chapas, enquanto a segunda aparece em novembro deste ano com o novo diário que está circulando pela capital mexicana; Unomásuno.

Do novo Excelsior pode-se assinalar que o jornal entra em franca decadência econômica diminuindo sua tiragem de 155 mil para perto de 80 mil exemplares. No interior da cooperativa ocorrem casos de rebaixa de cargos e expulsão de amigos de Scherer e também de golpistas que no começo do ano se manifestavam contra a nova direção. O auge da crise interna sucede com a luta pelo poder entre Regino Diaz Redondo e Bernardino Betanzos, braço direito do primeiro durante o golpe. Em julho deste ano, por fim, se define a vitória dos *reginistas* com um enfrentamento público, no restaurante *La Balena Azul,* onde os adversários de Diaz Redondo derrubam Bentanzos a cabo de pistola.

Antes e depois disto, o Excelsior enfrenta tiroteios permanentes entre os esquadrões de pistoleiros de cada lado dos golpistas, que atuando com granadeiros, guardam dia e noite a porta e o prédio do jornal, segurando pelo braço a cada estranho que entre. Enquanto o Estado assume posição amorfa, Júlio Scherer segue atacado. Sofre um processo judicial falso, agressão física e todo tipo de pressões contra a publicação da Processo. A revista, surgida quatro meses depois do golpe, segue a linha crítica do jornal. Seu capital vem de contribuições fixas de 500 pesos de cerca de três mil leitores do antigo Excelsior que permitem a formação de uma sociedade anônima.

Durante os primeiros meses, no entanto, enquanto o país vive a saída de Echeverria e o início de López Portillo no Governo, a revista é editada com papel do mercado negro, dado ao embargo da Pipsa. O novo presidente acaba com o embargo e mantém uma aparente posição de neutralidade com relação ao caso Excelsior. Mas, publicamente, em visita à Venezuela, desmente qualquer participação do governo no episódio.

Unomásuno, produto de um dos diversos grupos que compunham a equipe de Scherer e da incapacidade física de Processo em absorver os 200 profissionais que deixaram o Excelsior, começou a circular no último dia 13 de novembro com uma tiragem de 30 mil exemplares. Em formato tablóide, inicialmente seria vespertino, mas terminou tornando-se matutino nas últimas semanas, segundo nova decisão dos diretores.

O caso desse jornal é um exemplo a mais das limitações a um jornalismo independente no México, embora a negativa de Manoel Becerra Acosta, antigo subdiretor do Excelsior quanto a qualquer compromisso prévio. O grupo não integrado à Processo, entre os quais o mesmo Becerra, formou uma cooperativa que até hoje não atingiu 100 profissionais. Para editar o jornal, associou-se a um impressor privado que cedeu 40% do capital incluindo o maquinário. O resto veio das contribuições à cooperativa e de um empréstimo do Somex, banco paraestatal de crédito e financiamento.

A partir daí, é fácil imaginar até onde poderá ir o novo jornal, mesmo reunindo uma das melhores equipes profissionais do país. As primeiras impressões, tiradas entre as pessoas que já sabem do nascimento do jornal, são coincidentes: "É ambíguo, não chega a entrar diretamente na crítica". E também: "Possivelmente não avance mais do que o jornal El Dia".

Unomásuno,
primeira edição do jornal dos que saíram da cooperativa

unomásuno
México, d f, 14 de noviembre de 1977/año I/1/director general: manuel becerra acosta
uno más uno
Nuestro compromiso
Falta de oposición, una amenaza a la sociedad: González Guevara
Somalia rompe con Cuba y se aleja de la URSS
La selva lacandona, foco de tensión cercano al estallido incontrolable
Reforma en todos monedizas
Las 12 de la noche de un presidente
Bajo la lupa
México tendrá que venderle gas a EU: Charles Curtis
Patty Hearst y su celadora: Bimemorias
Mi primera nota del año

tos, e pedir: "Por favor, não me pergunta sobre mim. Meus companheiros é que devem falar. Que te parece a imprensa no México, estraçalhada?".

Granados Chapas trabalhou com Scherer até quase a metade deste ano, agora com diretor-gerente e editorialista da revista Processo. Depois, renunciou ao cargo diante da possibilidade — aprovada pela maioria da equipe — de voltar ao Execelsior, uma vez que os cooperativados se movimentavam contra a direção golpista.

— Fui contra a volta, porque o Excelsior está em crise econômica. Iríamos para enterrá-lo neste sentido. Por outro lado, significaria fazer concessões concretas ao governo e abandonar Processo, que não é o que nós nos comprometemos a fazer profissionalmente em nenhum momento. Atualmente, já não há essa idéia de regressar. A equipe voltou atrás.

Sobre o 8 de julho, ele resume:

— Foi a culminação de um processo de ataques que, embora iniciado em 1965, ficou agudo a partir de 1968, na medida em que se radicalizava a crítica do jornal. Formalmente, houve uma assembléia geral da cooperativa nesse dia e nela decidiram suspender os direitos dos dirigentes. Encabeçados por Scherer, perto de 200 profissionias abandonaram o Excelsior, em solidariedade com a direção. Concretamente, foi um golpe do governo Echeverria, manipulado desde o interior da cooperativa, que deu ao diário a linha situacionista e corrupta que agora segue.

COMEÇO CONSERVADOR

Filho da oligarquia mais reacionária do México, o Excelsior nasceu em 1917 combatendo os ideais da Revolução e contando os dias de Zapata. Passou depois aos interesses do PRI, comprado por políticos do partido. Mesmo assim não mudou muito. Até os anos 40, mais ou menos, chegou a extremos, como o de defender Franco e adotar uma linha pró-nazista e fascista.

A mudança da condição de empresa para cooperativa jornalística ocorreu em 1932. As cooperativas do México, no entanto, como explica Granados Chapas, em sua maioria surgem de empresas em falência e sob o estrito controle do governo. Nesse ano,os trabalhadores gráficos e administrativos do jornal, além dos jornalistas, tomaram o patrimônio da companhia declarada em quebra superando os primeiros anos de crise econômica, até os anos 50 já tinham feito do Excelsior o principal órgão de imprensa do país, com suas mesmas posições conservadoras.

Estas vão mudar a partir de 62, quando quase simultaneamente morrem os dois diretores que há 30 anos conduziam a organização. Acostumados a total centralização das decisões, os cooperativados ficam como que órfãos política e economicamente. Entre os movimentos que então surgem e que caracterizam a transição do jornal até 1968, em 1965 já predomina um de profissionais jovens — liderados por Scherer Garcia — que questiona a nova realidade do país. Diz Granados Chapas:

— Em 65 já se via desmoronar o "milagre mexicano". Por 20 anos — de 1940 a 1960 — o país crescera brutalmente com a entrada de capitais e a industrialização. Mas criara uma poderosa capa oligárquica e uma população majoritariamente empobrecida, num sistema antidemocrático cujos instrumentos populistas nunca corresponderam de fato ao interesse da maioria.

DEPOIS ECHEVERRIA

Os golpes às exigências de reforma econômica e democrática do jornal então se sucederam, desde processos judiciais até bombas em suas instalações. Em 1970, a televisão comercial começou uma clara campanha contra sua política editorial, ao mesmo tempo que se distribuíam panfletos e livros acusando a equipe de comunista.

— Era o ataque dos setores mais conservadores. Em 72, a Câmara de Comércio dos Estados Unidos, com todos os grandes monopólios, como a General Motors e a Sears Roebuk, suspendeu por quatro meses toda a publicidade no jornal.

Foi o momento que Carlos Fuentes — e seguidores — utilizou para eximir Echeverria do golpe, quando no ano passado escreveu: "Não é concebível que o presidente que salvou o Excelsior em 72, o tenha matado em 76". Echeverria investiu uma considerável verba em publicidade do governo no jornal durante o boicote. Mas dificilmente o faria, se o órgão não tivesse apoiado seu programa no início. Granados Chapas explica:

— Apoiamos o programa econômico e a política terceiro-mundista do presidente porque ele pretendia tornar justo o injusto. Mas em 1972 teve sua quebra quando tentou negociar a reforma fiscal com os empresários e perdeu. A partir daí continuou com combates verbais, mas nunca houve de fato medidas que diminuíssem os privilégios do empresariado.

O jornal cobrou as promessas e Echeverria mostrou sua aliança com os declarados combatentes do Excelsior. Em 76, havia levado o peso mexicano a uma desvalorização de mais de 100%, indicado seu sucessor José López Portillo, e reprimido abertamente o sindicalismo independente. Também havia manipulado a compra da maior rede de jornais do país, para a qual o Excelsior era o único concorrente perigoso.

SALVAGUARDA DO PRESIDENTE

Primeiro foi a invasão de terrenos do Excelsior, que eram explorados economicamente em benefício da cooperativa. Os supostos donos foram levados aí por Humberto Serrano, candidato a deputado pelo PRI, e o Estado nunca investigou a propriedade legal dos terrenos. Ou melhor, depois do 8 de julho investigou sim e decidiu a causa em favor da cooperativa e expulsou os "invasores".

O fato, amplamente divulgado por Televisa como irregularidade da direção de Scherer no jornal, trouxe à tona deficiências internas da cooperativa, através da corrupção, amedrontamento e manipulação de muitos cooperativados.

— Cometemos erros, ou o governo não poderia se eximir do golpe. Entre nós mesmos, havia grupos e divergências. Mas sempre convergíamos, junto com a maioria dos cooperativados, a Scherer. Nosso erro maior foi simplesmente contar com a maioria, sem organizá-la — reconhece Granados Chapas.

Regino Diaz Redondo, atual diretor e homem chave de Echeverria na cooperativa, era amigo de Scherer. Manipulou-o e chegou à presidência do Conselho de Administração e à edição de Últimas Notícias, publicação do Excelsior. Em 76 conseguiu a força necessária ao golpe, através da invasão de terrenos e um suposto desvio de 14 milhões de pesos pelo gerente Rodriguez Toro. Na magruda de 8 de julho, com agentes paramilitares, Regino inutilizou a matriz da página que sairia em branco de manhã. Nela, os colaboradores do jornal lançavam um manifesto de alerta contra o golpe.

A assembléia daquele dia foi convocada em função do episódio. Caracterizados por um *sombrero* mexicano, os policiais, guarda-costas e cooperativados de Regino cercaram a sala, drogados e portando armas. Entre gritaria e agitação, Regino conduziu a assembléia. Ao inscrever os seis escrutinadores necessários, deu chance a apenas um candidato sem *sombrero*. Scherer tentou falar e foi impedido pela baderna. Diante da ameaça armada, os dirigentes se retiraram, seguidos pela maioria dos cooperativados. De 1.350 membros, apenas 550 pessoas ficaram na sala e votaram a suspensão. E a decisão minoritária foi aceita como legal pelo organismo estatal de fomento às cooperativas.

Na redação, onde tentava organizar outra assembléia, a equipe recebeu o comunicado e teve de retirar-se do prédio. Horas antes, um colaborador tentara se comunicar com Echeverria. A resposta foi que o presidente estava ocupado, premiando crianças aplicadas.

AGENCIA DE NOTICIAS COOJORNAL

A COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE, NA AMPLIAÇAO DE SUA AREA DE OFERTA DE SERVIÇOS, ESTAH COLOCANDO A DISPOSIÇAO DE JORNAIS E REVISTAS DE TODO O PAIS O TRABALHO DA AGENCIA DE NOTICIAS COOJORNAL. CONTANDO COM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TODOS OS SETORES DE COBERTURA JORNALISTICA, A AGENCIA ESTAH APTA PARA O FORNECIMENTO DE NOTICIAS, REPORTAGENS, ENTREVISTAS E MATERIAL FOTOGRAFICO, CARTUNS E ILUSTRAÇOES, ASSIM COMO PARA A REALIZAÇAO DE COBERTURAS DE QUAISQUER ACONTECIMENTOS QUE ESTIVEREM OCORRENDO TANTO NO RIO GRANDE DO SUL COMO FORA DO ESTADO. AS CONSULTAS PODEM SER FEITAS ATRAVES DOS TELEFONES 24-0951 E 21-8984, PELO TELEX 051-1605, OU POR CORRESPONDENCIA ENVIADA A COOJORNAL - RUA COMENDADOR CORUJA, 372 - PORTO ALEGRE - RS.

+

511605CJPA BR

21.45G

NC

ANC

Dois milhões de gaúchos nas cooperativas

Aos 75 anos, o cooperativismo é uma força econômica que começa a transformar-se em força política no Rio Grande do Sul

Por Ricardo Schmitt

Trata-se de um caso à parte. Dono do mais forte movimento associativista do país, o Rio Grande comemora 75 anos de cooperativismo, este mês, com significativa alegria. Menos pela credencial histórica de ter sido o berço da doutrina aqui semeada pelo padre suíço Theodor Amstad, em 1902, do que por méritos práticos como, por exemplo, o fato do cooperativismo envolver hoje dois milhões de pessoas, ou seja, 30% da população gaúcha.

É certo que esses 75 anos, na verdade, nem sempre foram tão pródigos quanto os últimos 20, quando as 233 cooperativas de produção passaram a dominar 60% da produção agrícola do estado. Proprietárias de oito fábricas de óleo de soja com capacidade para processar quatro mil toneladas diárias e responsáveis pela produção de cinco milhões e 700 mil toneladas de soja, (80% da produção gaúcha) e cerca de 22 a 24% da arrecadação estadual do ICM, as cooperativas avançam em outras áreas.

Seus 380 mil associados, todos consumidores, comprando nas já promissoras seções de consumo (onde se pode adquirir alimentos, roupas, eletrodomésticos, etc.) ou nas 87 cooperativas de consumo do estado, provocaram o ingresso do cooperativismo na área do varejo. Em pequenas cidades do Rio Grande, o supermercado da cooperativa é o maior, senão o único. Em outras cidades, como Ijuí (40 mil habitantes), a cooperativa de produção possui enorme seção de consumo com capacidade para atender seus 15 mil associados da região.

Em Ijuí, aliás, contam com divertido humor uma conversa entre o presidente da Cotrijuí, Cooperativa Tritícola Serrana, e um renomado banqueiro porto-alegrense, dono também de uma rede de lojas por todo o estado. Neste diálogo, o banqueiro propôs ao dirigente cooperativista que fosse diminuída a seção de consumo da Cotrijuí. Em resposta obteve uma límpida proposta para que vendesse suas lojas à cooperativa. Como conseqüência desta diferença de visão acabou surgindo uma feroz campanha dos comerciantes gaúchos contra o que classificam de "gigantismo do cooperativismo".

De certa maneira o tiro saiu pela culatra, define um teórico da economia gaúcha, pois as cooperativas acabaram se unindo contra o inimigo comum, depois de um encontro, acontecido em março último em Gramado, onde se chegou à seguinte conclusão: somente a integração das cooperativas salvaria o sistema associativista dos seus inimigos. Agora, as cooperativas usam politicamente sua força econômica, somada à produção total.

Não falta quem vislumbre no semelhante avanço do cooperativismo à área da industrialização, prenúncios de tempos ousadamente novos. Reunidas em Cooperativas Centrais, em breve as cooperativas terão significativo domínio sobre os setores do leite, do malte e do telefone rural. E já se pensa em igual ação na suinocultura. Atuando sobre os interesses econômicos de determinadas regiões, o sistema de Centrais propõe uma diversificação racional e ordenada da produção agrícola, fugindo dos perigos da monocultura da soja, procurando não cair nas oscilações dos mercados instáveis.

Concluindo que o produtor deve não apenas produzir (ou criar) e entregar o grão (ou o animal vivo) e sim eliminar os intermediários, dominando a industrialização e a comercialização do seu produto, as cooperativas partem, conscientemente, para a busca de maiores rendas para o agricultor gaúcho, com a criação das Centrais. Nem por isso trata-se de uma saída segura. Por exemplo: adianta criar uma Central de Suinocultura se não há um preço mínimo para o porco?

Evidentemente, hoje em dia as barreiras não podem ser comparadas aos quase intransponíveis obstáculos colocados diante do pioneiro Amstad. Ao criar a Caixa de Economia e Empréstimos no dia 28 de dezembro de 1902, em Linha Imperial (distrito de Nova Petrópolis), o padre procurava amenizar as falhas do processo de colonização no Rio Grande, cuja principal característica era o miserável abandono do agricultor imigrante. Explorado pelos comerciantes, sem ajuda de bancos e distanciados até pela linguagem que falavam, os colonos alemães estavam condenados ao fracasso.

O cooperativismo de crédito rural proposto pela Caixa de Amstad, ou *Caixa do Padre* como ficou conhecida, baseado no sistema Raiffeisen, difundido na Europa em 1847, inédito na América do Sul, veio servir como uma espécie de caderneta de poupança para os imigrantes.

Da poupança surgiram os empréstimos para construção de casas e compra de terras até sementes e insumos agrícolas. Passados 75 anos após estes primeiros passos, são apenas 47 as cooperativas de crédito rural gaúchas. E todas enfrentam extremas dificuldades de sobrevivência graças à legislação que restringiu suas atividades em 1964. A semente plantada por Theodor Amstad, entretanto, viria dar bons frutos.

Crescendo vagarosamente nos anos seguintes as cooperativas de produção tiveram um impulso decisivo nos últimos 20 anos, quando o governo estimulou o plantio do trigo e entregou a elas, a missão de repassar os financiamentos agrícolas. Desta maneira, praticamente empurrou os produtores para o cooperativismo. O famoso ciclo da soja que, em 1967, mostrava os primeiros sinais de vida, viria contribuir decididamente com o crescimento do cooperativismo.

Com o governo sem condições de manter uma rede bancária em todas as cidades do interior as cooperativas praticamente dominaram o setor financeiro, através do repasse que neste momento — quando o trigo ia mal — era fundamental para a sobrevivência do colono. Assim, o agricultor passou a depender da cooperativa quando ia retirar o financiamento destinado ao trigo, mas que, na verdade, era usado para corrigir o mesmo solo onde seria lançada a semente de soja.

Naturalmente, crescia o número de associados em busca de sementes, insumos e financiamentos. Exemplo significativo é o do crescimento da Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja (Fecotrigo), que em 1967 contava com 33 filiadas e 55.958 sócios e hoje possui 64 cooperativas associadas e 181.557 cooperativados. Isto é: em 10 anos cresceu mais de 300%. O incentivo do governo ao plantio da soja, que ganhava bons preços no mercado internacional ajudando a equilibrar a balança externa do país, viria decretar um mais do que rápido e meteórico crescimento das lavouras sojíferas.

Para efeitos estatísticos, a soja multiplicou por quatro, nos últimos sete anos, sua área de plantio. E se em 1970 a produção das cooperativas andava em torno de 870 mil toneladas (cultivadas em três milhões e 490 mil hectares), e *se antigamente* apenas médios e grandes produtores se dedicavam a arriscar na nova cultura, logo o minifundiário também abandonou suas culturas tradicionais de colônia, para investir na soja.

Arrastado, portanto, para a monocultura milagrosa o pequeno colono mergulhou primeiro na euforia dos momentos iniciais e, depois, passou a compartilhar dos erros cometidos pela falta de planejamento na agricultura gaúcha. Costuma-se dizer hoje: "A cooperativa vai bem, mas o colono vai mal". E rebate-se em seguida: "Se não existisse o cooperativismo o colono estava muito pior". Mas, naturalmente, a questão não se esgota de maneira tão simplista, como mostram fatos de recente lembrança como a soja colhida sendo depositada em igrejas e quartéis, graças à insuficiência de armazenagem diante da generosidade da produção.

Se em 1969 a capacidade de armazenamento das cooperativas era de 718 mil toneladas hoje passou a cinco milhões e 400 mil toneladas, mais da metade da capacidade do estado, devido à transferência do problema do governo às cooperativas. A mesma incapacidade governamental em controlar a comercialização da soja levou, por exemplo, a Cotrijuí a se agilizar, montando um terminal marítimo em Rio Grande e, em breve, a cooperativa poderá chegar à completa eliminação do intermediário neste setor, pois está em negociações para exportar soja direto para a Holanda.

Mesmo assim as cooperativas não conseguem ainda beneficiar totalmente os pequenos proprietários que, em maioria, estão com dívidas elevadas, empréstimos a serem pagos e sofrendo com a expectativa para a próxima safra de soja, que não pode frustrar na hora da comercialização, quando as regras partem da Bolsa de Chicago, nos Estados Unidos.

Esclareça-se que, na verdade, para manter sob controle parte das etapas de produção as cooperativas buscaram capacitar-se para controlar a produção desde a semente até a comercialização, dominando hoje 73% da produção de sementes de soja e 88% de trigo, provocaram o surgimento do maquinário agrícola, de novas técnicas, de insumos caros. Enfim, toda a estrutura necessária que beneficiou efetivamente o grande e médio produtor, ou "os que tinham mais, produziam mais e ganhavam mais".

O pequeno ainda está em apuros, como diria o padre Amstad. Vivendo em uma estrutura fundiária extremamente recortada, a situação do minifundiário continua sendo o principal desafio para as cooperativas. E o que pode fazer o cooperativismo dentro das limitações da convivência com o sistema capitalista? Há, é verdade, a tentativa de diversificação racional proposta pelas Centrais, o que significa o melhor aproveitamento do próprio minifúndio. Existem também projetos de colonização no Norte, Nordeste do país, iniciativa que o governo estimula depois de seu próprio fracasso com as colonizações do Incra.

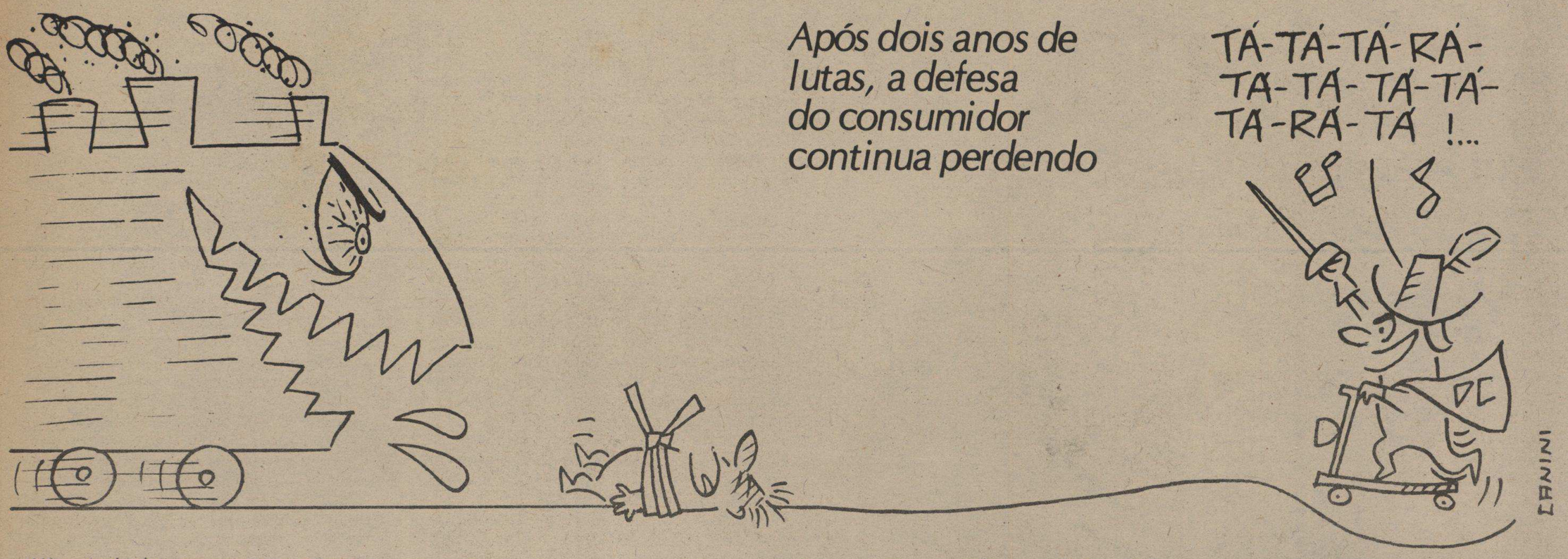
Por falar em governo, sua própria atitude em relação ao cooperativismo gaúcho tem sido paradoxal. Enquanto o presidente Geisel, uma única vez, diga-se de passagem, demonstrou certa simpatia pelo movimento, exagerados e lentos encaminhamentos burocráticos entravam sistematicamente projetos cooperativos. Exemplo recente é o da Central de Telecomunicações, que viu seu convênio com a CRT retardado por vários meses.

Teóricos do cooperativismo vislumbram neste tipo de atitude um compreensível receio do sistema capitalista ante a idéia socializante e o esforço comum contido nos princípios cooperativistas, que pregam a participação na empresa através do voto democrático e não do capital. Diante dessa constatação, é tão difícil uma previsão definitiva para o futuro do cooperativismo como para os próprios encaminhamentos da política nacional.

AQUI VOCÊ COMPRA COOJORNAL

Juiz de Fora
Tubarão
São Paulo
Florianópolis
Belo Horizonte
Vitória
Recife
Natal
Curitiba
Salvador
Fortaleza
Rio de Janeiro
Niterói
Mossoró
Lajes
Nas praias
Blumenau
Camboriú
Torres
Brasília
Tramandaí
Capão da Canoa

Defenda-se quem puder



Após dois anos de lutas, a defesa do consumidor continua perdendo

Há mais de dois anos começaram a ser formadas as primeiras associações de defesa do consumidor.

Faz um ano que a CPI do Consumidor na Câmara Federal apresentou seu relatório final, rico em sugestões.

Agora, até o governo começou a lançar tímidas campanhas de "esclarecimentos", desde alertas da Sunab até a recente pechincha.

Mas, o que ganhamos nós, consumidores brasileiros? Salvo um pequeno despertar para os problemas enfrentados diariamente no ato às vezes sagrado de consumir, pouco mais sobrou.

As propagandas do governo em defesa do consumidor "são uma brincadeira de mau gosto com o povo, que além de ser normalmente enganado, agora está sendo iludido", exclama o deputado arenista Nina Ribeiro, que há mais de 10 anos se preocupa com a defesa do consumidor no Brasil.

As campanhas são inócuas, segundo o deputado carioca, porque envolvem apenas órgãos de fachada como a Sunab, que não têm competência nem estrutura para defender, fiscalizar ou atender uma reclamação do consumidor.

É o que acontece: a fachada é de um palácio, o interior está completamente oco. Isto é, nada adianta um órgão como a Sunab advertir comerciantes, se muitas vezes a culpa é dos industriais, o lado mais forte — e as leis brasileiras a respeito são simplesmente ridículas ou, quando corretas, ineficientes.

"Entidades de defesa do consumidor vão colher poucos frutos enquanto não for efetuada uma reformulação da legislação de proteção ao consumidor no Brasil", diz o economista Vespasiano Consiglio, ex-presidente da Ceasa paulista e ex-secretário de Abastecimento da prefeitura de São Paulo.

Assim, ele está certo de que a criação de entidades como a Associação de Proteção ao Consumidor (Porto Alegre), o Conselho de Defesa do Consumidor (Rio) e a Associação Nacional de Defesa do Consumidor (Brasília) representam apenas uma perda de tempo se não tiverem o apoio de uma legislação apropriada.

Como delegado da Sunab paulista, nos anos 60, Consiglio fechou inúmeros estabelecimentos, em cujas portas colocava um cartaz bastante objetivo: *Fechado por estar explorando o povo.* Mas logo se deu conta da ineficácia de soluções como esta.

Raciocínio, aliás, que conta com a solidariedade da maioria dos que estão envolvidos nesta luta. Como Epitácio Caó, secretário executivo do Conselho de Defesa do Consumidor (Condecon) do Rio, que não acredita em Sunab, CIP e quetais. "Sabemos que vários estabelecimentos autuados pela Sunab", cita como exemplo, "voltam a reincidir na mesma fraude, e em grau maior, para se ressarcirem dos valores das multas aplicadas".

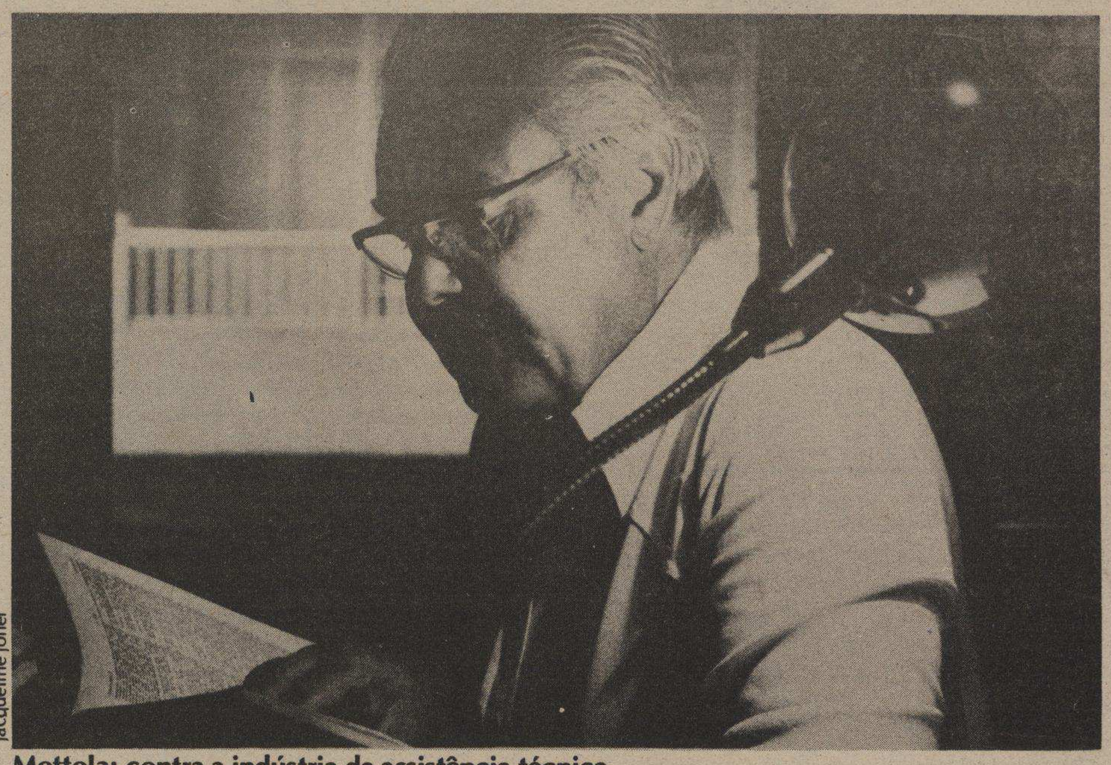
Nem o CIP escapa do descrédito. Diz Caó: "Os produtores e os revendedores não cumprem os acordos de cavalheiros que fazem com o CIP, e quem perde? O consumidor. E embora o poder público aplique sanções punitivas, isso, na verdade, são medidas frágeis para conter a audácia dos produtores revendedores".

Por falar em audácia: em agosto do ano passado o deputado Nina Ribeiro se indignou com o depoimento prestado na CPI do Consumidor pelo presidente da Volkswagen no Brasil, Wolfang Sauer, que, segundo o deputado, "faltou deliberadamente à verdade ao responder sobre as atividades que a sua firma exerce no Brasil".

Sauer fora depor sobre o desmatamento feito pela Volks na Amazônia onde, sem licença do IBDF, tocou fogo em 9.138 hectares, "o incêndio do século" denunciado por Burle Marx e detectado até pelo Skylab (o laboratório espacial norte-americano). O indignado discurso de Ribeiro terminou assim:

— Afinal, produzindo um carro tão inseguro como o fusca nacional, com que desplante se vai permitir a prática de crime em desrespeito a uma CPI do Congresso Nacional? Não tivesse eu o meu direito de perguntar cerceado e possivelmente outras irregularidades poderiam ser apuradas.

Se a coisa está neste pé, o que poderiam fazer simples associações? Nada mais além de algumas denúncias e conversações, como acontece.


jacqueline ioner

Mottola: contra a indústria da assistência técnica

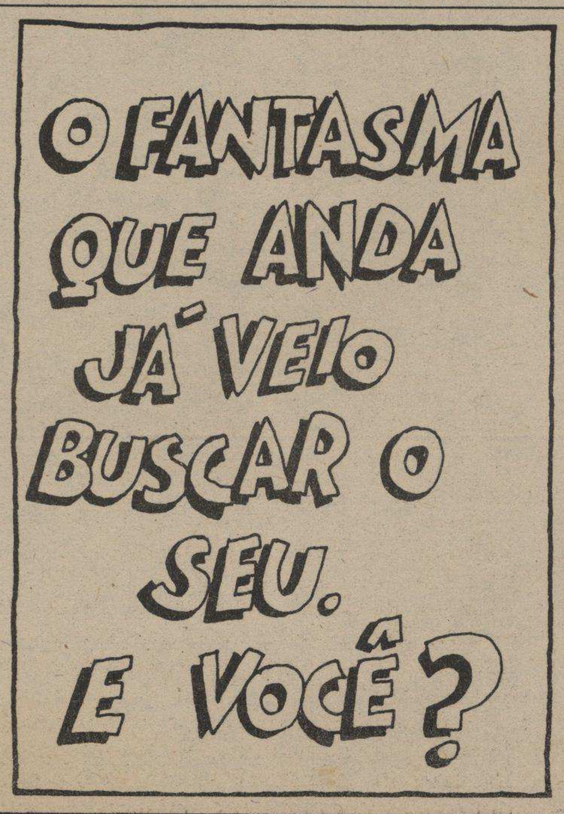
O Condecon do Rio de Janeiro, por exemplo, procura orientar e desenvolver no consumidor carioca o costume de, pelo menos, "desconfiar" dos preços e, principalmente, da qualidade dos produtos colocados ao alcance de seu salário sob a roupagem, aparentemente insuspeita, de "qualidade superior", "mais nutritivo", "o mais eficiente", entre outras frases feitas que são a tônica das campanhas publicitárias, ainda mais nesta época do ano.

"Grite, reclame. Procure fazer valer os seus direitos", diz o *slogan* de batalha do Condecon. "É uma tarefa árdua", reconhece Epitácio Caó, "ante a complexa, ampla e difícil sociedade de consumo, que cresceu desproporcionalmente à infra-estrutura que rege a produção, comercialização e prestação de serviços ao consumidor."

O Condecon, a APC gaúcha, a Andec de Brasília, funcionam mais ou menos da mesma forma. Recebem queixas dos consumidores que são logo investigadas. O primeiro passo é procurar o estabelecimento ou empresa *acusada,* onde normalmente resolvem o problema e a queixa é arquivada. Caso contrário, resta denunciar as fraudes, na imprensa ou nas delegacias de economia popular. E em último caso (sempre evitado devido à demora e ineficiência desta ação) se vai à Justiça.

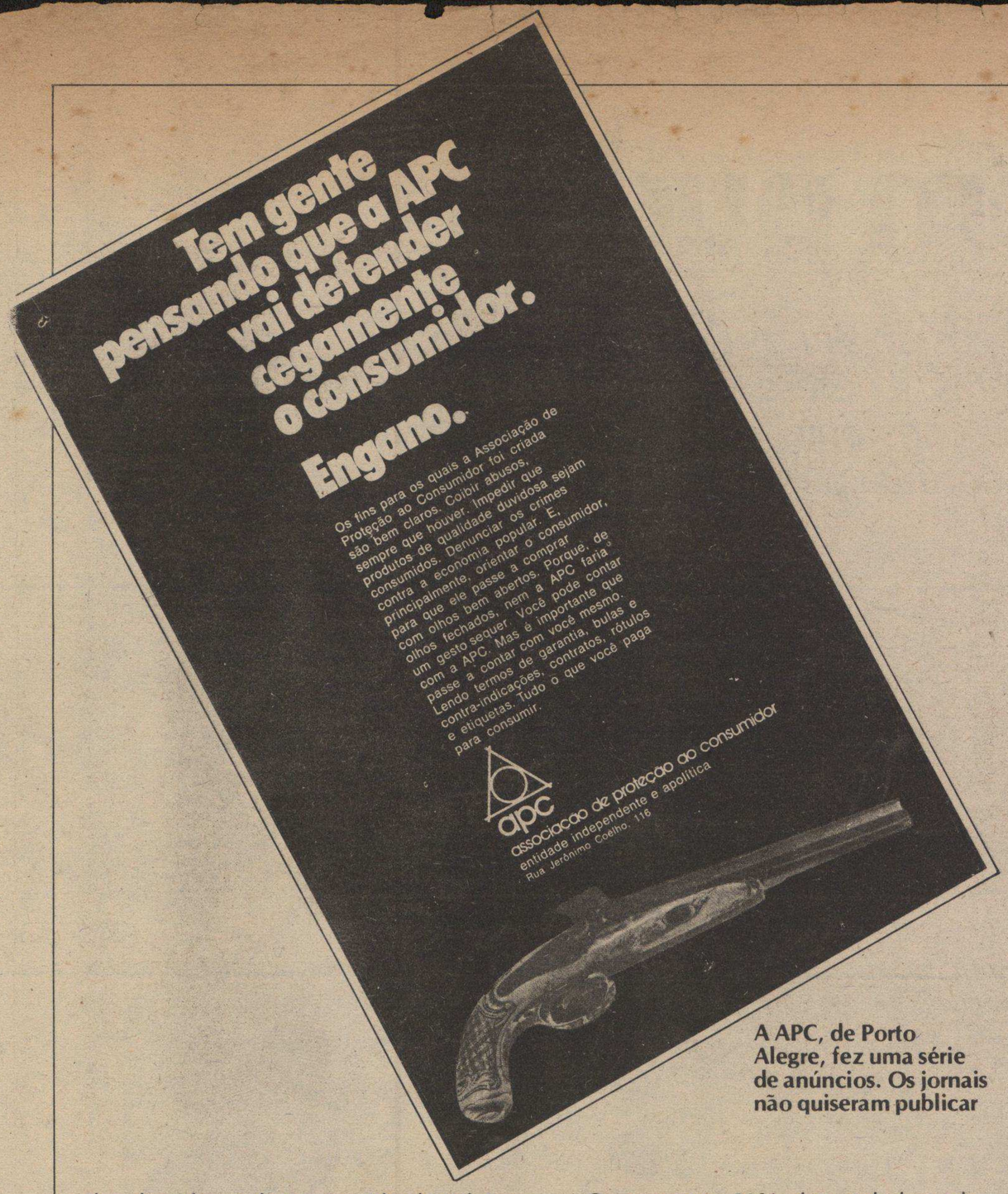
Os eletrodomésticos é que são a maior ▶

Trabalharam nesta reportagem: Carmem Cagno (São Paulo), Graça Seligman (Brasília), Riomar Trindade (Rio), Wálmaro Paz (Porto Alegre).



OS CERTIFICADOS DOS PARTICIPANTES DO 1º SEMINÁRIO GAÚCHO DE MÍDIA ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DA ARP AV. BORGES, 915/2º PROCURAR COM D. IEDA.

GRUPO DE MÍDIA - RS



A APC, de Porto Alegre, fez uma série de anúncios. Os jornais não quiseram publicar

dor de cabeça do consumidor brasileiro. Feitos para durar pouco tempo, muitas vezes desempenham esta ação à risca, não funcionando nem no primeiro dia.

Na Associação de Proteção ao Consumidor, de Porto Alegre, das 1.500 reclamações recebidas de janeiro a outubro deste ano, 60% se referiam à qualidade dos eletrodomésticos. O que, no caso gaúcho, evidencia outro problema para o consumidor: a falta de atendimento técnico e a incapacidade das "assistências técnicas" nomeadas pelas fábricas de eletrodomésticos, geralmente instaladas no centro do país.

O presidente da APC, Frederico Renato Mottola, chega a dizer que existe uma "indústria de assistência técnica" no Brasil, apesar de contar apenas com os exemplos de Porto Alegre. Mas se acontece isto no terceiro maior centro consumidor do Brasil, fácil imaginar o que acontece nos outros estados...

Outros 20% das reclamações são contra o maldito Serviço de Proteção ao Crédito que preteia indevidamente a ficha de muitos crediaristas. Segundo Mottola, normalmente acontece que o cliente já pagou a mensalidade ou mesmo já quitou o carnê inteiro, e mesmo assim é denunciado pela loja. E há até casos em que jamais o consumidor comprou na loja que o apontou ao SPC. E quem protege o consumidor contra isto?

Os restantes 20% do total de reclamações se referem a problemas de inquilinato (denúncia vazia ou aumentos exorbitantes nos aluguéis), má qualidade dos imóveis e preços acima da tabela (casos encaminhados à Sunab).

Mottola está entre os que acreditam que, se a grande imprensa desse guarida à luta destas associações, a coisa poderia ser bem diferente. Não é o que acontece em Porto Alegre, onde a APC tentou desenvolver uma campanha de orientação ao consumidor e nada conseguiu porque nenhum diário se dispôs a abrir suas páginas aos anúncios.

Assim, nem a listagem dos "dez mais" aparece ao público. Poucos ficam sabendo que, neste período de janeiro a outubro, as marcas de eletrodomésticos que receberam as maiores reclamações foram, pela ordem: Semp, Telefunken, GE e Philco.

Há também o listão das lojas de Porto Alegre. As recordistas em reclamações foram: J. H. Santos, Imcosul, Mesbla, Óticas Precisão, Magazine Alberto Bins, Imobiliária Princesa do Lar, Magazine Tevah, Multifinanceira, Iochpe, Crefisul e Soberana dos Móveis.

Enfim, aí estão as empresas que mais faturam no ramo de eletrodomésticos em Porto Alegre e as financeiras responsáveis pelos maiores volumes de financiamentos através do crédito direto ao consumidor.

Emoldurar
um quadro
é complementá-lo

DELPHUS
ARTE EM MOLDURAS

Cristóvão Colombo, 1103. Porto Alegre — RS

Margarina: a força da mentira

Dono do maior arquivo sobre o assunto (mais de 250 pastas), o deputado arenista Emílio Antônio Aguiar Nina Ribeiro foi um dos primeiros parlamentares a se preocupar com a defesa do consumidor no Brasil

Autor de inúmeros projetos de lei sobre o assunto, Ribeiro reuniu suas principais experiências em livro que acaba de lançar. É atualmente o presidente da Associação Nacional de Defesa do Consumidor, criada em Brasília.

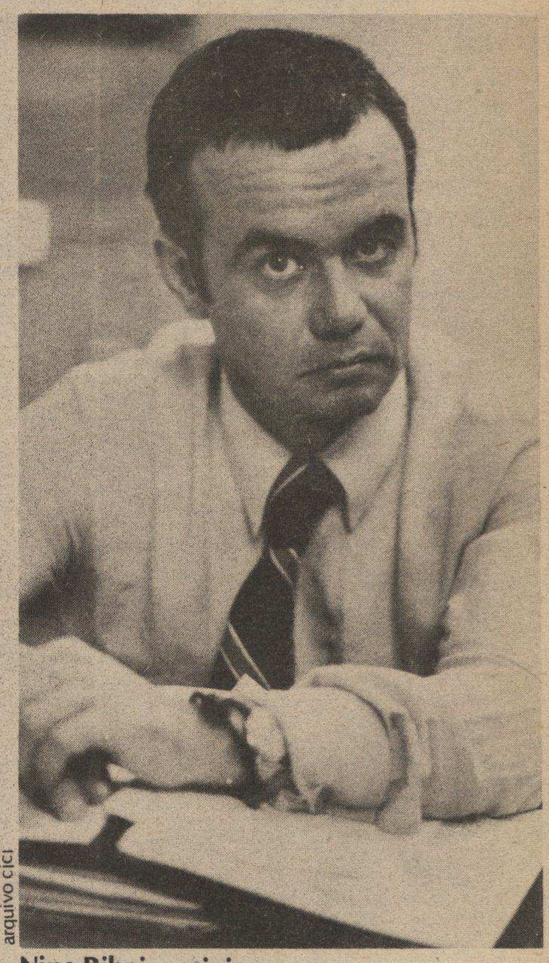
A luta em defesa do consumidor, ao lado de suas opiniões liberais, tem-lhe valido alguns percalços, como o fato ligado à própria CPI do Consumidor. Autor do requerimento que provocou a instalação da CPI, ele sequer foi indicado como representante de seu partido na Comissão: uma desavença com o líder José Bonifácio, após um discurso de Ribeiro contra o AI-5, obrigou-o a trabalhar como colaborador da comissão. "Um assessor de luxo", como ele mesmo se qualificou na ocasião.

Abaixo, o resumo de um de seus discursos contra maus produtos e a propaganda mentirosa. Tema que, apesar da gravidade, parece não ter repercutido onde devia:

"É verdadeiramente incrível como continuam a ser divulgados os anúncios da margarina em nosso país. De forma anticientífica e grosseiramente mentirosa se procura induzir em erro uma população inteira a fim de que consuma cada vez mais e exclusivamente a margarina em detrimento da manteiga e de outros derivados naturais do leite.

Nessa propaganda cara e encomendada por conhecidas multinacionais com sede no estrangeiro, ao arrepio da classe médica brasileira e das outras autoridades sanitárias desse país, desconhecendo a legislação federal e estadual aplicável, procura-se difundir virtudes milagreiras do produto, como a de eliminar a formação do colesterol no organismo, ao contrário dos laticínios, que estariam causando esse mal. Chegam mesmo a acrescentar com desfaçatez e cinismo pela televisão: "Se você não cuida da saúde de seu marido, quem vai cuidar"? Nada mais falso.

Por esse princípio o elefante não poderia ter colesterol, pois sendo herbívoro não se alimenta de produtos de origem animal; no entanto, ele o tem! Assim, a propaganda da margarina é rigorosamente mentirosa não resiste aos estudos e laudos mais elementares sobre a matéria feitos por especialistas, como o eminente dr. Aldo Rangel e o professor Hélio Povoa, da cadeira de Bioquímica Fisiológica da Universidade Federal do Brasil.


arquivo cici

Nina Ribeiro: cinismo

Ao contrário, os óleos e gorduras hidrogenados, saturados, dos quais a margarina é exemplo, é que são propiciadores de males circulatórios e da próprio arteriosclerose. E, como se já não bastasse, procura-se fazer a margarina substituir a manteiga, pela coloração que lhe dá, pelo aroma, pela consistência e pelo sabor artificiais que lhe emprestam, além dos locais de venda nos supermercados, onde a margarina é colocada propositalmente para se confundir com a manteiga.

Tudo isso evidencia uma propaganda fraudulenta que omite verdades científicas e propala fatos mentirosos, anunciando o produto como remédio e com descumprimento expresso da legislação nacional.

É de causar pasmo que uma população inteira esteja há tanto tempo sendo enganada".

Muito barulho, pouco interesse

A Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada e mantida ao longo de 180 dias do ano passado pela Câmara dos Deputados, recolheu opiniões de depoentes de todos os níveis, numa espécie de mosaico nacional sobre as contradições que comandavam, na época, as relações entre os produtores e os consumidores do país.

Inicialmente, o trabalho da CPI do Consumidor foi projetado para abranger cinco grandes temas: alimentação, medicamentos, segurança de veículos, habitação e propaganda. Ao longo do tempo, outros temas foram ainda examinados — mesmo que rapidamente — e, no final, o relatório trouxe algumas propostas concretas, como:

1. Um monopólio estatal da importação de matérias-primas farmacêuticas.

2. A criação de tribunais administrativos (conselhos do consumidor), subordinados ao Ministério da Indústria e Comércio, para julgar, em ritos sumários, as pendências entre empresas e consumidores.

3. Endurecimento de normas relativas a corantes e aditivos.

4. Nova lei de Economia Popular, uma espécie de Código de Defesa do Consumidor.

5. A instalação de uma Comissão Permanente, na Câmara dos Deputados, para tratar somente de assuntos relacionados com a defesa do consumidor.

As quatro primeiras propostas já foram apresentadas em forma de projetos de lei, que estão tramitando, lentamente, sem prazos definidos; a comissão permanente até hoje não foi instalada. Na Câmara dos Deputados, poucos são os legisladores que se preocupam com os problemas dos consumidores.

A grande novidade deste ano ficou mesmo por conta da campanha da pechincha, lançada e sustentada pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República em conjunto com a Sunab. Mais do que isso, talvez, apenas a instalação oficial da sede da Associação Nacional de Defesa do Consumidor, Andec, em Brasília; e a preocupação dos publicitários brasileiros em elaborar um código de ética para sua atividade — uma solicitação feita pela CPI quando em funcionamento.

Mesmo a campanha da pechincha foi desencadeada com outro objetivo que não a defesa do consumidor, especificamente. Os esclarecimentos e conselhos a consumidores para que reajam a possíveis sonegações de seus direitos, por comerciantes ou empresários, não visam, originalmente, corrigir quaisquer distorções no relacionamento entre as partes citadas.

O que se faz, realmente, é aproveitar — com alguns méritos — um assunto em voga e abrir uma nova frente de luta na batalha principal do governo: diminuir, a qualquer custo, os índices de inflação e custo de vida.

Luís Recena Grassi

O fantasma dos listões de expurgo

Por Najar Tubino

Será que o espírito do senador americano Joseph McCarthy — pioneiro na caça às bruxas durante a década de 50 entre os simpatizantes das idéias esquerdistas nos Estados Unidos — reencarnou agora em alguns gaúchos que casualmente ocupam cargos de chefia em órgãos da administração pública estadual? Ou será que "alguns súditos estão sendo mais realistas que o rei", como comentou um deputado do MDB)?

No Rio Grande do Sul, a divulgação da lista dos 97 comunistas infiltrados no governo, autoria atribuída ao ex-ministro do Exército general Sylvio Frota, serviu para concentrar as discussões sobre estas duas hipóteses, qualquer das duas confirmadas plenamente ou em parte. Em órgãos da administração estadual subordinados ao governador Sinval Guazzelli — tido como "democrata e liberal convicto" —, soube-se que sete funcionários foram demitidos por "incompatibilidade com a linha política do governo". E houve mais quatro demissões na Fundação de Ciência e Tecnologia (Ciente), vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio, mas que não teriam ligações com os "expurgos ideológicos". Estariam mais para a arbitrariedade pura e simples do novo presidente da Fundação, Luiz Carlos Bignetti, um químico de 34 anos.

LISTA NEGRA

O fato de as notícias sobre demissões na Fundação de Economia e Estatística terem sido divulgadas agora, não quer dizer que sejam recentes e tampouco que não tenham alguma coisa a ver com a lista dos 97. A história remonta a 1975, quando o espectro de uma chamada "lista negra", contendo 13 nomes de técnicos que trabalhavam na entidade, passou a ser usada como instrumento de pressão pelo setor administrativo. A ideologia ou as inclinações políticas dos técnicos passou a ser um fator importante nas relações de trabalho da FEE e mesmo para determinar ou não uma demissão.

"Mas naquela época nós tínhamos um corpo técnico forte", lembra o ex-assistente técnico Calino Ferreira Pacheco Filho, um dos cinco demitidos por "incompatibilidade política". Denunciado e absolvido em processos na Justiça Militar, Calino enfrentou problemas para conseguir emprego. "Eu tive que entrar na FEE como estagiário, porque neste caso eles não pediam atestado de antecedentes", relembra. Já nessa época, além da "lista dos 13", falava-se na existência de um acordo entre o Palácio do Governo e os órgãos de segurança visando demitir mensalmente um ou dois funcionários da administração estadual, pessoas que não se alinhavam com as idéias do governo.

Verdade ou não, já em 75, o assistente técnico Carlos Alberto Tejera De Ré — um dos mais visados —dava abertura ao "expurgo ideológico", embora o então presidente Nei Marques negasse as pressões políticas. Mas o problema maior estava no setor administrativo, onde o diretor Roque Maldaner — ligado a deputados radicais da Arena, como Hugo Mardini e Guido Moesch — costumava controlar os movimentos e atitudes dos técnicos da FEE. Um exemplo: enquanto o economista Miguel Bodéa — do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais — viajava ao interior como conferencista, o diretor administrativo colecionava recortes de jornais com as declarações de Bodéa. Roque Maldaner é ligado ao Instituto de Formação e Estudos Políticos (Ifep) da Arena, que corresponde ao Iepes do MDB.

De 75 para cá, mais quatro assistentes técnicos foram atingidos. As pressões continuaram e outros técnicos resolveram pedir demissão. "A gente não tinha segurança para trabalhar, não sabia se de uma hora para outra ia ser demitido", conta Calino Pacheco Filho. No final do mês passado, o atual presidente da FEE, Leodegar Jost, negou a discriminação política. E garantiu que os dois funcionários que estão na lista dos 97 — um deles está na França, com bolsa de estudos — vão continuar trabalhando. "Nós continuaremos administrando em função dos estudos e programas que estamos realizando", sustentou.

Bem diferente foi a posição do secretário da Saúde, o dentista Jair de Oliveira Soares. Logo após a divulgação da lista dos 97, ele expediu uma nota oficial explicando a demissão do médico Carlos Aveline Fonseca Brasil. "Ao ter conhecimento que Aveline Fonseca participava de atividades suspeitas, ligadas a elementos subversivos, o titular da Secretaria da Saúde determinou a sua imediata demissão, o que ocorreu em 16 de março de 76", dizia a nota.

Fonseca Brasil esperou quase dois anos para ter esta resposta, pois "eu fui demitido sem qualquer explicação ou justa causa", embora no Diário Oficial tenha constado como exoneração a pedido. O médico, aliás, conheceu bem como funciona o "expurgo ideológico". No mesmo ano ele foi demitido do INPS, onde trabalhava desde 1968, sem nehuma explicação e sem processo administrativo. Por ironia, Fonseca Brasil tinha sido aprovado em concurso do INPS realizado em 75 e por isso em junho deste ano teve de ser readmitido, quando saiu a classificação. Mas ficou só dois meses: em agosto foi demitido de novo. O mais grave de tudo, diz Fonseca Brasil, é que não têm procedência as acusações: "Fui absolvido porque nada foi comprovado no inquérito. Senão teria sido condenado pela Justiça Militar".

DEDO-DURO CONFESSO

Em matéria de caça às bruxas, a lista dos 97 só encontrou um paralelo, entretanto. Uma circular que o delegado de polícia, ex-suprintendente dos Serviços Policiais do Estado e atual deputado da Arena, Cícero do Amaral Viana, enviou a todos os presidentes dos diretórios municipais do partido. No documento ele pedia "um levantamento nominal de todos os titulares, isto é, chefes (cargos de confiança) nos órgãos federais e estaduais". E explicava os motivos: "...lamentavelmente ainda se observa que em todo o estado continuam chefias de confiança em mãos de adversários ou de indiferentes, com sérios prejuízos políticos, e por que não dizer administrativos à Revolução". A ameaça vinha no fim: "...para posteriores diligências junto a quem de direito".

O plano foi denunciado porque o presidente de um diretório da região do Alto Uruguai entregou cópia da circular ao deputado (MDB) Edgar Marques de Mattos. Criticado no plenário da Assembléia Legislativa, Amaral Viana confessou-se "um dedo-duro mesmo" e tentou justificar: "Vossa Excelência sabe que sou um intransigente combatente dos comunistas que Vossa Excelência tem defendido muitas vezes na tribuna". Quando outro deputado quis saber os nomes desses comunistas, Amaral Viana quis barganhar: só revelaria os nomes se Marques de Mattos revelasse o nome de quem entregou-lhe a circular.

O clima que se formou em torno desses debates trouxe outros elementos sobre o ambiente que se estabeleceu nos gabinetes e escritórios das repartições públicas ou das empresas de economia mista do Estado. Nos últimos dias de novembro, o escriturário Edmar Belmonte, funcionário novo da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT), lia um jornal periódico quando foi interpelado pelo chefe da seção. Foi interrogado no ato: "Por que você está lendo? Você sabe que jornal é esse?"

Três dias depois, Belmonte foi chamado ao departamento de segurança da empresa. Lá, foi surpreendido: a seção de informações do departamento havia feito um levantamento completo da vida de Edmar Belmonte. Aí vieram as acusações: Belmonte participava da feitura do jornal da Faculdade de Economia da PUC, participara da campanha do vereador (eleito e cassado) Marcos Klassmann e pertencia ao setor jovem do MDB. O depoimento de Belmonte foi datilografado e assinado. Feito isso, demitiram-no.

CONTENÇÃO DO QUÊ?

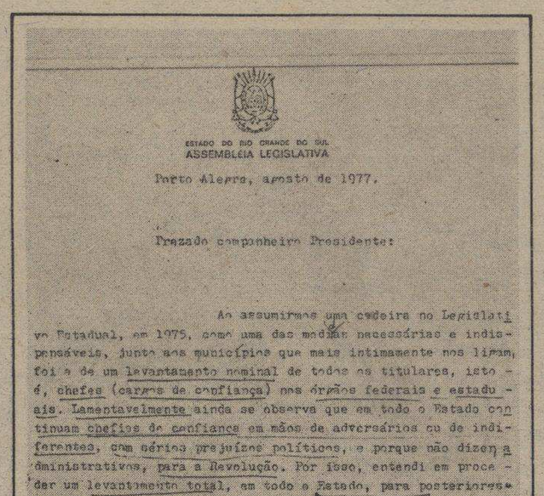
De roldão, foi envolvida outra Fundação, a de Ciência e Tecnologia (Cientec), onde haviam sido demitidas quatro pessoas e duas "estavam na marca do pênalti", segundo os próprios funcionários. Mas neste caso existem certas particularidades: nenhum dos demitidos tem alguma participação política. A dúvida que ficou foi sobre os critérios e aí prevaleceu a versão de que foi mesmo orientação pessoal do presidente, Luiz Carlos Bignetti.

Na direção administrativa, a um dos técnicos demitidos, foi dito que era um plano de contenção de despesas. O secretário Cláudio Strassburger — da Indústria e Comércio, a quem está vinculada a Cientec — negou procedência: "Não tem nada a ver com contenção de despesas. É mera rotina. O que adiantaria a demissão de quatro funcionários? O que se economizaria com isso?" — perguntou e depois completou: "Também não há a intenção de expurgo e não vai haver mais nenhuma demissão. Não seria boa política fazer um expurgo".

O que houve, então? Uma das demitidas, a arquiteta Leora Villanova Gavilon, fazia a mesma pergunta:

— Até hoje eu não consegui entender o porquê da demissão. Eu até deixei projetos em andamento.

A situação dos que ficaram também era de intranqüilidade, apesar da palavra do secretário. A partir do dia 17 de novembro, data da primeira demissão, falava-se na existência de "outra lista negra", esta com 23 nomes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Porto Alegre, agosto de 1977.

Prezado companheiro Presidente:

Ao assumirmos uma cadeira no Legislativo Estadual, em 1975, como uma das medidas necessárias e indispensáveis, junto aos municípios que mais intimamente nos liam, foi a de um levantamento nominal de todos os titulares, isto é, chefes (cargos de confiança) nos órgãos federais e estaduais. Lamentavelmente ainda se observa que em todo o Estado continuam chefias de confiança em mãos de adversários ou de indiferentes, com sérios prejuízos políticos, e porque não dizer administrativos, para a Revolução. Por isso, entendi em proceder um levantamento total, em todo o Estado, para posteriores diligências junto a quem de direito. Reservadamente peço que o prezado companheiro Presidente nos informe a respeito, obedecendo o que segue para facilitar nosso trabalho.

1 -ORGÃOS FEDERAIS TITULAR(nomes) FILIAÇÃO OU INCLINAÇÃO - PARTIDÁRIA

Banco do Brasil S/A
Caixa E. Federal
Etc...

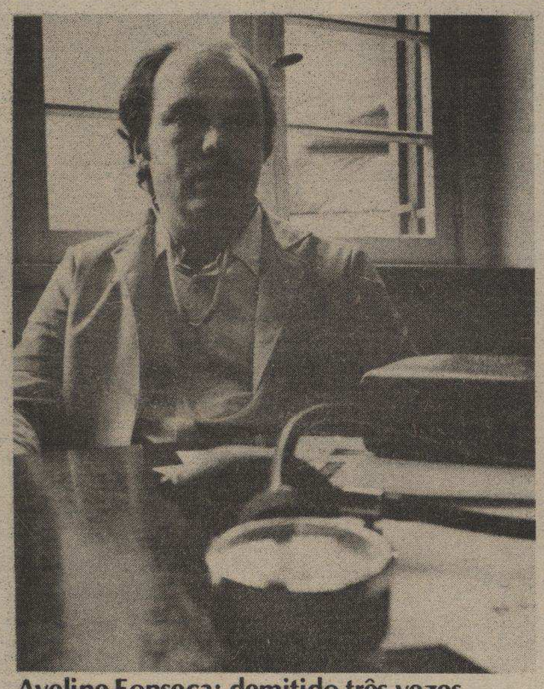
2 -ORGÃOS ESTADUAIS
Direções Educandárias
Banrisul
etc.

3 -AUTARQUIAS
CORSAN
Cia R. E. ELETRICA
CIENTEA
etc...

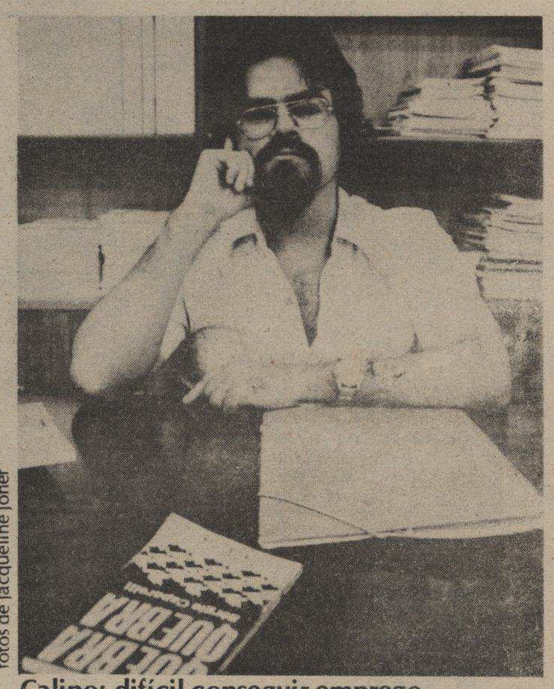
Grato pela atenção, e um abraço do companheiro às ordens

Do patrício Cícero do A. Viana

A cópia da circular do deputado



Aveline Fonseca: demitido três vezes



fotos de jacqueline joner

Calino: difícil conseguir emprego

Estatística sob suspeita

A Fundação de Economia e Estatística poderá desaparecer no próximo ano, numa fusão com a Fundação de Recursos Humanos. Esta a proposta que o Executivo enviou à Assembléia Legislativa, mas que já tem a opinião contrária do MDB — maioria na Assembléia —, para quem o governo ainda não conseguiu explicar de maneira convincente as suas razões.

"Primeiro o governo disse que era por questões de contenção de despesas. Quando nós pedimos explicações sobre a economia resultante da fusão, explicaram que o motivo era outro, que a Fundesul — nome da nova entidade — estaria integrada num programa de planejamento global", conta o deputado Carlos Augusto de Souza. Mas o MDB tem outras perguntas. E a pesquisa como ficaria com a fusão? O que se pode esperar da mistura entre uma fundação que prepara pessoal e outra que faz análise econômica?

A FEE tem muitos outros problemas e por isso o MDB aproveitou a proposta da fusão para pedir informações. Carlos Augusto argumenta que a Fundação vem enfrentando o crescimento do setor administrativo — 30% dos funcionários — em detrimento do setor técnico. E ao mesmo tempo, as publicações da FEE começaram a passar por revisão, denunciada como censura até por alguns técnicos.

Inclusive é localizada uma data para esse detalhe: 1974, quando na campanha eleitoral, num debate na televisão, o candidato ao senado Paulo Brossard contestou o candidato da Arena, Nestor Jost, usando dados da Fundação. Já no ano seguinte a independência técnica começou a ser comprometida. Os Indicadores Sociais — uma das publicações da FEE — saiu reescrito. E a partir daí as revisões e a censura da direção tornaram-se regra, conforme afirma o ex-assistente técnico Calino Ferreira Pacheco Filho.

Neste período, uma publicação sobre o petróleo não saiu porque dizia que o petróleo não era o fator mais importante da crise econômica do país. Os 25 anos da Agricultura Gaúcha também não saíram e o mesmo aconteceu com os novos Indicadores Sociais, "já reescritos duas vezes". O atual presidente da Fundação, Leodegar Jost, diz não ter conhecimento das revisões e que os atrasos são frutos da dificuldade para conseguir informações.

O pedido de informações do MDB, entretanto, também se concentrou no relatório da Fundação relativo ao ano de 75, onde existe uma rubrica de Serviços para Terceiros com gastos de quase Cr$ 2 milhões. E não há especificação sobre o que foi feito com esse dinheiro, que corresponde a 13,89% do orçamento da FEE. Nei Marques, o ex-presidente — segundo o relatório —, em determinado momento prestou contas como cliente da Fundação, pois era diretor de uma empresa que prestava serviços à FEE.

POLÍCIA E LADRÃO

*A história de Lúcio Flávio, um rapaz da classe média que virou bandido por opção, chega ao cinema. O argentino Hector Babenco, diretor do filme, define-o como "um grande painel do submundo policial". **Lúcio Flávio,** diz ele, é uma peça didática para o estudo da repressão policial nos grandes centros do Brasil, na década de 70*

A partir de janeiro, Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia — **filme baseado no livro de mesmo título do jornalista José Louzeiro — entra em cartaz, inicialmente no Rio, São Paulo, Salvador e Belo Horizonte. O filme conta, como no livro, a vida de um marginal que por quase 10 anos roubou para sustentar uma quadrilha que negociava com policiais corruptos do Rio de Janeiro.**

Filho de uma família classe média de Minas Gerais, Lúcio Flávio Villar Lírio chegou a imaginar ser vereador, padre ou pintor. Depois, nos subúrbios do Rio, tomou gosto pelas regalias que só a abastança dá e enveredou pelo roubo para ter o que queria. O roubo de um carro, uma de suas obsessões, levou-o pela primeira vez à polícia.

Formou uma quadrilha — que envolveu um irmão e um cunhado, entre outros — roubava carros, assaltava bancos, comprava favores da polícia para não ficar na cadeia. Foi morto na prisão — por outro marginal, que ganhou Cr$ 50,00 pelo trabalho e está condenado a 400 anos — a mando do Esquadrão da Morte. Teceu uma história que se constituiu no melhor exemplo da corrupção da polícia e da guarda carcerária do Rio.

Também filho da classe média, nascido em Buenos Aires em 1946, Hector Babenco — o diretor do filme — vendeu bíblias, foi camareiro, lavou pratos em restaurantes da Europa antes de vir se radicar no Brasil. Também sempre teve uma obsessão: o cinema e o cotidiano-social. Sobre isto ele falou no depoimento ao repórter Paulo Ribeiro, em São Paulo.

Lúcio Flávio *era para ser a grande saga, o grande painel do submundo policial brasileiro — um cinema do* **portrait,** *do relacionamento entre policiais e bandidos. Evidentemente ficou um grande lado anulado na minha versão, que é o lado da evolução do Esquadrão da Morte. Só ficaram, digamos, os lados pontilháveis, que mostram a evolução do Esquadrão da Morte como uma organização que começa a cercar um marginal. Eu quero contar como cheguei ao* **Lúcio Flávio.**

Este país, do qual eu me considero também um filho, exige que se diga uma série de coisas que acontecem constantemente, diariamente, e que são verdadeiras aberrações do ponto de vista do relacionamento urbano entre as pessoas. Quer dizer, a existência do **Esquadrão da Morte** *é um fato isolado, a existência de um marginal é outro fato isolado. Quais são os fios condutores que amarram a existência de um marginal? — Eu não digo necessariamente um assaltante, um bandido. Pode ser um subversivo, um pseudoguerrilheiro, qualquer indivíduo que exerça algum tipo de atividade não aceito pelos padrões vigentes de policiamento da sociedade.*

Quero demonstrar que não existe nenhum tipo de direcionismo no meu cinema nem no meu posicionamento; não sou de esquerda nem de direita, muito pelo contrário. Sou um homem acima de tudo pelo respeito aos seres humanos, para evidenciar aquilo que há de injusto, de errado, de certo na atitude de cada ser humano que compõe o universo que rodeia a gente. A idéia do **Lúcio Flávio** *partiu da avaliação da existência do Esquadrão da Morte. Eu entendi que através do Lúcio Flávio se costurava toda uma versão policial. Vamos nos situar no tempo.*

Em 1968, Lúcio Flávio era um ladrãozinho de automóveis, que rendia a alguns elementos do Esquadrão da Morte, esses mesmos que já vinham agindo desde o governo de Carlos Lacerda no Rio de Janeiro. Era uma organização de policiais que tinha uma visão parapolicial, trabalhando com interesses não definidos pela corporação, às vezes financiados por grupos os quais a gente não sabia detectar perfeitamente. Quais eram as diretrizes? Quem eram os diretores do jogo?

Babenco (de barbas) dirigindo as filmagens de Lúcio Flávio

Temperamento fascista regado a cruzeiros

A expressão **Esquadrão da Morte** *foi criada pela imprensa. O Esquadrão da Morte não é uma sociedade, não existe com uma sede, com carteirinha, um código — há um denominador comum de exigências que faz com que algumas pessoas se associem a algum tipo de atividade. Eu acredito, realmente, que o único ideal que rege os princípios dos elementos que integram esse sistema repressivo seja unicamente financeiro. Analisei isso a fundo, li tudo o que se publicou a respeito. Conheço muito essas pessoas, muito ligadas a um tipo de temperamento fascista e que, regadas a uma boa quantidade de cruzeiros, dão um excelente prato.*

No ano de 1968 o Esquadrão da Morte começa a se consolidar nos grandes centros — São Paulo, Rio de Janeiro... É quando Lúcio Flávio transforma-se em uma das maiores expressões do mundo do crime. Durante quatro anos — até 1972 — ele conviveu quase num esquema de grande rixa com o Esquadrão. Em 72, o Esquadrão deu a grande guinada, para ser absorvido e absolvido perante a opinião pública. Querendo ganhar o beneplácito das autoridades oficiais, deu uma guinada de 180 graus.

Se era uma corporação paralela que liquidava marginais, passou a se dedicar a liquidar ou a capturar subversivos. Nesse momento sentiu-se que Lúcio Flávio estava com os seus dias contados, que era ele o último grande marginal a ser **limpado,** *como que alguém procurando acabar com o seu passado. O caso Lúcio Flávio é mais ou menos como o último choque elétrico dado contra a marginalidade brasileira, uma marginalidade ligada à própria polícia.*

A partir daí se abre um outro episódio na história do Esquadrão. O caso Lúcio Flávio é o ponto culminante, é o último momento, é o fecho de ouro do Esquadrão. Ressalte-se, Lúcio Flávio foi um homem que varou quase uma década e é raro um marginal conseguir isso tudo. É que, realmente, ele era um grande investimento, um excelente negócio para os policiais que lhe venderam cobertura. Muita gente viveu anos a fio com o dinheiro que ele repartia. Como todo marginal, tinha um jogo com a polícia. Era um jogo de pôquer com as cartas marcadas: se pediam duas cartas, blefavam constantemente.

Lúcio Flávio morreu duro, sem um centavo, com seu bando totalmente desagregado, com as cinco ou seis pessoas chegadas a ele mortas. O caso Lúcio Flávio é realmente uma peça didática no estudo sobre a repressão policial nos grandes centros no Brasil na década de 70.

Acho que estou fazendo um serviço de esclarecimento, acredito até que, em certa medida, o filme de Lúcio Flávio seja didático, limpo, claro, e eu assumo de peito aberto. Não acredito que venha a sofrer nenhum tipo de ameaça ou de pressão mais dura, porque os fatos foram verdadeiros. Os nomes dos policiais, no filme, são fictícios por razões óbvias e eu não posso me expor ao ponto de querer ser mártir. Não sou diretor de um filme só, ou de dois, quero fazer cinema no Brasil. Pretendo dizer muitas coisas, não me interessa a profissão do exílio. Prefiro ser uma pessoa discreta num país a ser um mártir no estrangeiro.

Lúcio Flávio foi uma peste, um sacana

Em meu filme, em nenhum momento se diz que a polícia é corrupta, se diz que há policiais corruptos. Nem o bandido é colocado como superbandido. Ele é colocado como um sacana, como aquilo que foi, um mau-caráter — um indivíduo que optou pela marginalidade porque era cômodo optar pela marginalidade. O Lúcio Flávio não é fruto da nossa sociedade no sentido terceiro-mundista. Não é um ser pendente, não é um indivíduo que cresceu na favela, não é um fruto da miséria, não é um garoto sem pai sem mãe — é um garoto que jamais enfrentou a mendicância, nem foi pivete na sua adolescência. É um ser de classe média que chegou à idade de jovem com uma total carência de valores, optou por valores mais comodistas e se transformou primeiro em bandido, depois em assassino e eu não tenho o menor respeito por ele, como também não tenho o menor respeito pelos policiais que o ajudaram. Quero que fique claro que há sempre uma tendência quando se fala de um marginal a se fazer uma conotação do super-herói. Lúcio Flávio foi uma peste.

Algumas pessoas me perguntaram se a Polícia Federal não aparecia no filme para equilibrar o posicionamento diante da censura. Eu digo que não. Está no livro do Louzeiro, está no meu filme e existiu na realidade. Acho que seria muito maucaratismo da minha parte renegar determinados aspectos no filme porque eles não estão posicionados em uma visão esquerdizante. Eu tratei com o mesmo respeito, com a mesma dignidade a família do marginal Lúcio Flávio. Pedi permissão à família para fazer um filme baseado no livro do Louzeiro. O filme já foi mostrado à família e, obviamente, eles ficaram muito sentidos com o filme. E não poderia ser de outra forma. Eles são uma família carente de dois filhos por terem sido assassinados. Vai custar muito eles entenderem o filme pela imagem que eles tinham do filho. Mas eu tenho certeza que os irmãos do Lúcio, que são jovens mais esclarecidos, sentiram muito bem a barra do filme. As gerações mais velhas se sentiram traumatizadas pela realidade da fita.

O livro **Passageiro da Agonia**, *do José Louzeiro, é uma peça fundamental, funciona como uma pesquisa, uma raridade como pesquisa, porque o livro é de uma objetividade, uma seriedade espantosas. O Louzeiro é um intelectual* **sui generis** *no Brasil, um intelectual não rotulado pelas elites. É um homem que sempre escreve a respeito de uma classe que lhe interessa. Quer dizer, não existe distância entre o que Louzeiro escreve e o que Louzeiro é.*

O roteiro sofreu algumas fases de construção. A primeira trabalhando de oito a 10 horas por dia na casa do Louzeiro. Construímos o primeiro roteiro do filme, depois eu trabalhei ele sozinho durante mais dois meses e mais tarde trabalhei com Jorge Duran, um cineasta chileno radicado no Brasil. Com ele fizemos a última versão cinematográfica do filme. Iniciamos a preparar em outubro, começamos a filmar em janeiro, acabamos depois do carnaval,

em março, e a primeira cópia saiu em agosto, a censura saiu em outubro e a fita entra em janeiro no Rio, Recife, Belo Horizonte e Salvador.

Do processo da compra à estréia do filme são 24 meses. São dois anos da minha vida ligados a esse filme. Então eu pergunto: quando se dedica dois anos da vida da gente pode-se dizer bobagem? Evidente que não. Então, essa é a razão do **Lúcio Flávio.**

Um cinema em estado de sítio permanente

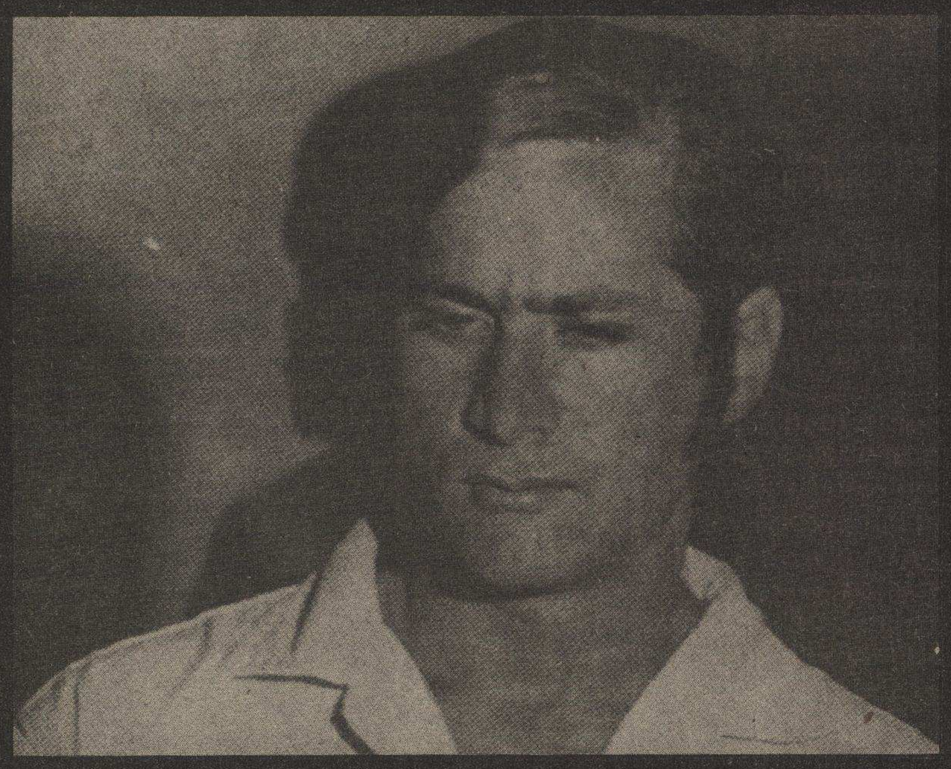
O cinema brasileiro é o meu cinema, o cinema que se faz no país em que eu vivo, um cinema em estado de sítio permanente. Eu posso simplesmente afirmar que o cinema brasileiro é a única garganta pela qual ainda se pode salvar alguns aspectos da cultura deste país. Quando falo em cultura, eu me refiro às características, à expressão de um povo, a uma cara da sociedade. Se um indivíduo procura um cinema que apresente as várias correntes artesanais de arte — seja a literatura, a pintura, a fotografia, a música — e consegue plasmar em um produto de uma hora e meia uma atitude de um povo, é um dado a ser preservado, a ser cuidado. Senão, daqui a 30 anos vai ser um país sem rosto, como Porto Rico, um país onde até os ovos que se fritam nas panelas chegam dos Estados Unidos.

É triste admitir que foi graças às pressões exercidas contra determinados elementos e sobre vários setores da vida cultural brasileira que se alicerçou a pornochanchada. Eu agradeço à pornochanchada. Foi a mal chamada pornochanchada — um tipo de cinema ingenuamente erótico, um tipo de cinema regional, quase chulo, cafona, de mau gosto, de aprendizes — que permitiu a consolidação do mercado brasileiro em termos de cinema.

O Cinema Novo foi um processo cultural importante na vida cinematográfica brasileira, mas totalmente divorciado da existência do Brasil. O cinema é um produto para ser assistido; você não pode fazer um cinema para ser visto por uma elite de pessoas e para ser premiado no estrangeiro. Eu me recuso frontalmente a me transformar, no cinema, numa prostituta que vai virando a bolsinha como se estivesse para ganhar prêmios. Não me interessa a bênção do estrangeiro. A bênção do meu cinema requer é o comparecimento em massa das pessoas que vivem neste país, que ganham em cruzeiros, que estão ligadas pelo mesmo comum denominador aos problemas que eu tenho.

Então eu digo que o Cinema Novo é uma coisa maravilhosa; é um acontecimento quase lógico o que ocorreu de determinadas pessoas em alto estado de embriaguez política, que fizeram peças belíssimas na cinematografia. Eu estou falando de um ideal ideológico e passando a um ideal mercantilista. A pornochanchada conquistou o mercado. Quer dizer, passamos a ter leis que regulam a projeção de filmes brasileiros, conseguimos leis que beneficiam documentaristas brasileiros, leis que estrangulam a remessa de lucros do cinema multinacional para fora, copiagem obrigatória de filmes estrangeiros - uma série de conquistas ao nível de um cinema-comércio.

O Esquadrão da Morte decidiu eliminar Lúcio Flávio. Um companheiro de cela matou-o na prisão



Lúcio Flávio numa de suas últimas fotos

Pornochanchada mostra o país de analfabetos

Eu acho que através da pornochanchada podemos tomar consciência que este é um país de analfabetos, porque tirando pequenos centros e grandes metrópoles a média intelectual de compreensão do público é muito pequena. Quer dizer, o tempo de projeção das legendas é mais rápido de que o tempo de leitura. E aí, é claro que o cinema brasileiro ganha espectadores. As pessoas preferem assistir filmes brasileiros, preferem alguma coisa que se veste muito parecido com elas. A história da chanchada é um longo percurso do público consumidor à procura de suas coisas, do que lhe diverte — e se a conclusão é que o brasileiro gosta é de uma bunda grande, eu acho ótimo. Quem é que não gosta?

Mas não podemos ignorar que não foi só a pornochanchada a encher os cinemas. As fitas com o Roberto Carlos não eram propriamente pornochanchadas e encheram os cinemas. As fitas do Arnaldo Jabor, usando as histórias de um autor genuinamente brasileiro como o Nélson Rodrigues, também encheram os cinemas. Eu luto por um bom cinema brasileiro que me permita sobreviver economicamente.

Sou um rato de cinema desde os 12/13 anos. Sou fundador do Cine Clube de Mar del Plata, onde passei dos 10 aos 16 anos. Toda a minha formação intelectual se deu lá. Mar del Plata é um pouco arrimo de Fellini. É uma pequena cidade perto de Buenos Aires onde a gente ficava à sombra dos acontecimentos culturais, sonhando um dia poder chegar a Buenos Aires e entrar num grande cinema de arte e ver em primeira mão uma fita de Antonioni, Fellini, Bergman...

Eu consegui me expressar em cinema praticamente a partir dessa fita, o **Lúcio Flávio**, e um pouco na fita anterior, **O Rei da Noite.** Antes eu havia realizado apenas um documentário sobre o Museu de Arte de São Paulo, que foi um documentário de encomenda, tipo Jean Manzon. No **O Rei da Noite** eu quis provar que era capaz de dirigir atores, de contar essencialmente uma história. Eu achava, em 74, quando comecei a preparar **O Rei da Noite**, que havia realmente uma carência no cinema brasileiro de histórias. Ou as idéias eram excessivamente brilhantes e não conseguiam ser contadas no filme ou os filmes eram extremamente simplistas e a parte argumental era de uma basbaquice tremenda.

Nessa história eu quis dar uma conotação melodramática, porque eu sempre achei que o intelectual cineasta brasileiro sempre sublimou o lado sentimental. Sempre teve uma preponderância, carregou mais nas tintas para o lado social, o lado ideológico, e se esqueceu que as grandes mutações do seu cotidiano têm um tipo fundamental no decorrer das obras que ele faz. **O Rei da Noite** foi importante, a meu ver, nesse sentido. O espectador que sempre se associou a um tipo de cinema mais engajado, viu sempre um tipo de cinema em que o relacionamento do cotidiano entre os personagens era colocado ao nível anedótico. No **O Rei da Noite** eu quis que o espectador acreditasse nos personagens. Ele é muito claro, é um filme extremamente amoral, é um filme simbolicamente mau-caráter.

CONTINENTAL,

RÁDIO EM FREQÜÊNCIA LIBERAL

SOM PURO NOS 1120

O JOGO DA DEMO

(Ou: meia democracia é melhor que nenhuma)

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

Objetivo do jogo: chegar ao fim de 1977 sem perder a esperança. Esperança relativa, claro.
Número de pessoas que podem jogar: 100 milhões, pelo último censo.
Como jogar: cada jogador escolhe seu cavalinho, rola os dados (desde que não sejam fornecidos pelo governo, pois estes às vezes enganam) e movimenta sua peça de acordo com o número que sair, tendo o cuidado de corrigir o número pelo índice inflacionário do mês. Se cair numa casa com número vermelho deve consultar a lista abaixo para saber o que fazer. Se cair num Dia Negro deve tirar seu cavalinho do jogo.

Janeiro

1 — O presidente Geisel fez um discurso dizendo que a crise de combustíveis piorou e a economia do Brasil irá mal em 77. Tente voltar a 76.

2 — Notícias de corrupção nas administrações dos governadores nomeados para o Maranhão e o Mato Grosso. Comente: "Realmente, o brasileiro não está preparado para escolher governantes" mas não diga a que brasileiro você se refere. Suspire e continue jogando.

3 — Guazzelli vai outra vez a Brasília para tentar resolver o impasse político. Pule duas casas. Vá lá, três. O Guazzelli nunca consegue nada mas, pelo menos, é gaúcho.

Fevereiro

4 — Cassados Marcos Klasmann e Glênio Peres. Volte ao ponto de partida, desanimado.

5 — Divulgada, nos Estados Unidos, a relação dos países que desrespeitam os direitos humanos. O Brasil está na lista e Carter está sentido com a gente. A CNBB divulga suas "Exigências Cristãs para uma Ordem Política". Avance cinco casas. Não precisa reavaliar sua opinião sobre os Estados Unidos e Carter, mas comece a olhar com mais simpatia para os amendoins.

6 — Cai o ministro Severo Gomes. Recue três casas, ligeiro. Depois, incerto sobre o significado do fato, avance duas, cautelosamente.

Março

7 — Discurso de Geisel no dia 31 reforça a missão Portella, que viaja por todo o Brasil para conversar com o MDB. Acioli Filho viaja por todo Brasil para tratar da reforma do Judiciário. Apesar do desejo de alguns, eles não se chocam no ar. Fique onde está, mas olhando para os lados.

Abril

8 — *Dia Negro*. Congresso posto em recesso. Governo implanta o Pacote de reformas políticas e do Judiciário, mais tarde apelidado de Embrulho. Fica instituído o senador biônico, eleições para governador continuarão indiretas e a votação de leis no Congresso agora é por maioria simples. Abandone o jogo. O divórcio é aprovado no Congresso mas isto é consolo para o Nelson Carneiro, não para você.

Maio

9 — Estudantes nas ruas. Passeatas e greves, principalmente em São Paulo e Brasília. Ao contrário do que se pensava, esta geração não está anestesiada, só um pouco dormente. Avance sete casas gritando, confiante, "Liberdades Democráticas!" e mais três fugindo da Brigada.

Julho

10 — Muita confusão para a realização do congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que acaba acontecendo apesar da má vontade do governo. Progrida duas casas.

11 — O deputado federal Marcos Tito lê, na tribuna, um editorial da *Voz Operária* sem saber. Tenta se retratar no dia seguinte lendo um editorial do *O Globo*, mas não lhe dão atenção. Insiste e lê editoriais de *Mecânica Popular*, *Seleções* e *Apicultura Moderna* mas não comove ninguém e é cassado. Recue três casas, emburrado.

12 — Sinval Boaventura, que foi quem entregou o deputado Marcos Tito, muito cotado para o Troféu Dedol 77. Modestamente, diz que ainda é muito cedo e que a competição será dura, duríssima. Fique onde está mas baixe os olhos.

Junho

13 — *Dia Negro*. O programa dde TV do MDB dá bom Ibope mas tem péssima recepção da crítica que, inclusive, cassa Alencar Furtado. Saia do jogo. Ou, se puder, do país.

14 — Lançada a candidatura do general Figueiredo à presidência da República. Grande regozijo popular mas, vão ver, é por outra coisa. O povo, consultado a respeito, limita-se a sorrir enigmaticamente e coçar o peito. Recue uma casa, por via das dúvidas.

Agosto

15 — Magalhães Pinto entra no palco da sucessão presidencial com um número de grande efeito. Ele mesmo se lança e ele mesmo se apara. O povo pisca muito mas não se manifesta. Avance duas casas. O Magalhães, que diabo, é civil e sempre pode nos arranjar um papagaio.

Setembro

16 — Petrônio Portella continua procurando o diálogo. As pessoas já fogem quando vêem ele se aproximar. Mas avance duas casas no pressuposto de que enquanto a Arena está dialogando com a gente a gente sabe onde ela está.

17 — Sindicatos paulistas reúnem-se com ministros porque houve um erro no cálculo das diretrizes para reajustes salariais e querem saber como é que fica. O governo diz que os reajustes não serão corrigidos mas que a calculadora culpada será desmontada e suas peças expostas à execração pública no pátio do Ministério da Fazenda. Recue duas casas.

18 — Preso o jornalista Lourenço Diaféria porque escreveu uma crônica considerada ofensiva às Forças Armadas. Recue cinco casas, indignado.

19 — Ulysses Guimarães é processado pela Procuradoria da República por causa do mesmo programa do MDB que encerrou a carreira de Alencar Furtado na TV. Teme-se pelo seu futuro artístico. Recue quatro casas.

20 — Novas passeatas em São Paulo reprimidas com violência. Erasmo Dias comanda a invasão da PUC com tato e bonomia e culpa os excessos numa lamentável falha de comunicação: "Eu disse para os meus homens, batam antes de entrar mas eles não pegaram o fim da frase". Recue três casas.

21 — Leonel Brizola expulso do Uruguai. Fique onde está, perplexo.

Outubro

22 — Exonerado Sylvio Frota. Avance todas as casas que você recuou em setembro.

23 — De acordo com uma antiga profecia, o Fim dos Tempos chegará quando o Corintians for campeão em São Paulo, o Grêmio campeão no Rio Grande do Sul e Frank Sinatra desembarcar no Brasil. Os otimistas suspiram aliviados, os pessimistas mantêm uma vigília preocupada nos aeroportos. Não se mexa.

Novembro

24 — O presidente Geisel anuncia o próximo fim do AI-5. Avance oito casas, dizendo "oba!".

25 — O AI-5 será substituído por salvaguardas institucionais. Recue sete casas, murmurando "Ai ai ai...".

26 — Você conseguiu! Chegou ao fim do ano sem perder as esperanças. O futuro lhe sorri e lhe dá tapinhas nas costas. O ano novo não pode ser pior do que este. Se bem que era isto que todos diziam em 76, lembra?